



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DE
MESTRADO PROFISSIONAL ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA**

JORGE RIBEIRO DIACÓPULOS

**COMUNIDADE QUILOMBOLA TIA EVA (CAMPO GRANDE/MS): MEMÓRIA,
ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Campo Grande/MS
2022

JORGE RIBEIRO DIACÓPULOS

**COMUNIDADE QUILOMBOLA TIA EVA (CAMPO GRANDE/MS): MEMÓRIA,
ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador(a): Prof.^a Dra. Manuela Areias Costa

Campo Grande/MS

2022

D526c Diacópulos, Jorge Ribeiro
Comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS) :
memória, ensino de história e educação antirracista / Jorge
Ribeiro Diacópulos. – Campo Grande, MS: UEMS, 2022.
150 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Ensino de História –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2022.
Orientadora: Prof.^a Dra. Manuela Areias Costa.

1. Ensino de história 2. Comunidade Quilombola Tia Eva
(Campo Grande, MS) 3. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de
2003] I. Costa, Manuela Areias II. Título

CDD 23. ed. - 370.1170981

**COMUNIDADE QUILOMBOLA TIA EVA (CAMPO GRANDE/MS): MEMÓRIA,
ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

JORGE RIBEIRO DIACÓPULOS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ensino de História

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Manuela Areias Costa (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do
Sul/UEMS

Prof.^a Dra. Martha Campos Abreu
Universidade Federal Fluminense/UFF

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz
Universidade Estadual de Mato Grosso do
Sul/UEMS

Campo Grande, 18 de março de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos, Henrique e Maria Eduarda.

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial para a minha esposa Katiane, por ter estado presente e dado todo o suporte junto aos nossos filhos quando minha ausência se fez necessária, você soube compreender, apoiar, incentivar e, principalmente, se emocionar com essa trajetória. Eu nunca esquecerei. A minha mãe, Rosemary, mulher de pouca escolaridade, mas muita sabedoria, que sempre apoiou incondicionalmente os estudos do seu filho. Aos meus irmãos, Mychelle e Victor, que sempre acompanharam meus passos nessa travessia. Sou grato pelo carinho, afeto, amor e compreensão de todos nesses últimos dois anos, este trabalho pertence a vocês.

E como a vida também nos presenteia com irmãos de coração, agradeço aquele que foi diretamente responsável pelo meu ingresso neste mestrado. Quando eu já havia desistido de fazer a prova do processo seletivo para o mestrado, em cidade distante cerca de 320 km de onde moro, com uma filha recém-nascida, meu cunhado Luiz Antônio se dispôs a dirigir na madrugada de sábado para domingo para que pudesse realizar a prova. Graças a sua disposição e insistência, pude concretizar o sonho de fazer esse mestrado e por isso sou eternamente grato.

Ao programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* de Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UEMS), em especial aos professores do programa que contribuíram com muitos ensinamentos, direcionamentos e incentivos, que serviram tanto para a trajetória como pesquisador, quanto para a prática docente no ensino de História na educação básica. A Capes, pelo auxílio financeiro oferecido, possibilitando custear despesas da pesquisa.

Aos colegas do mestrado, pela camaradagem e apoio mútuo no percurso do mestrado, que foi seriamente afetado pelas restrições provocadas pela pandemia do novo coronavírus. Mesmo diante de um convívio virtual, em praticamente todo o curso, procuramos nos mantermos unidos e solidários uns aos outros.

A Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus, presidida pelo senhor Ronaldo Jeferson da Silva, que recebeu, autorizou e apoiou a realização desta pesquisa. Agradeço também aos entrevistados no trabalho de campo, com destaque para as contribuições do Seu Michel, do Seu Tuti (*in memoriam*), Dona Neuza, Dona Adair e Dona Vânia Lúcia.

A banca de qualificação, composta pela Profª. Martha Abreu (UFF), uma referência para a minha pesquisa, e pelo Prof. Diogo Roiz (UEMS). Sem dúvida, as contribuições de ambos foram de suma importância para que a pesquisa fosse afinada no sentido de atingir os objetivos propostos da melhor maneira possível. Foi uma honra tê-los na minha banca.

A minha orientadora, Profª. Manuela Areias, minha eterna gratidão e admiração. Na primeira conversa entre nós, ocorrida no intervalo da aula inaugural do mestrado, na qual apresentei algumas vagas intenções de pesquisa, tive a certeza de quem eu gostaria que fosse a orientadora da pesquisa, tive sorte em ter sido aceito pela senhora tempo depois dessa conversa. Por meio de suas mãos, fui introduzido a novas leituras e discussões, que

despertaram minha predileção com as temáticas correlacionadas com o objeto de pesquisa. Foram inúmeras reuniões virtuais, incontáveis versões de projeto e texto de dissertação, valiosas e minuciosas correções e sugestões para a pesquisa. Em meio ao processo, sua disciplina Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira, teve relevante contribuição para a minha prática docente. Obrigado pela sensibilidade, disponibilidade, espírito aberto ao diálogo, segurança, profissionalismo e paciência. Sei que não foi tarefa simples orientar um mestrando que estava tanto tempo afastado da academia, defasado em relação aos ritos metodológicos, escrita científica, entre outros. Guardarei sempre na memória todos os seus ensinamentos e exemplos, obrigado por tudo.

DIACÓPULOS, Jorge Ribeiro. *Comunidade Quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): Memória, Ensino de História e Educação Antirracista*. 2022. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo discutir o protagonismo negro e quilombola no estado de Mato Grosso do Sul, com enfoque na Comunidade Quilombola Tia Eva, localizada no município de Campo Grande. Para tanto, foram realizadas entrevistas em trabalho de campo, enfatizando as memórias e as narrativas de seus moradores, que resultaram na criação de um *website*, hospedado no endereço: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>. Pretendeu-se por meio desse instrumento pedagógico alcançar o professor de História e o estudante da educação básica primordialmente, mas também o público em geral, de modo a contribuir para o reconhecimento e a valorização do protagonismo da Comunidade Quilombola Tia Eva no ensino de História, destacando sua relevância histórica e cultural na genealogia do município de Campo Grande. O *website* é composto por dez seções, dispostas com imagens e títulos, que funcionam como *hiperlinks* de conexão ao conteúdo das respectivas páginas. Tais seções abrangem a formação histórica da comunidade, o patrimônio histórico material e imaterial, as memórias do protagonismo e da liderança exercida por tia Eva, a trajetória das comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, a divulgação de pesquisas, publicações e produções audiovisuais sobre a comunidade, o acesso à visitação virtual na comunidade e ao jogo virtual em formato de *quiz*, além de sugestões de planos de aula para a utilização do *website* no ensino de História. Cabe ressaltar que esta pesquisa vai ao encontro das demandas presentes na Lei 10.639, de 2003, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de 2004, que orientam o ensino de História a abranger, entre outras temáticas, a história e as manifestações culturais das associações que se identificam como organizações negras, como as comunidades remanescentes de quilombos, evidenciando parte da história local.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Espaços de memória. Educação antirracista. Lei nº 10.639/03. Comunidade Quilombola.

DIACÓPULOS, Jorge Ribeiro. Comunidade Quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): Memória, Ensino de História e Educação Antirracista. 2022. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2022.

ABSTRACT

The present research had as objective and contestant the black quilombola protagonism in the state of Mato Grosso do Sul, focusing on the Quilombola Tia Eva Community, located in the municipality of Campo Grande. For that, interviews were carried out in field work, emphasizing both memories and narratives, which resulted in the creation of a website, hosted at the address: <https://www.comunidadequilombolatieva.com.br>. It is intended, through this pedagogical instrument, to reach the History teacher and the basic education student primarily, but also the public in a way to contribute to the recognition and appreciation of the protagonism of the Quilombola Tia Eva Community in teaching, highlighting its History and culture in the genealogy of the municipality of Campo Grande. The website is composed of ten, has images and titles, which work as hyperlinks connecting the content of the exclusive pages. Such historical actions of the work community and historical heritage, cover the historical formation and the community of the South, the historical formation of research, publications and audiovis on the formation of Mato Grosso. community, access to the virtual visitation in the community and the virtual game in the form of a quiz, in addition to suggestions for lesson plans for using the website in the history website. It should be noted that this research meets the demands present in Law 10,639, of 2003, and in the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, of 2004, which guide the History of History covering, among other topics, cultural manifestations of associations that identify themselves as black organizations, as remnants of quilombos, highlighting part of the local history.

KEYWORDS: Teaching History. Memory spaces. Anti-racist education. Law No. 10.639/03. Quilombola community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tia Eva, seu Adão e as três filhas na migração para Campo Grande	67
Figura 2 - A imagem de São Benedito que veio com a tia Eva para Campo Grande.....	72
Figura 3 - A igreja de São Benedito	73
Figura 4 - Busto de Eva Maria de Jesus	74
Figura 5 - Localização das igrejas de São Benedito (Tia Eva) e Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.....	75
Figura 6 - Árvore genealógica parcial da Comunidade Quilombola Tia Eva	77
Figura 7 - Túmulo de Eva Maria de Jesus no interior da igreja de São Benedito	80
Figura 8 - Programação da 93ª Festa de São Benedito.....	83
Figura 9 - Mastro de São Benedito.....	85
Figura 10 - Procissão de São Benedito.....	86
Figura 11 - Área cedida para realização do torneio de futebol amador Tia Eva	88
Figura 12 - Quadro geral da Festa de São Benedito de Tia Eva.....	89
Figura 13 - Danos no forro da igreja de São Benedito	91
Figura 14 - Danos nas alvenarias internas da igreja de São Benedito.....	92
Figura 15 - Projeto de restauração da igreja de São Benedito.....	93
Figura 16 - Cartaz de divulgação do curso "Políticas Públicas e Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul".....	100
Figura 17 - Registro do domínio do website sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva.....	101
Figura 18 - Etapas de construção do <i>website</i>	102
Figura 19 - Página inicial do <i>Website</i> (Parte superior).....	103
Figura 20 - <i>Banner</i> do Website	104
Figura 21 - Barra de Menu do <i>Website</i>	105
Figura 22 - Seção 1: Localização e formação.....	106
Figura 23 - Seção 2: Memórias de tia Eva	107
Figura 24 – Conteúdo parcial da seção “Memórias de “tia Eva””	109
Figura 25 - Seção 3: Igreja de São Benedito	109
Figura 26 - Seção 4: Festa de São Benedito	110
Figura 27 - Conteúdo parcial do histórico da Festa de São Benedito, localizado na seção “Festa de São Benedito”	111
Figura 28 - Conteúdo parcial das principais etapas da celebração da Festa de São Benedito, localizada na seção "Festa de São Benedito"	112

Figura 29 - Seção 5: Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul	113
Figura 30 - Tabela com os nomes das comunidades e respectivas regiões onde estão inseridas, localizada na seção "Comunidades Quilombolas em MS"	114
Figura 31 - Seção 6: Sugestões didáticas.....	114
Figura 32 - Seção 7: Passeio virtual 360°	115
Figura 33 - Passeio virtual em 360°, no interior da igreja de São Benedito	116
Figura 34 - Seção 8: Teste seus conhecimentos jogando	117
Figura 35 - Informativos sobre o jogo virtual da Comunidade Quilombola Tia Eva.....	118
Figura 36 - Tela de introdução ao jogo virtual da Comunidade Quilombola Tia Eva	119
Figura 37 - Tela do tabuleiro do jogo virtual	120
Figura 38 - Tela da roleta do jogo virtual.....	120
Figura 39 - Primeira questão do jogo virtual.....	121
Figura 40 - Quadro geral das etapas do jogo virtual.....	122
Figura 41 - Seção 9: Pesquisas e publicações sobre a comunidade	122
Figura 42 - Seção 10: Vídeos sobre a comunidade	123
Figura 43 - Página inicial do website (parte inferior).....	124
Figura 44 – Localização das estações do conhecimento	141

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul	54
Mapa 2 - Trajetória das famílias quilombolas de Mato Grosso do Sul - ondas migratórias interna e externa.....	55
Mapa 3 - Expansão urbana em relação a Comunidade Quilombola Tia Eva (1909-1999)	56
Mapa 4 - Trajeto da viagem de tia Eva e sua comitiva para Campo Grande/MS.....	67

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato de Disposição Constitucional Transitória
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CMCG	Câmara Municipal de Campo Grande
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FCP	Fundação Cultural Palmares
FMIC	Fundo Municipal de Investimentos Culturais
FUNDAC	Fundação Municipal de Cultura de Campo Grande/MS
IHG/MS	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMCG	Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SECTUR	Secretaria de Turismo de Campo Grande/MS
SED/MS	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TDICs	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UBSF	Unidade Básica de Saúde da Família São Benedito
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNIBAN	Universidade Bandeirante de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - A LEI 10.639/03 COMO AGENDA ANTIRRACISTA: IMPACTOS E DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	25
CAPÍTULO II - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL.....	43
CAPÍTULO III - FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TIA EVA.....	62
CAPÍTULO IV – O QUILOMBO DA TIA EVA POR MEIO DE UM <i>WEBSITE</i> : ENSINO DE HISTÓRIA, TECNOLOGIAS DIGITAIS E MEMÓRIA.....	94
4.1 O processo de construção do <i>Website</i>	95
4.2 Apresentação do <i>Website</i> : https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/ ..	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
FONTES	129
BIBLIOGRAFIA	131
ANEXO.....	137
APÊNDICES	139

ENDEREÇO DO *WEBSITE*: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/>

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), tem como desígnio discutir o protagonismo negro e quilombola no Estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, o debate será centrado na Comunidade Quilombola Tia Eva, situada no município de Campo Grande. Esta comunidade foi fundada a partir da iniciativa de Eva Maria de Jesus, no início do século XX, e sua trajetória se entrelaça com a história e a formação da cidade onde está localizada. Entretanto, o protagonismo de tia Eva¹ na genealogia de Campo Grande foi silenciado pela historiografia e pelo ensino de História durante anos, reforçando sua invisibilidade. Estes dois pontos extremos, de um lado o protagonismo de uma mulher negra, fundadora de uma comunidade quilombola, e do outro o silenciamento desse protagonismo no ensino de História, serviram como importantes dimensões propulsoras para a realização desta dissertação.

Dentre as pesquisas que se dedicaram a estudar a Comunidade Quilombola Tia Eva, destaca-se o trabalho de Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos no campo da Antropologia. A tese de doutorado intitulada *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*, defendida no ano de 2010 pela Universidade de Brasília (UNB), investigou as redes de irmandades entre comunidades negras no Mato Grosso do Sul. Também no campo da Antropologia, e sob a orientação de Plínio dos Santos, Pedro Henrique Gomes Pereira desenvolveu o trabalho de conclusão de curso denominado *A festa de São Benedito: rito e sociabilidade em uma comunidade negra*, pela UNB no ano de 2016, no qual ele se dedicou a pesquisar a celebração e suas conexões com as memórias de tia Eva.

Já no campo da História, as pesquisas com ênfase em Comunidades Quilombolas no estado são mais recentes. Sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva destaca-se a dissertação de mestrado *Comunidade Tia Eva: bairro de negros e herança de fé*, de Myleide Meneses de Oliveira Machado, defendida em 2019 pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Neste trabalho, a pesquisadora realizou uma discussão entre a religiosidade e a identidade da comunidade. Ainda dentro do campo da História, sobressaem os estudos de Lourival dos Santos (2017; 2019), sobre os processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, como o território da Comunidade Quilombola Tia Eva, e a formação da identidade quilombola no estado por meio da História Oral.

Na área da Educação, a dissertação de mestrado *Políticas de Ações Afirmativas: a experiência do Projeto Negraeva* (2008), de Lauro Cristiano Guedes da Silva, defendida pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), se dedicou a analisar o “Projeto Negraeva” e sua importância como política de ação afirmativa na comunidade. Este projeto, ocorrido entre

¹ Este projeto de pesquisa irá utilizar “tia Eva” quando se referir a pessoa Eva Maria de Jesus, enquanto que “Tia Eva” será utilizado em referência a Comunidade Quilombola.

2002 e 2004, foi desenvolvido com o objetivo de promover o acesso, a manutenção e a permanência de jovens negros da comunidade no ensino superior e contou com uma parceria entre a Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus, a UCDB, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Fundação Ford. O referido projeto resultou na publicação de um livro que resgatou a história de Eva Maria de Jesus, intitulado *Tia Eva, Negraeva – história da comunidade de São Benedito* (2003), de Vanda Moraes. Este exemplar foi a primeira publicação voltada para o público geral e que rompeu com o silêncio sobre a história e trajetória de tia Eva.

Outros trabalhos de pesquisa de diferentes áreas e períodos deram visibilidade à trajetória de Eva Maria de Jesus e à comunidade formada por essa personagem. No campo do Desenvolvimento Local destaca-se a dissertação de mestrado *Comunidade São Benedito, Campo Grande/MS: Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Local*, de Eliane de Matos, defendida em 2004 pela UCDB. Neste trabalho, a pesquisadora se dedicou a analisar o patrimônio cultural da comunidade e o fecundo potencial turístico da festa de São Benedito para o desenvolvimento local.

Na área do Jornalismo, Priscila de Oliveira Ribeiro desenvolveu uma pesquisa que resultou na publicação de um livro-reportagem sobre a comunidade, intitulado *Retratos da Comunidade Tia Eva*, de 2014. Este trabalho registrou a realização da festa de São Benedito e o cotidiano dos moradores da comunidade durante um período de observação que compreendeu os anos de 2013 e 2014. Antes disso, ainda no campo do Jornalismo, estudantes da disciplina de comunicação alternativa do curso de jornalismo da UFMS, sob a orientação de Edson Silva, publicaram uma edição do *Jornal Comunitário da Vila de São Benedito* no ano de 2001.

Situada na esfera da Educação Matemática, a dissertação de mestrado *Etnomatemática dos Remanescentes da Comunidade Quilombola Urbana Tia Eva*, de Eder Pereira Neves, defendida em 2011 pela Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN), foi mais uma pesquisa variada sobre a comunidade. Nela, o autor procurou investigar e refletir sobre as relações entre os saberes matemáticos resultantes das práticas socioculturais dos descendentes de tia Eva e a subsistência no interior da comunidade.

A partir do rol de pesquisas que se debruçaram sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva, é plausível constatar duas questões. A primeira versa sobre a escassez da pesquisa no campo de História, fato que evidencia o silenciamento da historiografia sobre a memória e a história da comunidade. O levantamento de teses, dissertações, monografias e publicações sobre a comunidade, que foram desenvolvidas em variados campos de pesquisa, têm um ponto em comum: ocorreram após a promulgação da Lei 10.639, de 2003. Nesse sentido, é possível constatar que a lei influenciou diversas pesquisas sobre a comunidade, contribuindo em direção ao reconhecimento e valorização. No entanto, mesmo diante do avanço recente de pesquisas sobre a comunidade, faltam materiais pedagógicos voltados para o ensino dessa temática na educação básica. Esta questão, mais precisamente, norteará esta pesquisa em sua

dimensão propositiva, pois estabelece relação direta com o ensino de História e a comunidade a ser pesquisada.

A delimitação do objeto a ser pesquisado e a proposta de oferecer um instrumento pedagógico que possa contribuir para a educação básica levantam a seguinte questão norteadora: como as memórias e a história da Comunidade Quilombola Tia Eva podem ser trabalhadas e valorizadas no ensino de História?

Para atingir a dimensão propositiva, essa pesquisa resultará na produção de um *website*², cujo endereço de domínio é: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>, direcionado aos docentes de História no ensino básico, servindo como instrumento de visibilidade das memórias e da história da Comunidade Quilombola Tia Eva para o público em geral na internet. Situar o foco de estudos sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva se justifica pelo dever da memória e da reparação histórica. O resultado obtido ao longo do percurso, desenvolvido no PROFHISTÓRIA, propiciará um novo instrumento pedagógico que contribuirá para o ensino dessa disciplina. Ensinar a história e cultura dessa comunidade se constitui em uma política de reparação no ensino, oferecendo um lugar de visibilidade, reconhecimento e valorização, em consonância com as demandas apresentadas na Lei nº 10.639/03 e nas “Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais”, de 2004.

Quanto aos motivos que me levaram a desenvolver esta pesquisa com foco na Comunidade Quilombola Tia Eva, cabe aqui ressaltar meu lugar de fala³ nesta dissertação. Sou negro, nasci na periferia de Campo Grande/MS, estudei em escolas públicas e me graduei na UCDB. Atuo como professor de História há vinte anos, leciono em estabelecimentos de ensino privado e público, em diferentes níveis de escolaridade, que vão dos anos finais do ensino fundamental até o ensino médio. Por toda essa trajetória, seja como estudante da educação básica ou na formação como professor de História, pude constatar o silenciamento em torno da relevância histórica e cultural da tia Eva.

Desde que iniciei à docência em História, as temáticas das relações étnico-raciais sempre tiveram uma maior predileção, por envolverem questões relacionadas a minha identidade negra. Entretanto, a realização de práticas didáticas em sala de aula que envolviam a História da África e Cultura Afro-brasileira esbarravam na falta de materiais didáticos, bem como na lacuna deixada na graduação, que não contemplava esses assuntos no currículo de formação de professores de História, seja em disciplinas obrigatórias ou optativas.

² *Website* (também conhecido por “site” ou sítio) é o conjunto de páginas web (lugar na internet) num determinado endereço. Logo, quando falamos “website”, estamos falando de um “lugar na rede” (MORAIS, Carlos Tadeu Queiroz de; LIMA, José Valdeni de; FRANCO, Sérgio R. K. Conceitos sobre Internet e Web. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012).

³ Lugar de fala é um conceito com múltiplas origens e usado em diferentes contextos. Na análise do discurso, é utilizado por autores influenciados pela vertente francesa, como Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Judith Butler e Eni Orlandi. Estes autores falam das relações de poder presentes nos diferentes tipos de discurso de acordo com seus enunciadores, e a posição ocupada enquanto o discurso é enunciado. No Brasil, o termo foi popularizado pela filósofa negra Djamila Ribeiro (2017), em seu livro *O que é um lugar de fala?* Segundo a autora, embora não negue o aspecto individual, o lugar de fala confere ênfase ao lugar social ocupado pelos sujeitos numa matriz de dominação e opressão, dentro das relações de poder, ou seja, as condições sociais que autorizam ou negam o acesso de determinados grupos a lugares de cidadania.

Minha formação na graduação em História ocorreu entre os anos de 1999 e 2002, pela UCDB. Mesmo a universidade estando geograficamente muito próxima da comunidade, há cerca de três quilômetros de distância, estudei todos esses anos sem conhecer a história ou ter algum contato de pesquisa ou trabalho de campo com a Comunidade Quilombola Tia Eva.

O meu primeiro contato com a Comunidade Quilombola Tia Eva ocorreu no ano de 2007, já como docente de História na educação básica. Naquela ocasião, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), por meio do núcleo de formação continuada em história, promoveu uma aula de campo com os professores na comunidade. O objetivo dessa formação era pensar como a história e o patrimônio cultural da comunidade poderiam ser direcionados ao ensino. A partir dessa experiência, no ano seguinte, participei de um projeto pedagógico interdisciplinar intitulado “Diálogos sobre reconhecimento, valorização e diversidade”, que integrava as disciplinas de História, Língua Portuguesa e Arte. O público-alvo foram os discentes do oitavo ano do ensino fundamental da Escola Municipal Prof. Múcio Teixeira Júnior, que tinham em seu currículo escolar noções, conceitos e habilidades relacionadas ao ensino de História local e a Educação Patrimonial.

O projeto se iniciou com a pesquisa sobre os quilombos no Brasil, com o objetivo de produzir um verbete sobre a escravidão e resistência dos escravizados. Após o período de pesquisa e apresentações dos trabalhos, o projeto culminou em uma visita à Comunidade Quilombola Tia Eva. Na visita, os alunos conheceram a igreja de São Benedito⁴ e conversaram com Seu Sérgio Antônio da Silva, popularmente conhecido como Seu Michel, e ouviram as memórias do bisneto da tia Eva. Nesses diálogos, foi possível perceber que muitos deles desconheciam a existência de uma comunidade quilombola em sua cidade, ficaram surpresos e sensibilizados com as histórias narradas. Após esse encontro, o projeto pedagógico terminou com a exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos, que atuaram como multiplicadores dessa experiência.

A invisibilidade da comunidade no ensino de História local, somada à falta de materiais didáticos para o ensino dessa temática, foi a grande motivação pela escolha da Comunidade Quilombola Tia Eva como objeto de pesquisa. Considerando a escassez de trabalhos que abordam a temática, sobretudo no âmbito do ensino de História, a presente pesquisa e seus desdobramentos pretende oferecer, por meio do *website*, um instrumento pedagógico que colabore para o reconhecimento e valorização da história da comunidade. Além disso, esse instrumento pode promover um sentimento de pertencimento dos estudantes negros e quilombolas, contribuindo para o fortalecimento e afirmação identitária dos alunos e das alunas sul-mato-grossenses.

A historiadora Hebe Mattos defende que “[...] dizer-se negro ainda é basicamente assumir a memória da escravização inscrita na pele de milhões de brasileiros. Essa é a base que empresta consciência histórica à discussão sobre políticas de ação afirmativa no Brasil” (MATTOS, 2006, p. 111). Nesta perspectiva, o ensino de História pode ser um importante

⁴ Foi tombada pelo decreto municipal nº 3523, de 15 de junho de 1996. Dois anos depois, o Estado de Mato Grosso do Sul realizou o tombamento da igreja de São Benedito por meio da Resolução/SECE, de 07 de maio de 1998.

instrumento para afirmação da identidade negra no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da identidade racial dos educandos e a consciência histórica de suas raízes, fomentando a luta por direitos e reconhecimento.

Os historiadores Flávio Gomes e Petrônio Domingues, defendem que o ensino de História possa ter como objeto central o quilombo e as comunidades remanescentes de quilombo, pois

[...] as comunidades quilombolas ressematizam uma memória viva da diáspora africana no Brasil. Isto significa que as ações educacionais e projetos pedagógicos devem dialogar com a história e a cultura dessas comunidades, respeitando, na medida do possível, suas tradições, seus “costumes em comum” e seu fecundo patrimônio multicultural (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 21).

Com um leque de possibilidades a serem consideradas, a pesquisa terá como foco a Comunidade Quilombola Tia Eva, a partir de sua formação, iniciada em 1905, período do pós-abolição da escravidão, até a morte da matriarca que dá o nome a comunidade, em 1926. Este recorte espacial e temporal é justificado pelo protagonismo exercido por Eva Maria de Jesus, durante sua migração para Campo Grande, formação da comunidade e na realização da festa de São Benedito, que se constitui no patrimônio cultural.

A formação da Comunidade Quilombola Tia Eva está intrinsecamente ligada à trajetória da matriarca Eva Maria de Jesus. Nascida escrava, no interior de Goiás, obteve a alforria por volta dos 50 anos de idade. No final do século XIX, migrou para o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), onde trabalhou como curandeira, cozinheira, lavadeira, parteira e benzedeira. Com pecúlio próprio, adquiriu as terras onde hoje está localizada a comunidade quilombola. Devota de São Benedito, construiu uma igreja para o santo como pagamento de uma promessa e instituiu anualmente uma festa em homenagem ao padroeiro da comunidade, que é realizada todo mês de maio pelos seus descendentes.

Segundo Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos, foi uma ferida não cicatrizada que motivou tia Eva a fazer a promessa, construir a “igrejinha”⁵ e iniciar a tradição dos festejos e celebrações em torno de São Benedito, atualmente o patrimônio cultural da comunidade⁶.

No caminho para Campo Grande, tia Eva, ainda com a ferida na perna que não cicatrizava, fez uma promessa a São Benedito: caso ele a curasse, construiria no lugar de moradia uma igreja em homenagem ao santo, como relata Seu Otávio Gomes de Araújo: “Ela tinha uma ferida muito grande na perna, e aquela ferida ficou crônica. Aí ela fez uma promessa: lá em Mato Grosso, quando eu chegar, eu vou me instalar, se eu sarar dessa perna, eu vou fazer uma capela de São Benedito. Ela era devota de São Benedito” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 164).

Considerando que a comunidade foi fundada com base na tradição oral e tendo em conta a escassez de fontes e documentos escritos relacionados ao objeto e recorte temporal

⁵ Em trabalho de campo realizado na comunidade, entre o final de 2020 e início de 2021, alguns descendentes que foram entrevistados se referem à igreja de São Benedito como “igrejinha”. Esse termo assume uma conotação afetiva nas entrevistas, além do fato de a igreja possuir dimensões modestas (cerca de 29 metros quadrados) em comparação a outras edificações religiosas da cidade.

⁶ O projeto de Lei nº 9.333/19 instituiu no calendário oficial do município de Campo Grande a festa de São Benedito, comemorada anualmente na segunda semana do mês de maio, com duração de dez dias consecutivos.

desta pesquisa, a memória coletiva terá papel fundamental na investigação da trajetória de tia Eva e a fecunda comunidade que se desenvolveu em seu entorno. As memórias e narrativas dos membros da comunidade serão os “fios condutores” para a construção do *website*.

A questão das fontes (ausência muitas vezes) não pode constituir obstáculos. A memória do campesinato negro e a organização de milhares de micro-sociedades são reveladoras destas simbioses e conexões das várias experiências pretéritas dos quilombolas entrelaçadas com migrações, doações e práticas costumeiras de acesso a terra no pós-abolição (YABETA; GOMES, 2013, p. 110).

A escassez de fontes e documentos escritos sobre a comunidade, assim como o silêncio da historiografia, verificado por meio do levantamento de pesquisas sobre a comunidade, foram dificuldades para o percurso desta pesquisa. Entretanto, como argumentaram Daniela Yabeta e Flávio Gomes (2013), as novas perspectivas da historiografia da escravidão e do pós-abolição oferecem novos procedimentos metodológicos de pesquisa, que tomam a memória como fonte de estudo das comunidades quilombolas no tempo presente.

A partir dessa constatação em torno da escassez de fontes e documentos escritos sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva, esta pesquisa adotou a metodologia da História Oral por meio de entrevistas em trabalho de campo, que se realizou nos meses de janeiro e fevereiro de 2021. O período de visitas na comunidade coincidiu com as férias escolares, sendo que um aspecto que me chamou muito a atenção foi ter observado uma grande quantidade de crianças brincando de jogar bola no pátio frontal da igreja de São Benedito. Percebi em um primeiro olhar a falta de espaços para a prática de lazer e esporte na comunidade.

Como já havia estado na comunidade para um projeto pedagógico, citado anteriormente, conhecia o Seu Michel e sabia onde ele reside. Seu Michel estava sentado na varanda com sua esposa, em uma tarde de muito calor, e logo que me viu parado no portão de sua casa pediu para eu entrar. Assim que me aproximei, me apresentei e expliquei qual era o motivo de minha visita e ele me indagou: você já falou sobre sua pesquisa com o presidente da associação? Entendi que esse seria o primeiro passo para a realização ou não do trabalho de campo. Seu Michel apontou para a moradia do senhor Ronaldo Jeferson da Silva e em seguida me direcionei para a frente de sua residência. Após uma primeira tentativa frustrada de contato, marquei um horário com o senhor Ronaldo por telefone e tivemos uma primeira reunião em sua residência.

Apresentei-me como um professor de História da educação básica, recém ingressado no mestrado e, talvez por esta razão, fui bem recebido não só no primeiro contato, mas em todas as seis entrevistas realizadas. Entretanto, o primeiro contato entre esta pesquisa e a comunidade foi cercado por uma indagação que foi feita pelo senhor Ronaldo: o que a comunidade iria ganhar com essa pesquisa? O questionamento foi precedido de uma contextualização acompanhada por uma crítica à academia. Segundo o presidente da associação, muitos pesquisadores vão à comunidade, realizam pesquisas que são bem avaliadas e reconhecidas, na maioria das vezes, mas depois “somem” e a comunidade continua a mesma, com suas demandas e problemas. Quando apresentei a intenção da

pesquisa e seus desdobramentos voltados para o ensino de História, pude perceber uma boa recepção naquele momento, já que a comunidade enuncia sua relevância histórica e se articula em favor de políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa poderia contribuir para promover a visibilidade, reconhecimento e valorização em um outro campo.

Tão logo obtive a autorização para a realização da pesquisa de campo, assim como a permissão para o registro do domínio do *website* por parte da associação, iniciei os primeiros contatos para a realização de entrevistas. As entrevistas foram realizadas seguindo roteiro prévio de perguntas⁷. Em resalva, é mister destacar que parte dessas perguntas seguiram os roteiros propostos nas *Fichas do Inventário*⁸, elaborados e publicados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os indivíduos que foram entrevistados validaram um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual foram apresentados os objetivos da realização da entrevista. Em nota, e para devidos esclarecimentos, o protocolo de biossegurança estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foi adotado como medida de saúde coletiva. As entrevistas, previamente agendadas, foram realizadas com distanciamento social, uso de máscaras, higienização das mãos com o uso de álcool em gel, em virtude na pandemia do novo coronavírus.

A escolha dos entrevistados por esta pesquisa, limitado ao número de seis pessoas em virtude da pandemia do novo coronavírus, ocorreu de acordo com a disponibilidade e disposição do entrevistado com a pesquisa, obedecendo três critérios metodológicos. O primeiro era o maior grau de parentesco com tia Eva, no qual se encaixaram os bisnetos Seu Michel, Seu Otávio Gomes de Araújo (*in memoriam*) e Dona Adair Jerônima e a tataraneta Dona Neuza Jerônima. O segundo critério foi a liderança política no interior da comunidade, exercida na figura do presidente da associação, o senhor Ronaldo Jeferson, enquanto o terceiro método foi entrevistar alguém da comunidade que se relacionasse com a educação, no qual se condisse Dona Vânia Lúcia, graduada em História e coordenadora pedagógica da Escola Estadual Antonio Delfino Pereira, localizada na comunidade. A realização das entrevistas teve como objetivo a coleta de memórias sobre o protagonismo e liderança de tia Eva que pudessem subsidiar a criação do *website*.

Para Michael Pollak (1989), o campo da memória é marcado por disputas, conflitos e competição. De acordo com Pollak, esse cenário ocorre com mais frequência nas relações entre a sociedade englobante e grupos minoritários, entre memória oficial e dominante e as memórias subterrâneas. Em meio a esse cenário de disputas, as memórias sobre o protagonismo da tia Eva, que durante muito tempo foram silenciadas, ganharam um importante impulso na direção do reconhecimento e da valorização partir da Lei nº 10.639/03. Sobretudo depois de 2003, pesquisas em diferentes campos procuraram dar visibilidade às

⁷ Disponível no anexo e no apêndice.

⁸ A metodologia adotada para a construção das entrevistas seguem os roteiros propostos nas Fichas do Inventário, categoria “Celebrações”, que constam no Manual de Aplicação de Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação, elaborado e publicado em 2013 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), p. 25-29.

memórias dos integrantes da comunidade, além de fortalecer a identidade por meio da memória, como apontado por Pollak.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (POLLAK, 1989, p. 10).

A presente dissertação pretende recorrer às memórias dos membros da comunidade para desenvolver o *website*. Este instrumento pedagógico de ensino de História se pautará no reconhecimento da diferença, sem a pretensão de realizar a imposição identitária, mas sim no entendimento de uma pedagogia multicultural que possa preservar, ao mesmo tempo, o direito de ser igual e diferente (MUNANGA, 2015). Neste sentido, a pesquisa sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva e o material didático elaborado podem oferecer um novo espaço para o reconhecimento, valorização e reparação para a história de uma comunidade excluída, silenciada e invisibilizada.

Quanto à organização da dissertação, esta será dividida em quatro seções. O primeiro capítulo, intitulado *A Lei 10.639/03 como agenda antirracista: impactos e desafios para o ensino de História*, apresenta uma discussão sobre a Lei 10.639/03, partindo da perspectiva de sua regulamentação como fruto de uma das demandas do Movimento Negro no Brasil. Esta seção tem como objetivo analisar os impactos e desafios da implementação desta normativa no ensino de História e sua relação com o estudo de comunidades quilombolas. Este capítulo foi elaborado a partir das pesquisas desenvolvidas por Anderson Oliva (2003), Nilma Lino Gomes (2005), Petrônio Domingues (2007), Martha Abreu e Hebe Mattos (2008), Luciano Roza e Júnia Pereira (2012), Amílcar Araújo Pereira (2012), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2013) e Kabengele Munanga (2015).

O segundo capítulo, cujo título é *Comunidades Quilombolas no Brasil e em Mato Grosso do Sul*, discute os conceitos de “quilombo” e “remanescente de quilombo”, estabelecendo conexões entre as comunidades formadas no período escravista com as comunidades negras do pós-abolição, como é o caso da Comunidade Quilombola Tia Eva. O campo dessa discussão será a História Social dos Quilombos, tomando como referência os estudos realizados por Hebe Mattos (2006; 2008; 2011; 2019), Martha Abreu (2008; 2011; 2019), Flávio Gomes (2006; 2013; 2015; 2018), Carlos Alexandre Plínio dos Santos (2010; 2012), Lourival dos Santos (2017; 2019), Daniela Yabeta (2013), João Batista Alves de Souza (2019; 2020) e Manuela Areias (2016; 2018; 2020). O debate macro teve o Brasil e a América como ponto de partida, perpassando o estado de Mato Grosso do Sul para atingir o foco desta dissertação: a Comunidade Quilombola Tia Eva.

Posteriormente, o terceiro capítulo, *Formação e trajetória da Comunidade Quilombola Tia Eva*, trouxe como ênfase as memórias, a história e o protagonismo de Eva Maria de Jesus. A construção desta seção foi subsidiada por entrevistas em trabalho de campo e pesquisas bibliográficas sobre a trajetória desta personagem, com destaque para as pesquisas realizadas por Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2010; 2012), Myleide Meneses Oliveira Machado (2019) e Pedro Henrique Gomes Pereira (2016). Este capítulo também discutiu o protagonismo de mulheres negras, o processo de formação da Comunidade Quilombola Tia Eva e a celebração em homenagem a São Benedito, tradição que se manteve ao longo dos anos.

Por derradeiro, o quarto capítulo, *O quilombo de tia Eva por meio de um website: ensino de História, tecnologias digitais e memória*, foi subdividido em duas partes, sendo que a primeira foi direcionada para a descrição das etapas do processo de construção do *website*, além da discussão em torno do uso de tecnologias digitais no ensino de História e a expansão da História Pública como instrumento de divulgação científica para o grande público. A segunda parte dessa seção consiste na apresentação do conteúdo do *website*, construída de modo a localizar e entender as estruturas digitais que compõe a página sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. Este capítulo contou com o subsídio teórico das pesquisas realizadas por Caroline Kraus Luvizotto, Elvis Fusco e Aline Cristina Scanavacca (2010), Carlos Tadeu Queiroz de Moraes, José Valdeni de Lime e Sérgio Roberto Kieling Franco (2012), Anita Lucchesi (2013), Sandra Regina Santana Costa, Barbara Cristina Duqueviz e Regina Lúcia Sucupira (2015), Alexandre Martins dos Anjos e Glaucia Eunice Gonçalves da Silva (2018), Guilherme da Costa Nunes (2018), Fernando Nicolazzi (2019), Martha Abreu, Hebe Mattos e Keila Grinberg (2019) e Paulo Henrique Penna de Oliveira (2020).

Esse último capítulo foi elaborado com a finalidade de dar centralidade ao material didático voltado para o ensino de História. O *website* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva foi construído como um instrumento pedagógico, que pode oferecer aportes para o ensino dessa temática ao professor de História. Esta página possui uma *interface*⁹ dividida em dez seções, compostas por imagem e título que funcionarão como um *hiperlink*¹⁰, capaz de levar o usuário a um determinado conteúdo localizado no *website*. Os conteúdos de visitação estão organizados nas seguintes seções: 1) Formação e Localização; 2) Memórias de tia Eva; 3) Igreja de São Benedito; 4) Festa de São Benedito; 5) Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul; 6) Sugestões Didáticas; 7) Passeio Virtual em 360º; 8) Teste seus

⁹ *Interface* significa comunicação. Desta forma, seu objetivo é realizar uma conexão entre dois elementos que, diretamente, não poderiam se conectar. Por exemplo, quando utilizamos um computador, estamos diante de uma *interface* que interage entre o sistema operacional e os comandos realizados pelo usuário.

¹⁰ O *hiperlink* ou hiper ligação é um elemento contido em uma página da *web* que faz a referência a outro texto, outra página ou outra seção. O *hiperlink* se apresenta como elemento clicável, que faz a ligação de um lugar a outro.

conhecimentos jogando - *Quiz*¹¹ virtual; 9) Pesquisas e Publicações sobre a Comunidade; 10) Vídeos sobre a Comunidade¹².

Por fim, na seção anexo, esta dissertação irá apresentar a metodologia utilizada para a construção das entrevistas em trabalho de campo, que seguem os roteiros propostos nas *Fichas do Inventário*, categoria *Celebrações*, que constam no *Manual de Aplicação de Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação*, elaborado e publicado em 2013 pelo IPHAN. Além disso, os apêndices apresentam dois planos de aula que se relacionam com as fontes e informações contidas no *website*, bem como as questões que compõe o jogo virtual sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva, instrumento que integra a página na *web* construída por esta pesquisa.

¹¹ *Quiz* é o nome de um jogo de questionários, que tem como objetivo fazer uma avaliação dos conhecimentos sobre um determinado assunto. O *quiz* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva será virtual, estando alocado em uma das seções da página sobre a comunidade.

¹² O endereço virtual do *site* da comunidade já teve o seu domínio registrado. A utilização do nome da comunidade contou com a autorização da Associação Beneficente dos Descendentes de Tia Eva. O endereço registrado na *web* é: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>.

CAPÍTULO I - A LEI 10.639/03 COMO AGENDA ANTIRRACISTA: IMPACTOS E DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O processo de construção de uma educação voltada à valorização, reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial é recente no Brasil. A partir do final da ditadura civil-militar, ocorrida em 1985 e, em especial, durante a década de 1990, a educação e o ensino de História passaram por mudanças. Entre elas, podemos citar a introdução das noções de pluralidade cultural e relações étnico-raciais, que foram estimuladas a partir de normatizações estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1996.

O eixo transversal da pluralidade cultural, explícito nos PCNs, abriu caminho para o desenvolvimento de “[...] políticas de reparação e de ação afirmativa em relação às populações afrodescendentes” (ABREU; MATTOS, 2008, p. 9). Fruto da articulação do Movimento Negro, que lutou pela democratização e correção das desigualdades históricas, a Lei 10.639 de 2003 e as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, de 2004, levaram para a escola a discussão da questão racial e combate ao racismo, “[...] tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial” (*Ibid.*).

Os dois marcos legais citados anteriormente, inseridos no campo das políticas públicas educacionais, trouxeram para o ensino de História conteúdos escolares que visam promover a equidade entre os diversos grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira. Assim, os aspectos da História e Cultura Afro-brasileira começaram a ser percebidos e explorados na educação básica, tornando-se um importante instrumento de combate ao racismo, por meio do reconhecimento, valorização e respeito à diversidade, como preconizam as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais” de 2004:

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 12).

A partir desse pressuposto, é importante realizar as seguintes indagações: como valorizar, reconhecer e respeitar a História e Cultura Afro-brasileira no ensino de História? Como o ensino, pautado nas políticas públicas educacionais, pode ser um instrumento de educação antirracista? Responder a essas questões não é uma tarefa simples, tendo em vista que as mudanças ocorridas no ensino de História, a partir do final dos anos de 1980, esbarram em gargalos, tais como a formação docente e os materiais didáticos.

Entretanto, mesmo diante de obstáculos e resistências, uma possibilidade de trabalho pedagógico que possa contemplar as questões anteriores é tomar as comunidades quilombolas como objeto de ensino. Os territórios quilombolas distribuem-se em praticamente todos os estados brasileiros, tanto no espaço rural ou urbano, abrangendo uma rica diversidade histórica e cultural, que pode ser abordada no ensino de História.

Sendo assim, a aproximação entre o ensino de História e as comunidades quilombolas pode responder as demandas estabelecidas na Lei 10.639/03 e nas “Diretrizes Étnico-Raciais” de 2004. A Comunidade Quilombola Tia Eva, localizada em Campo Grande/MS, pode servir de instrumento para o ensino do protagonismo negro da comunidade na fundação de Campo Grande, das manifestações culturais quilombolas, das questões de gênero que envolvem a comunidade fundada por uma mulher negra, liberta e mãe de três filhas: Eva Maria de Jesus, a tia Eva, entre outras temáticas.

As pesquisas em torno de comunidades quilombolas, sobretudo a Comunidade Quilombola Tia Eva, ganharam substancial impulso a partir da promulgação da Lei 10.639 em 2003. A comunidade fundada por Eva Maria de Jesus foi objeto de diversas pesquisas a partir daquele ano, contribuindo para romper com o silenciamento em torno desta comunidade. Não obstante a esses valiosos trabalhos, os quais abordamos na introdução, que contemplem o quilombo Tia Eva no ensino de História, propondo possibilidades didáticas em sala de aula.

Antes de discutirmos os impactos, possibilidades didáticas e desafios relacionados à Lei nº 10.639/03, convém analisarmos porque esta medida pode ser considerada como uma política de reparação em relação à escravidão africana no Brasil. Para tanto, nesse primeiro momento, iremos nos dedicar a analisar a trajetória da disciplinarização da História no Brasil, e como esta disciplina contribuiu para a construção de estereótipos e colaborou com silenciamentos no que tange à História da África e Cultura do Afro-brasileiro, e, em especial, as comunidades quilombolas.

O processo de disciplinarização da História, ocorrido na primeira metade do século XIX, inseriu-se em um projeto de educação para o Brasil, ainda que naquele momento o acesso a essa educação fosse restrito a uma elite branca, livre e aristocrática. Para Circe Bittencourt (2018) e Thais Fonseca (2006), a constituição da disciplina de História tinha como finalidade educacional sedimentar a construção de uma identidade nacional para o país, que acabava de se tornar independente de Portugal nesse mesmo contexto histórico.

Do século XIX até meados do século XX, a elite intelectual utilizou o ensino de História para construir e difundir a identidade nacional para o Brasil. A estrutura dessa identidade nacional foi elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Este instituto, fundado em 1838, ficou encarregado de elaborar uma história nacional, determinando as diretrizes para os programas curriculares e manuais didáticos a serem utilizados nas escolas (FONSECA, 2006). Coube ao alemão Karl Philipp von Martius, vencedor de um concurso promovido pelo IHGB, a tarefa de construir tais princípios e diretrizes. Assim, as diretrizes para a disciplinarização da História direcionavam-se para a construção da identidade brasileira a partir de

[...] uma história que partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um possível branqueamento como caminho seguro para a civilização. Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola (FONSECA, 2006, p. 46).

A elaboração das diretrizes do IHGB foi fortemente influenciada pelo positivismo de Augusto Comte. Para o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2015), os pressupostos do positivismo influenciaram os intelectuais da época a praticar o esquecimento voluntário dos indígenas e negros, entendidos como raças inferiores e um obstáculo para o progresso e desenvolvimento de uma civilização na América.

De acordo com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, a herança da colonização europeia no Brasil era valorizada “[...] não como um dos componentes da cultura nacional, mas como aquele em que todos deveriam privilegiadamente se pautar” (2013, p. 02). Ainda de acordo com a autora, o ensino de História serviu como instrumento da disseminação desta perspectiva, na maioria das vezes com êxito, o que acabou contribuindo para construir preconceitos e estereótipos em relação aos indígenas e aos negros.

Foi nesse contexto que se constituiu a História como disciplina escolar no Brasil, sendo que a narrativa histórica construída colocava-se a serviço de uma visão etnocêntrica que produziu estigmas, estereótipos e que, principalmente, silenciava a história e as contribuições culturais dos africanos e seus descendentes na formação do Brasil. Reconhecer-se negro no país não era uma tarefa fácil, pois suas histórias e memórias foram silenciadas desde a chegada dos primeiros escravizados em terras brasileiras. Negros e índios eram ignorados ou tratados de forma hierarquizada pelos intelectuais da época. Segundo Abreu e Mattos,

Desde o período colonial, as cores hierarquizavam não apenas livres e escravos, mas uma crescente população livre descendente de antigos escravizados que se alforriavam das mais diversas maneiras. Silenciar sobre elas foi uma das formas históricas encontradas para tentar negar essas hierarquias (2008, p. 10).

A perspectiva citada sobre as relações étnico-raciais esteve presente desde o início da disciplinarização da História, sedimentando e enraizando a visão harmoniosa entre o branco, o índio e o negro. Tal harmonia teria como resultado a mestiçagem, constituindo a gênese da formação de uma identidade brasileira baseada na democracia racial. Esta tese, sistematizada e divulgada por Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-grande & Senzala*, de 1933, enfatiza que o povo brasileiro seria resultado do entrelaçamento idílico das matrizes culturais (índio, branco e o negro), construindo a narrativa de que a miscigenação ocorrida no Brasil foi resultado da “boa escravização”. De acordo com Munanga,

O aparecimento em cena de Gilberto Freyre influenciara fortemente a imagem de um Brasil construído sobre relações harmoniosas entre brancos e as outras raças até então consideradas inferiores, sendo a mestiçagem essa prova eloquente da harmonia entre as raças (2015, p. 30).

Conforme argumentou Freyre, a miscigenação observada no Brasil foi fruto das relações sociais amistosas e pacíficas entre os senhores e os escravizados, em um processo de

equilíbrio de antagonismo. Para Freyre, “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (2003, p. 33).

Nilma Lino Gomes (2005) aponta que, entre as décadas de 1930 a 1950, a interpretação da realidade social e racial do Brasil de Gilberto Freyre extrapolou as fronteiras nacionais, contribuindo para sedimentar o “mito da democracia racial”.

A interpretação de Gilberto Freyre (1933) do Brasil, infelizmente, ainda é muito forte na sociedade brasileira, na esfera política, na escola, entre outros espaços sociais importantes, e tem colocado limites e empecilhos no posicionamento da sociedade brasileira na luta contra o racismo (GOMES, 2005, p. 59).

A escola e o ensino de História foram espaços onde o “mito da democracia racial” foi, de acordo com Lourival dos Santos (2019), repetido à exaustão. Desde as séries iniciais até o final da educação básica, tal narrativa reforçava a ideia de harmonia no processo de formação da sociedade brasileira, difundindo a ideia de que no Brasil a sociedade é aberta para todas as culturas, sendo livre de tensões raciais observadas em outros países. Segundo Santos, “[...] a percepção que temos de nossa história é de um colonizador branco ativo que toma a iniciativa da empreitada civilizadora e que enfrenta a resistência de índios perigosos e de negros rebeldes, ambos preguiçosos, indolentes” (2019, p. 146).

Para Santos, a repetição do “mito da democracia racial” no ensino de História contribuiu para a negação do racismo em relação ao negro e reforçou estereótipos. De acordo com Gomes, o “mito da democracia racial” pode ser entendido como uma corrente ideológica, construída com a finalidade de negar o racismo e perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações.

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais (GOMES, 2005, p. 57).

Para a historiadora Manuela Areias Costa (2018), a historiografia hegemônica, que se assentava no “mito da democracia racial”, começou a passar por um processo de revisão somente no final da ditadura civil-militar. As referências para o processo de revisão de conceitos e narrativas estavam articuladas nas seguintes bases: estudos da Antropologia, que impulsionaram uma significativa revisão, levando à ampliação dos objetos, das fontes e à valorização do indivíduo enquanto agente transformador; a História Social, desenvolvida na

Inglaterra, a denominada “história vista de baixo” proposta por Edward P. Thompson, que ressaltava a valorização, percepção e atuação dos indivíduos nos processos históricos; a Micro-história italiana, representada, principalmente, por Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, pautada na análise de elementos históricos em escala reduzida, com o objetivo de realizar a compreensão de um panorama mais amplo a partir dessa escala de análise; a História Social do sul dos Estados Unidos, a partir dos trabalhos de Hebert Gutman e Eugene Genovese, que analisaram as ações autônomas dos escravizados no âmbito da vida familiar e cultural.

No contexto da renovação de estudos sobre a escravidão, abolição e pós-abolição, questionou-se a história hegemônica, impulsionando a realização de pesquisas, artigos, dissertações e teses em diálogo com uma bibliografia estrangeira. De acordo com Anderson Oliva, o referido processo de mudanças, também apontadas por Areias Costa (2018), ocorreram nas duas últimas décadas do século XX.

Se o ensino de História no Brasil passou por uma profunda transformação nos últimos vinte anos [...] Da criação da primeira cátedra de História no país, em 1838, no Colégio Pedro II, até o final dos anos 1970, as mudanças no ensino da disciplina foram limitadas pelo modelo positivista hegemônico em uso. Porém, os anos 1980 e 1990 reservaram um espaço fecundo e estimulante para a (re)significação de sua existência. Estabeleceu-se um diálogo, mais ou menos aberto, entre os diversos setores interessados em repensar a abordagem da História em sala de aula (OLIVA, 2003, p. 424).

O processo de renovação na historiografia, apontado por Areias Costa (2018) e Oliva (2003), resultou no início da renovação dos materiais didáticos voltados à educação básica. De acordo com Fonseca (2006), em Minas Gerais foi implantado um programa curricular que sistematizou as expectativas em torno de um ensino de História crítico, reflexivo e democrático no período da redemocratização. Elaborado no ano de 1986, esse programa influenciou na construção de novos materiais didáticos, que tiveram circulação no âmbito nacional.

Se por um lado os novos materiais didáticos abriram espaço para um ensino de História mais crítico, por outro lado Areias Costa argumentou que “[...] muitos livros didáticos continuaram (e ainda continuam) representando o negro como mão de obra cativa e força bruta, sem levar consideração os aspectos culturais que já traziam da África na diáspora” (2018, p. 136). Assim, é possível perceber que as mudanças no ensino de História ainda não tocavam nas relações étnico-raciais, silenciando a história e cultura do afro-brasileiro.

Se num primeiro momento a nova história a ser ensinada nas escolas apoiava-se teoricamente no materialismo histórico – e o momento político favoreceu, sem dúvida, essa escolha –, logo no final dos anos 80 e início dos 90 a historiografia brasileira acelerava um significativo processo de renovação, expondo a influência cada vez mais nítida da chamada “nova história” (FONSECA, 2006, p. 65).

Como destacado por Fonseca (2006), a década de 1990 aprofundou o processo de mudança no ensino de História, influenciada por novas tendências na historiografia. Para Júnia Sales Pereira e Luciano Magela Roza, o processo de revisão no ensino de História

também partiu de pressões do Movimento Negro contra narrativas racistas. De acordo com Pereira e Roza, a renovação evidenciou

[...] reconfigurações no ensino de história [...] que, certamente, vêm positivar a silenciada e/ou sub-representada história africana e afro-brasileira. Pressões postas no tempo presente, sobretudo aquelas advindas do combate ao racismo, forçam a uma reconfiguração das narrativas históricas com repercussões nas formas de abordagem da história do Brasil. Estamos diante, certamente, de uma reescrita da história e dos usos e leituras do passado possibilitadas pela produção dessa área, em especial por meio do ensino de história, forçada pela agenda antirracismo (PEREIRA; ROZA, 2012, p. 92).

Além das mudanças no ensino de História com base nas novas tendências da historiografia, os anos 1990 foram marcados por uma agenda social demandada por diversos movimentos ocorridos no país, como os movimentos indígena e negro, que reivindicavam um ensino com respeito à diversidade cultural e histórica. Assim, as políticas educacionais do Brasil foram impactadas, a partir desta década, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. “Constata-se que houve mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso de formação de uma cidadania democrática” (BITTENCOURT, 2018, p. 142).

A partir das pautas de reivindicação dos movimentos sociais e com a renovação da historiografia da escravidão e do pós-abolição, questões que envolvem a educação das relações étnico-raciais começaram a ser discutidas e percebidas no ensino de História. Esse processo teve como base metodológica ouvir as memórias dos indivíduos colocados à margem da história, na tentativa de reconhecer uma identidade, valorizando manifestações e protagonismos próprios de uma cultura que se formou no período escravista, mas que não deixou de existir no período pós-abolição. O ensino de História assumiu, nesse momento, uma posição importante e desafiadora pois, “tocar no campo dos valores, das identidades, mexe com questões delicadas e subjetivas e nos leva a refletir sobre diversos temas presentes no campo educacional” (GOMES, 2005, p. 149).

Silva argumentou que a educação das relações étnico-raciais é uma temática que não só interessava ao negro, mas a toda a sociedade em geral. De acordo com a autora

a educação das relações étnico-raciais, pois, tem papel vital na construção das sociedades democráticas que visam garantir, a todos os grupos sociais, iguais direitos, poder e autoridade. Para tanto, é indispensável, a cada cidadã e cidadão, conhecer e valorizar as histórias e culturas dos povos que originaram e têm consolidado as nações (SILVA, 2013, p. 9).

Amílcar Araújo Pereira argumentou que a introdução da educação das relações étnico-raciais no ensino não estava pautada na desconstrução de estereótipos para a imposição de outros, mas sim na perspectiva de uma pedagogia multicultural e pluriétnica. Segundo o autor,

[...] a construção de um currículo que apresente as histórias e culturas de todas as matrizes formadoras de nossa sociedade, considerando-as todas importantes e complementares, sem o “tradicional” viés eurocêntrico historicamente adotado, é algo fundamental para a formação de cidadãos com “identidades individuais e sociais” diversas e que aprendam a respeitar as diferenças e possam lidar de maneira

positiva com a pluralidade cultural, para que seja possível a construção de uma “autêntica democracia racial” (2012, p. 116).

A trajetória de mudanças na historiografia e no ensino de História das relações étnico-raciais recebeu importante impulso no início do século XXI. De acordo com Abreu e Mattos (2011, p. 1), “a constituição brasileira de 1988 abriu caminho para o desenvolvimento de políticas de reparação em relação à escravidão africana no Brasil”. Segundo Pereira (2012), o Movimento Negro teve importante papel na luta por políticas de reparação na educação brasileira. Ainda de acordo com o autor,

[...] o próprio texto da chamada “Constituição cidadã” de 1988 já refletia algumas das reivindicações de diferentes grupos sociais que até então não eram contemplados na construção dos currículos escolares de história, como se pode observar no parágrafo 1º do Art. 242 da Constituição, o qual já determinava que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. Para muitas lideranças do movimento social negro, a luta pela “reavaliação do papel do negro na História do Brasil” passava naquele momento diretamente pela intervenção no processo de construção das políticas curriculares, especialmente dos currículos de história (PEREIRA, 2012, p. 115).

O primeiro passo na consolidação dessa temática no ensino de História foi a lei federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a LDB de 1996, com acréscimo dos artigos 26-A, 79-A e 79-B (BRASIL, 2003a). O primeiro artigo dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Este dispositivo legal apresenta dois parágrafos orientativos: um deles deixa claro que os conteúdos referentes a temática da lei devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial na disciplina de História. Já o outro parágrafo delimita que o conteúdo programático deve incluir:

[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003a).

Antes de ser sancionada, a lei sofreu dois vetos no que se referia ao conteúdo do artigo 79-A. De acordo com Márcia Moreira Pereira e Maurício Silva (2012), o primeiro veto foi em relação ao quantitativo de dez por cento do conteúdo programático anual à temática africana e afro-brasileira, o argumento para o veto foi que este percentual era inconstitucional. Já o segundo veto, “[...] relacionava-se à proposta referente aos cursos de capacitação para professores, que deveriam contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e outras instituições de pesquisa” (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 8). O veto sobre esse dispositivo considerou que o artigo continha matéria estranha ao seu objeto, ou seja, o artigo mencionava cursos de capacitação dentro da LDB, que não faziam nenhuma menção em seu conteúdo sobre a capacitação para professores.

A Lei 10.639/03 levou cerca de cinco anos, entre tramitações em comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal, para ser sancionada. O projeto de Lei nº 259 de 1999 que originou a alteração na LDB apresentava como justificativas

[...] a restauração da verdadeira contribuição do povo negro no desenvolvimento do país, ressaltando o fato de que a sociedade dominante discrimina e inferioriza o povo negro em relação ao chamado saber universal [...] por isso torna-se imprescritível que o Estado assumo o compromisso político de reconstrução dos currículos escolares [...] assim, torna-se imperioso e de fundamental importância que se resgate a história do povo negro, reformulando o currículo escolar nas suas deformações mais evidentes, que impedem a aproximação do negro da sua identidade étnica [...] a discriminação racial nas escolas públicas manifesta-se no momento em que os agentes pedagógicos não reconhecem o direito à diferença e acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira [...] o Brasil é, fundamentalmente, um país de formação pluriétnica e multicultural. Mas o povo negro ocupa posições subalternas em relação à classe dominante, que considera a cultura afro-brasileira inferior e primitiva, sob a ótica e os parâmetros da cultura branca, que exclui dos currículos escolares e dos livros didáticos a verdadeira contribuição do povo negro na história, desenvolvimento e na cultura do país (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1999, p. 233).

Segundo Sales Augusto dos Santos (2005, p. 34), “a lei federal, simultaneamente, indica uma certa sensibilidade às reivindicações e pressões históricas dos movimentos negro e antirracistas brasileiros, como também indica uma certa falta de compromisso vigoroso na sua execução”. A principal crítica de Santos (2005), foi em relação à falta de obrigatoriedade dos cursos de graduação, em especial no campo da licenciatura, para preparar os professores da educação básica a lecionar a temática determinada pela lei. Desta forma, esta seria uma dificuldade para a implementação da lei no ensino de História, uma vez que na visão de Santos (2005) a responsabilidade para a implementação da lei recaía exclusivamente sobre os professores e gestores das instituições de ensino.

De acordo com José Ricardo Oriá Fernandes (2005), a Lei nº 10.639/03 representou um grande avanço para o ensino de História no Brasil, pois foi pensada na perspectiva da pedagogia multicultural, com respeito à diversidade étnica e cultural do país. Por outro lado, Fernandes (2005) também identificou gargalos que dificultam a implementação da normativa no ensino. Para o autor, a maioria dos docentes não são preparados adequadamente para lecionar temáticas relacionadas à História da África e da Cultura Afro-brasileira, assim como faltam materiais pedagógicos que possam dar o suporte para o processo de ensino-aprendizagem dessa temática.

Para Anderson Ribeiro Oliva (2003), as mudanças na historiografia e no ensino de História não se refletiram nas temáticas relacionadas à História da África. Para o autor, um dos obstáculos para a inserção dessa temática no ensino está na formação de professores, pois muitos cursos de graduação não possuem disciplinas sobre a referida temática. Para a superação desses problemas, Oliva argumenta ser necessário,

A obrigatoriedade de se estudar África nas graduações, a abertura do mercado editorial — traduções e publicações—para a temática, até a maior cobrança de História da África nos vestibulares são medidas que tendem a aumentar o interesse

pela História do Continente que o Atlântico nos liga. Talvez assim, em um esforço coletivo, as coisas tendam a mudar (OLIVA, 2003, p. 456).

Além das disposições apresentadas anteriormente, a Lei nº 10.639/03 em seu artigo 79-B estabeleceu no calendário escolar, o dia 20 de novembro¹³ como “Dia Nacional da Consciência Negra”. De acordo com Petrônio Domingues, a instituição desta data atendia a demanda do Movimento Negro, que na década de 1970 passou a defender o 20 de novembro como uma data de luta e resistência da população afro-brasileira, enquanto o 13 de maio passou por uma ressignificação histórica a partir do movimento.

O dia 13 de maio, dia de comemoração festiva da abolição da escravatura, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. A data de celebração do MNU passou a ser o 20 de novembro (presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares), a qual foi eleita como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo de resistência à opressão racial. Para os ativistas, “Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou” (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Segundo Munanga (2015), o 13 de maio de 1888 é uma data histórica importante, mas que apresenta uma certa ambiguidade. De um lado a Lei Áurea aboliu a escravidão no campo jurídico, mas não materializou a inclusão social do liberto. “Por isso o Movimento Negro investe hoje na data de 20 de novembro, que tem a ver com o processo de mudança” (MUNANGA, 2015, p. 28). De acordo com Domingues, o 13 de maio de 1888 possui múltiplos significados e sentidos. O autor argumenta que se a abolição não conferiu ao negro a cidadania plena, a data passou a orientar “[...] as ações de muitos negros, conferindo sentido à sua vida cotidiana, aos seus mitos, ritos e ideais” (2011, p. 42). Assim, mesmo diante da ação do Movimento Negro em estabelecer o 20 de novembro como data cívica, diversas comunidades, como o exemplo da Comunidade Quilombola Tia Eva, realizam festas e comemorações no 13 de maio.

O estabelecimento de datas cívicas, como o 20 de novembro, como instrumento para construção de uma identidade encontra uma série de críticas. Uma delas, de Pereira e Roza (2012), considera que a abordagem da História e Cultura Afro-brasileira somente em datas comemorativas ajuda a reforçar estereótipos. Para evitar isso, Abreu e Mattos, sugerem que as datas comemorativas, como o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra no Brasil), o 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura no Brasil) ou o 21 de março (Dia Internacional contra a Discriminação Racial) sejam abordadas de maneira a:

Historicizar tais datas comemorativas, confrontando-as com documentos de época, apresenta-se como excelente forma de ensinar, de uma perspectiva crítica e dinâmica, a história das relações étnico-raciais no Brasil, relacionando-a com a memória da experiência da escravidão e da abolição, e de suas mudanças na nossa história recente (ABREU; MATTOS, 2008, p. 16).

¹³ De acordo com Petrônio Domingues (2007), a data da morte de Zumbi de Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695, passou a ser utilizada como marco simbólico da luta coletiva da população negra no Brasil em 1971, no Rio Grande do Sul com o Grupo Palmares. Com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, ocorreu o processo de nacionalização da data pelo movimento negro como dia de reflexão e/ou protesto, substituindo o 13 de maio (dia da assinatura da Lei Áurea em 1888) como efeméride de luta e resistência da população afro-brasileira.

A incorporação do 20 de novembro como “dia da consciência negra” atendeu parte da demanda do Movimento Negro. De acordo Domingues, o Movimento Negro se constituiu na “[...] luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade [...] provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizaram no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (2007, p. 101). Ainda de acordo com o autor citado, a luta dos negros e a miragem por direitos teve início no contexto da abolição da escravatura e, ao longo da temporalidade, apresentou diferentes trajetórias.

Depois da abolição os libertos foram esquecidos. Com exceção de algumas poucas vozes, ninguém parecia pensar que era sua responsabilidade contribuir de alguma maneira para facilitar a transição do escravo para o cidadão. [...] A maioria tinha estado mais preocupada em libertar os brancos do fardo da escravidão do que estender aos negros os direitos da cidadania (COSTA, 2008, p. 137).

Partindo do exposto acima, nem mesmo a abolição da escravatura criou condições para inclusão social do liberto. Para Abreu e Mattos (2008), a Lei Áurea de 1888 encerrava a história de um povo que passou por silenciamentos e apagamentos no período do pós-abolição. Em razão disso, Florestan Fernandes (1955) defendeu ser necessária uma “segunda abolição” no país. Enquanto a “primeira abolição” libertou o negro da escravidão, a segunda consistia na inclusão do negro na sociedade por meio do acesso à educação¹⁴. Nesse sentido, o Movimento Negro, sob influência da Escola Paulista de Sociologia, passou a defender que a educação seria a forma de superação das desigualdades sociais no Brasil, configurando o que Fernandes (1955) definiu como “segunda abolição”.

A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de *status*. Houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem como um “bem supremo” e uma espécie de “abre-te sésamo” da sociedade moderna. A escola passou a ser definida socialmente pelos negros como um veículo de ascensão social [...] o Jornal *Quilombo*, dirigido pelo intelectual e militante negro Abdias do Nascimento, já indicava a necessidade de educação formal para os negros como uma condição necessária à superação da exclusão socio-racial a que estavam submetidos (SANTOS, 2005, p. 21).

Com o tempo, a militância e os intelectuais negros do movimento passaram a entender que somente o acesso à educação para a população afro-brasileira não seria suficiente para promover a mobilidade vertical na sociedade, bem como diminuir ou eliminar as discriminações e desigualdades sociais no país. A partir dessa leitura, o Movimento Negro passou a se direcionar contra as narrativas e representações que inferiorizavam, silenciavam e estereotipavam a história e cultura negra no ensino.

Foi nos anos 1970 que o Movimento Negro “[...] criou as bases para a construção de uma organização que unificasse toda a luta contra o racismo no Brasil” (PEREIRA, 2012, p. 112). Embora o movimento contasse com pequenas variações em razão dos grupos diversos

¹⁴ No Brasil, desde o período colonial, o estado sempre permitiu, fomentou e legitimou legislações que dificultaram e proibiram o acesso e a permanência das populações negra e indígena no sistema educacional. Destacam-se o Decreto nº 1.331/1854, que não admitia negros/as na escola, e o Decreto nº 7.031/1878, que só permitia a essa população estudar no período noturno (MOCELIN; GROSSI, 2020, p. 231).

em seu interior, nesse contexto houve a denúncia do “mito da democracia racial”. Na “Carta de Princípios” do Movimento Negro Unificado (MNU) de 1978 havia importante demanda do movimento: “[...] a luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil” (PEREIRA, 2012, p. 113).

De acordo com Domingues (2007), a demanda do Movimento Negro, citada no parágrafo anterior, foi construída na terceira fase de sua história, ocorrida entre o final da década de 1970 e os anos 2000. Para Domingues,

[...] o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Nesse sentido, o Movimento Negro começou a reivindicar junto ao estado brasileiro a inclusão da história do continente africano e dos africanos no ensino. A demanda pela inclusão dessa temática na educação tinha como finalidade a luta contra a discriminação racial e veiculação de ideias racistas e estereotipadas no interior das escolas, visando a positivação do que é ser negro no Brasil.

Ainda nos anos 1970, militantes e ativistas negros utilizaram a poesia, a música, a dança, o teatro, a biografia de personagens históricos, pinturas e produções audiovisuais com a finalidade de promover um processo de etno-identificação no Brasil. Foi nesse contexto, que a experiência do quilombo dos Palmares e seu líder Zumbi se tornaram o principal exemplo de luta e resistência da população negra contra a escravidão.

A data de celebração do Movimento Negro Unificado (MNU) passou a ser o 20 de novembro (presumível dia da morte de Zumbi de Palmares), a qual foi eleita como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo da resistência à opressão racial. Para os ativistas, “Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou”. O movimento negro organizado, com suas reivindicações específicas, adquiriu certa visibilidade pública (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Já na década de 1980, representantes de várias entidades do Movimento Negro, de vários estados do Brasil, apresentaram uma série de reivindicações para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Dentre as reivindicações que versavam a respeito da educação se destacava: “o processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira” (SANTOS, 2005, p. 24).

Antes mesmo da lei federal de 2003, vários municípios promulgaram políticas de reparação no ensino, na tentativa de atender as demandas do Movimento Negro pelo país. Foi assim na Bahia em 1989¹⁵, Belo Horizonte em 1990¹⁶, Porto Alegre em 1991¹⁷, Belém¹⁸ e

¹⁵ Artigos 275 e 288 da Constituição do Estado da Bahia, de 05 de outubro de 1989.

¹⁶ Lei Orgânica do município de Belo Horizonte, de 21 de março de 1990.

¹⁷ Lei nº 6.889 do município de Porto Alegre, de 5 de setembro de 1991.

¹⁸ Lei nº 7.685 do município de Belém, de 17 de janeiro de 1994.

Aracajú¹⁹ em 1994, São Paulo²⁰ e Brasília²¹ em 1996 e Teresina²² em 1998 (SANTOS, 2005). Assim, os debates e as reflexões provocados pelo Movimento Negro, as consequentes revisões da historiografia sensíveis à História e Cultura dos Afro-brasileiros culminaram na promulgação Lei nº 10.639/03. Ainda que feita com um enorme atraso histórico, essa medida deu início à política de reparação no ensino.

Com o objetivo de dar continuidade à pauta de políticas afirmativas no ensino, iniciada com a Lei nº 10.639/03, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)²³ pelo MEC. Esta secretaria visava a implementação de “[...] de um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 5).

De acordo com Abreu e Mattos (2008), a partir da década de 1990 as determinações legais voltadas para o ensino, tais como a LDB e os PCNs, tiveram como pressupostos a “vontade de democratização e correção das desigualdades históricas na sociedade brasileira” (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6). Com o intuito de estabelecer diretrizes para os contornos delineados pela Lei nº 10.639/03, a SEPPIR ficou encarregada pela elaboração das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, que ocorreu no ano de 2004.

Desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e antirracistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

A própria apresentação das “Diretrizes” aponta as desigualdades entre brancos e negros na educação para justificar a atuação do estado na promoção de políticas de reparação no ensino. Segundo Abreu e Mattos (2008, p. 41), o texto desse documento “[...] trouxe aos profissionais de história, professores e pesquisadores, novos desafios”. De acordo com as “Diretrizes”, o reconhecimento, a valorização e a afirmação de direitos demandam

[...] mudanças nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de

¹⁹ Lei nº 2.221 do município de Aracaju, de 30 de setembro de 1994.

²⁰ Lei nº 11.973 do município de São Paulo, de 4 de janeiro de 1996.

²¹ Lei nº 1.187 da capital da república brasileira, de 13 de setembro de 1996.

²² Lei nº 2.639 do município de Teresina, de 16 de março de 1998.

²³ Foi criada em 2003 com o objetivo de incorporar a perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, Estados, o Distrito Federal e os municípios. Em 2015 a secretaria foi extinta e sua pauta passou a integrar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em 2016, durante o governo Michel Temer, passou a ser vinculada à pasta dos Direitos Humanos.

interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 11-12).

Enquanto a Lei nº 10.639/03 tornava obrigatório um determinado conteúdo no currículo de ensino, foram as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” que estabeleceram as orientações visando a efetividade da lei. Estas diretrizes orientavam professores, estabelecimentos de ensino e manuais didáticos a articularem três eixos no ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira: 1) a consciência política e histórica da diversidade, situando os conceitos de valorização, superação, desconstrução e diálogo; 2) o fortalecimento de identidades, desenvolvendo noções de afirmação, rompimento, esclarecimento e ampliação; 3) combate ao racismo, construindo conceitos no sentido da crítica, responsabilidade, patrimônio e oralidade. Ainda de acordo com este documento:

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 21).

Considerando que as “Diretrizes” de 2004 orientam o ensino de História a valorizar e reconhecer “[...] acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 20), a pesquisa sobre o protagonismo quilombola no estado de Mato Grosso do Sul por meio da Comunidade Quilombola Tia Eva vai ao encontro das referidas orientações. As “Diretrizes” endossam o trabalho com a História local²⁴, buscando conhecer a história e a cultura das associações que se identificam enquanto organizações negras, como os remanescentes de quilombos.

Segundo Abreu e Mattos (2008), o texto das “Diretrizes” sugere que o ensino de História em atendimento à Lei 10.639/03 se concentre de forma prioritária nas iniciativas e organizações negras. Para as historiadoras, as “Diretrizes” tem como principal intenção

[...] o incentivo ao trabalho com a história local, buscando conhecer a história das associações que se identificam enquanto organizações negras [...] o foco do trabalho escolar sobre essas associações pode se colocar sobre sua historicidade, destacando exatamente o processo histórico de construção da identidade negra do grupo, e as diversas matrizes culturais (africanas, portuguesas, norte-americanas etc.) por ele acionadas (ABREU; MATTOS, 2008, p. 15).

O foco do ensino de História sobre organizações negras pode contribuir para o reconhecimento de tradições e experiências dos grupos estudados. Um dos caminhos

²⁴ De acordo com Circe Maria Fernandes Bittencourt, a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2004, p. 168).

apontados pelas “Diretrizes” em direção a esse reconhecimento é por meio do ensino de suas manifestações culturais. Abreu e Mattos concordam com essa estratégia, mas advertem que a historicidade sobre as organizações negras não deve mumificar suas manifestações culturais, mas sim abordar sempre que possível essas expressões como “[...] culturas vivas, ligadas a lutas políticas e sociais atuais e, portanto, sujeitas a transformações de significados ao longo do tempo” (2008, p. 16).

O texto das “Diretrizes” também apresenta uma relação de temáticas de ensino sobre a História da África, que se conectam com as experiências dos afro-brasileiros. A intenção dessa proposta é “[...] uma perspectiva de não vitimização do continente a ponto de negar-lhe a capacidade de protagonismo histórico” (ABREU; MATTOS, 2008, p. 16). Nesse sentido, as “Diretrizes” recomendam que o ensino da História da África pode tratar da história da ancestralidade e religiosidade africana, das contribuições das civilizações africanas para o desenvolvimento da humanidade, do papel dos africanos e europeus no tráfico dos escravizados, da ocupação colonial na perspectiva dos africanos, as lutas pela independência política dos países africanos, das relações entre culturas e das histórias dos povos do continente africano e os da diáspora e da diversidade da diáspora nos dias atuais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 22).

Entretanto, essas recomendações levantam a seguinte questão: Por que ensinar a História da África e a Cultura Afro-brasileira no Brasil? O pesquisador Kabengele Munanga (2015) inicia a discussão dessa pergunta a partir de outra reflexão: É possível ensinar a História do Brasil sem incluir a História de todos os grupos étnico-raciais que aqui se encontraram em condições históricas diferentes e desiguais? Ainda de acordo com Munanga, a discussão sobre a diáspora negra no Brasil deve ter como ponto de partida a História da África, que necessita ter mais espaço no currículo do ensino de História.

Quase sempre, a África aparece em óbvias passagens da História do Brasil ou Geral, ligada à escravidão, ao domínio colonial no século XIX, ao processo de independência e às graves crises sociais, étnicas, econômicas e políticas em que mergulhou grande parte dos países africanos formados no século XX. A África torna-se um apêndice ou um complemento. São poucos os livros que dão destaque à História da África (OLIVA, 2003, p. 443).

Para Munanga, durante muito tempo a historiografia negou ao continente africano uma história. Predominou a narrativa de que a história no continente começava a partir do contato dos povos africanos com os colonos europeus. “Foram os ocidentais, por questões ideológicas e políticas que acabaram alienando a personalidade coletiva do africano. Como o fizeram?” (2015, p. 25).

De acordo com o referido autor, o silenciamento da História e Cultura da África, passa pela interpretação e influência do filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) sobre o continente africano. Para Hegel, boa parte da África era fechada em torno de si, desinteressada da sua própria história e em estado de barbárie e selvageria. Para o influente filósofo, viver na história e ter consciência de viver na história são coisas distintas, sendo que

a África negra estaria condenada a primeira opção até que o europeu levasse a civilização ao continente.

Partindo desses diferentes traços que determinam o caráter dos negros, Hegel conclui que a África é um mundo histórico não desenvolvido, inteiramente preso ao espírito natural e por isso mesmo se encontra ainda no começo da história universal. E como se encontrava ainda no começo da história universal, isto é, da história geral da Humanidade a África foi rechaçada fora dela (MUNANGA, 2015, p. 26).

Durante um bom tempo, a leitura de Hegel sobre a África dominou a historiografia europeia e, conseqüentemente, a do Brasil. Foi somente no século XX, que o pensamento hegeliano começou a sofrer contestações, a partir de trabalhos de Leo Frobenius, Maurice Delafosse, Arturo Labriola, Michel Foucault e Cheikh Anta Diop (MUNANGA, 2015). A partir do abandono da ótica hegeliana, teve início o aprofundamento da pesquisa sobre o continente africano.

Reconhecer que a África tem história é o ponto de partida para discutir a história da diáspora negra que na historiografia dos países beneficiados pelo tráfico negreiro foi também ora negada, ora distorcida, ora falsificada. Como é que os negros da diáspora poderiam ter uma história e uma identidade se o continente de onde foram oriundos não as tinham? (MUNANGA, 2015, p. 28).

Para José Ricardo Oriá Fernandes (2005), ao negro foi negado a participação na construção da história e cultura no Brasil, uma vez que o mesmo não possuía história antes de ser escravizado no Brasil. Mesmo tendo relevância na produção da riqueza nacional, em diferentes momentos predominaram esquecimentos ou silenciamentos em relação ao afro-brasileiro. A narrativa histórica associava à preguiça, malandragem, libidinagem e vagabundagem do negro como justificativas para a escravização dos mesmos (MUNANGA, 2015).

Nem mesmo as grandes mudanças observadas na historiografia, ao longo da história, resultaram em mudanças nos estereótipos construídos historicamente. Para Oliva (2003), no que se refere ao estudo da História da África, o mesmo processo de mudanças não foi observado. Para o autor, um dos obstáculos para a inserção dessa temática no ensino consistia no fato de que muitos professores, em sua formação, nunca tiveram, na sua graduação, contato com disciplinas específicas sobre a História da África.

Para a superação desses problemas, Oliva argumenta ser necessário,

A obrigatoriedade de se estudar África nas graduações, a abertura do mercado editorial — traduções e publicações—para a temática, até a maior cobrança de História da África nos vestibulares são medidas que tendem a aumentar o interesse pela História do Continente que o Atlântico nos liga. Talvez assim, em um esforço coletivo, as coisas tendam a mudar (2003, p. 456).

O esforço coletivo para a superação das dificuldades apontadas por Oliva também é mencionado no texto das “Diretrizes” de 2004. Além das diretrizes voltadas para o ensino das relações étnico-raciais no Brasil, tendo como possibilidades o ensino de iniciativas e organizações negras, tais como as comunidades remanescentes de quilombos, a utilização de

datas significativas para valorização, discussão e debate, o ensino da História da África e suas conexões com o Brasil, as manifestações culturais na diáspora africana, as contribuições científicas e filosóficas da cultura africana e a atuação e protagonismo negro em diferentes áreas, o texto chama atenção para a necessidade de ação conjunta entre estabelecimentos de ensino, público e privado, de diferentes níveis da educação básica, professores, cursos de graduação e pós-graduação e o mercado editorial para o “[...] comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 26). É possível compreender que as “Diretrizes” apontam para dimensões normativas e reguladoras em relação ao ensino das relações étnico-raciais. Entretanto, o texto foi construído de forma a destacar inúmeras possibilidades para o ensino dessa temática, sem estabelecer ações uniformes e fechadas sobre o ensino.

Partindo da orientação estabelecida pelas “Diretrizes”, de que o ensino de História deve abranger “[...] remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 21), o currículo de História da educação básica tem contemplado conteúdos relacionados à temática dos quilombos e remanescentes de quilombos. O novo organizador curricular das escolas públicas do estado de Mato Grosso do Sul, elaborado em 2020 e ainda em caráter provisório, traz a referida temática no currículo de História do segundo e terceiro anos do ensino médio. No segundo ano, o documento propõe a reflexão sobre as práticas e saberes agroextrativistas e agropastoris relacionados às comunidades quilombolas, articulando os componentes curriculares de História e Geografia em torno da questão fundiária no estado. Já no terceiro ano, o referencial curricular estabelece como conteúdo da grade os quilombolas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, desde os tempos coloniais até os dias atuais. As escolas públicas de ensino fundamental, em sua maioria geridas pela prefeitura municipal de Campo Grande, também dedicam conteúdos relacionados à temática dos quilombos. Também em versão preliminar, datada de 2020, para o oitavo ano do ensino fundamental, o currículo de História propõe o entendimento sobre a distribuição espacial das comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, assim como a reflexão sobre as condições atuais dessa população no estado.

Apesar de o currículo propor o trabalho com essa temática, nota-se a falta de material didático para ser trabalhado em sala de aula. Os livros didáticos adotados na maioria das escolas não contemplam as temáticas propostas no currículo do ensino de História. Além disso, observa-se uma ausência de formação continuada para professores, voltada para oferecer aportes teóricos e metodológicos para o ensino dessa temática na sala de aula. Muitos docentes da educação básica não tiveram formação em História da África e Cultura Afro-brasileira na época em que se graduaram. Soma-se a isso o fato de muitos professores desconhecerem os quilombos em Mato Grosso do Sul ou a história da escravidão negra no estado, bem como as manifestações culturais.

A inserção da temática quilombola no ensino de História na educação básica indica a sensibilidade das políticas públicas educacionais em inserir as discussões relacionadas às

questões étnico-raciais, em atendimento à Lei 10.639/03 e as recomendações das “Diretrizes” de 2004. Entretanto, o ensino dessa temática esbarra na falta de materiais pedagógicos, principalmente quando se trata do ensino de História local. A efetivação do ensino sobre a temática quilombola ocorre muito pela iniciativa e engajamento pessoal do professor, que terá que atuar como pesquisador e produtor do seu próprio material didático para lecionar os conteúdos previstos no currículo.

Ao analisarmos a trajetória do ensino das relações étnico-raciais no Brasil, bem como os caminhos para a promulgação da Lei 10.639/03, identificamos diversos impactos e possibilidades que esta lei federal provocou no ensino de História. As atuais políticas públicas educacionais, sobretudo a partir da aprovação da Lei 10.639/03 e suas “Diretrizes Curriculares”, são marcos no campo educacional, na luta antirracista e atingem tanto a educação básica quanto o ensino superior. Sem dúvida, representam um avanço, pois reconhecem a luta histórica do Movimento Negro em nosso país, cuja bandeira de luta consistia em incluir no currículo escolar o estudo das temáticas da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. No entanto, conforme exposto, suas implementações são repletas de desafios.

O ensino das temáticas relacionadas à História da África e Cultura Afro-brasileira, além de consistir em uma demanda do Movimento Negro a favor de políticas públicas de reparação no ensino, também executa um importante papel na valorização da identidade e pertencimento dos negros no espaço escolar. De acordo com Pereira e Roza, as mudanças provocadas no ensino de História operam na direção da positivação, na tentativa de superar estereótipos e preconceitos envolvidos na vitimização, folclorização, violência e sub-representação da história e cultura do negro no Brasil. “A positivação envolve, nesse contexto, tanto a afirmação do dever da memória convocado por populações e culturas sub-representadas ou silenciadas, quando o direito à história por meio de um ensino de história renovado” (2012, p. 105).

Abreu, Mattos e Grinberg, apontam que um caminho na direção da positivação podem ser os diálogos, as conversas e as visitas entre os estudantes e os membros das comunidades quilombolas. Essa aproximação proporciona o desmonte de imagens pré-concebidas e criam laços de empatia e solidariedade, contribuindo para o combate ao racismo. “O contato com comunidades quilombolas e o aprendizado com lideranças negras no campo cultural e político também permitem o reconhecimento dos saberes e protagonismos das populações negras, a compreensão da importância da diversidade cultural no mundo atual” (2019, p. 31).

Pensando no dever da memória e direito à história, esta pesquisa foi pensada com o objetivo de criar materiais e promover ações para o ensino a partir das memórias de Eva Maria de Jesus, matriarca da comunidade quilombola que leva o seu nome. Os resultados da pesquisa se desdobrarão na elaboração de um *website* direcionado ao ensino de História, que possa servir de instrumento de aproximação, ainda que em ambiente virtual, entre os estudantes da educação básica e a comunidade.

Esse instrumento pedagógico, o *website*, pretende reconhecer e valorizar a “[...] história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios urbanos e rurais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 21), que ainda carecem de visibilidade e políticas de reparação no ensino de História. Tais ações educacionais assumem o sentido de direito à reparação, do dever da memória, em razão de apagamentos e esquecimentos a que foram submetidas as histórias, organizações e manifestações culturais negras ao longo dos séculos (Cf. ABREU; MATTOS; GRINBERG, 2019).

CAPÍTULO II - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

Até março de 2008, a comunidade composta pelos descendentes de tia Eva recebia diversas denominações, sendo que entre elas se destacavam: Comunidade de São Benedito de Tia Eva, Comunidade Tia Eva Maria de Jesus e Vila de São Benedito. A partir daquele ano, a comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como remanescente de quilombo, abrindo a possibilidade para o acesso a políticas públicas de reparação para os descendentes de tia Eva.

A construção da identidade quilombola relacionada ao protagonismo de tia Eva na formação de uma comunidade negra em Mato Grosso do Sul é um movimento recente na história. As últimas décadas do século XX foram marcadas por uma mobilização política e social a favor de políticas públicas de reparação para as comunidades negras rurais espalhadas pelo Brasil. Este movimento coincidiu com o fim da ditadura civil-militar, o processo de redemocratização e as discussões em torno da elaboração de uma nova constituição para o país. De acordo com a historiadora Hebe Mattos, “quase não se discutiu formas de reparação aos ex-escravos nos meses finais da monarquia [...] que incluíssem algum tipo de acesso à terra aos recém-libertos” (MATTOS, 2006, p. 108). Portanto, as políticas públicas voltadas para as comunidades negras ocorreram com enorme atraso histórico, ganhando espaço somente a partir da década de 1980.

De acordo com os historiadores Petrônio Domingues e Flávio Gomes, o contexto histórico de mobilização descrita no parágrafo anterior foi marcado por

Eventos políticos e/ou efemérides comemorativas (transformadas em agendas de denúncias e protestos) como o centenário da Abolição da escravidão (1988), o aniversário de 300 anos da morte de Zumbi, líder do Quilombo de Palmares (1995) e mesmo a Conferência Mundial contra o Racismo, à Xenofobia e às Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001) mobilizaram diversos setores sociais na reflexão e na intervenção política visando o combate das desigualdades raciais (2013, p. 06).

As discussões sobre políticas públicas que visavam combater as desigualdades raciais entraram em cena “[...] com mais de cem anos de atraso” (MATTOS, 2006, p. 108) no Brasil. Uma das políticas públicas discutidas era sobre a necessidade de reforma agrária no Brasil, articulada especialmente em torno das comunidades negras rurais. Os eventos políticos e as efemérides comemorativas deram visibilidade nacional para a agenda a favor da reparação, que tinha na ideia de quilombo um paradigma de resistência e luta para o Movimento Negro.

Mas qual era a relação dessa agenda política com a ideia de quilombo? Quais eram as relações entre os quilombos coloniais com as comunidades negras contemporâneas? De acordo com Flávio Gomes (2015), quilombos eram comunidades que, independentemente do número de membros, proliferaram-se no Brasil ao longo dos séculos XVI e início do XX. Foi um fenômeno resultante da própria escravidão estruturada em todo o território, que possuía natureza e motivação variadas para sua formação e transformação ao longo do tempo.

[...] o quilombo brasileiro diversificou-se geográfica e historicamente, adquirindo formas diferenciadas como a do Ambrósio, em Minas Gerais, que explorava a pecuária, como o de Palmares, que era apenas agrícola com prática complementar do artesanato e da metalurgia. Toda essa diversificação dos quilombos vem demonstrar a capacidade surpreendente de adaptação que possuíam de acordo com as diferenças mesológicas do nosso território. E como se adaptou no espaço, também adaptou-se ao longo do tempo (MOURA, 2004, p. 337).

Para a historiadora Maria Beatriz Nascimento (1994), o termo quilombo possui uma variedade de significados adotados ao longo da história. Desde sua origem na África angolana, até as conotações do termo no Brasil colonial e no pós-abolição, a definição de quilombo passou por mudanças e ressignificações. De acordo com Nascimento, a origem do termo quilombo está relacionada à sociedade *Imbangala*, variando seu significado como ritual de iniciação de jovens de várias linhagens na mesma sociedade guerreira ou até mesmo território ou campo de guerra (acampamento).

Outro significado, ainda, dizia respeito ao local, casa sagrada onde se processava o ritual de iniciação. O acampamento de escravos fugitivos era quilombo. Da mesma forma, quando alguns Imbangala praticavam o comércio negreiro com os portugueses, chamava-se o grupo de quilombo. Mais tarde, no século XIX, as caravanas do comércio em Angola recebiam essa denominação (NASCIMENTO, 2018, p. 280).

Ainda de acordo com Nascimento, a definição de quilombo no Brasil esteve durante muito tempo associada as documentações oficiais portuguesas. “A primeira referência a quilombo surge em documento oficial português na data de 1559, mas somente em 2 de dezembro de 1740 as autoridades portuguesas definem ao seu modo o significado de quilombo” (1994, p. 280). No trecho citado anteriormente, é possível compreender que a definição de quilombo partiu de fora para dentro, ou seja, do modo como os portugueses enxergavam o quilombo.

Segundo Clóvis Moura, a definição de quilombo no Brasil surgiu em tempos de guerra, quando as autoridades da administração colonial reprimiram os quilombos que surgiram a partir do século XVI, com a escravização africana no país. Nesse contexto, quilombo foi associado ao escravizado que fugia e se fixava em local isolado.

Explicando o que deveria ser considerado um quilombo, o rei de Portugal, em carta ao Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, dizia que “era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles” (2004, p. 335).

Além do aquilombamento²⁵, os escravizados organizaram outras formas de resistência à escravidão, tais como a contestação, acomodação, negociações, suicídio, insurreição, revolta, entre outros. Entretanto, de acordo com Mattos (2006), a forma mais comum de resistência eram os diversos “campos negros” ou “terras de preto”, que eram micro

²⁵ Para Bárbara de Oliveira Souza (2008), aquilombar-se consiste em uma ação contínua de existência autônoma dos negros ao longo da História. Assumiu várias facetas e formas de mobilização, tais como quilombos, mocambos, terras de preto, terras de santo, entre outras. A resistência e a autonomia são as linhas gerais do aquilombamento.

comunidades camponesas dedicadas à atividade agrícola de pequena escala, voltada para o comércio interno.

As atividades econômicas autônomas dos cativos - destacando-se aí o cultivo de roças próprias e o acesso a um pequeno comércio informal - deram origem, ao longo do tempo, à formação de uma economia camponesa. Tal campesinato predominantemente negro, formado ainda na escravidão, foi constituído por roceiros libertos, cativos, lavradores, vendeiros, pequenos arrendatários e principalmente quilombolas. Existiram diversas formas de aquilombamentos, nunca “uniformes” e “repetitórios” como indicado em algumas narrativas historiográficas (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 9).

Conforme Moura (1981), onde houve escravidão existiu resistência, sendo que a experiência e formação de quilombos foi um dos movimentos mais fortes de reação à escravidão no país. A formação das comunidades quilombolas não foi um fenômeno exclusivo do Brasil. Este tipo de luta e resistência à escravidão ocorreu por toda a América escravista, recebendo diferentes tipos de denominações. As “[...] comunidades de fugitivos que receberam diferentes nomes, como *cumbes* na Venezuela e *palenques* na Colômbia [...] no restante do Caribe inglês e no Sul dos EUA, foram chamados de *marrons*” (GOMES, 2018, p. 367).

Para Daniela Yabeta e Flávio Gomes, “[...] em diversas áreas, na escravidão e no pós-abolição, quilombos e aquilombados (termo sugestivo) podiam significar territórios movediços de complexas redes sociais, envolvendo práticas econômicas com interesses multifacetados” (2013, p. 107). Assim, os quilombos no Brasil guardavam uma característica singular em relação aos outros exemplos da América: nunca houve isolamentos, pois os quilombos se articulavam das mais variadas formas com outras sociedades ao longo da história (DOMINGUES; GOMES, 2013).

No campo da história – do passado e do presente – várias questões foram colocadas. Uma das primeiras: onde existiram os quilombos no Brasil – além de Palmares que todo mundo já ouviu falar? Considerando a vastidão das experiências históricas – no tempo e espaço – talvez fosse melhor perguntar onde não houve quilombos. A escravidão – indígena e africana – pontilhou toda a América Portuguesa e depois o Império Brasileiro (DOMINGUES; GOMES, p. 7).

A perspectiva de que o conceito de quilombo é variado devido a vastidão de experiências ocorridas no tempo e no espaço é algo recente no Brasil. De acordo com Ratts, a historiografia teve “[...] pouco ou nenhum interesse sobre o tema, considerado como fato do passado, ou que emitia interpretações reducionistas de um fenômeno tão vasto e variado no tempo e no espaço” (RATTS, 2006, p. 56 *apud* NASCIMENTO, 1985). Corroborando com a visão de Nascimento (1985), Lourival dos Santos (2017), destacou que as pesquisas sobre essa temática são recentes no Brasil. Segundo Santos, “quilombos e quilombolas ocuparam a atenção de autoridades coloniais e imperiais dos séculos XVII ao XIX e de estudiosos durante todo o século XX” (2017, p. 240).

A pesquisa sobre quilombos no Brasil, ocorrida no século XX, pode ser dividida em duas vertentes. Uma delas é a corrente culturalista, na qual os quilombos são compreendidos

como formas de resistência cultural, contra a opressão dos senhores. Segundo essa visão, os quilombos eram formas de preservação da identidade cultural africana. A outra vertente é denominada como materialista, elaborada sob forte influência do marxismo, que entendia a formação de quilombos como uma forma de luta contra o escravismo no Brasil (DOMINGUES; GOMES, 2013).

Na perspectiva historiográfica do século XX, várias imagens foram produzidas para entender os quilombos. Podemos dividi-las em dois tipos: 1) uma visão culturalista – com força nos anos de 1930 a 1950 – pensou os quilombos tão somente como resistência cultural. Escravos teriam fugido e se organizado para resistir culturalmente ao processo de opressão. [...] Autores como Nina Rodrigues, Artur Ramos, Edison Carneiro e depois Roger Bastide argumentaram nessa direção; 2) uma visão materialista – que ganhou força nos anos de 1960 e 1970 com críticas formuladas às teses de benevolência da escravidão brasileira propostas por Gilberto Freyre. [...] Devido aos castigos e maus-tratos, os escravos resistiram à opressão senhorial fundando quilombos. Essas visões aparecem com força nos textos de Aderbal Jurema e depois Clóvis Moura, Luis Luna, Alípio Goulart e Décio Freitas (GOMES, 2015, p. 73).

Ainda de acordo com Gomes, as duas abordagens contribuíram para marginalizar a importância e o papel dos quilombos na história do Brasil, pois no entendimento das duas vertentes o quilombo se constituía como um mundo isolado, tanto para a resistência cultural como para luta contra a escravidão. Tal percepção de isolamento também foi construída durante o passado colonial no país, quando os quilombos eram definidos pelo Conselho Ultramarino, como local distante e isolado para onde fugiam os escravizados. Tanto a visão da administração colonial, quanto os primeiros estudos sobre quilombos no Brasil “[...] acabariam produzindo uma ideia de marginalização dos quilombos” (GOMES, 2015, p. 8).

A percepção de isolamento das comunidades quilombolas ocorreu por conta de sua localização mais comum, geralmente situadas em terras de fronteiras econômicas, protegida muitas vezes por rios, vales, montanhas e florestas. Havia quilombos que se estabeleciam em ranchos abandonados, “[...] também proliferaram os quilombos urbanos [...] principalmente nas grandes cidades escravistas” (GOMES, 2018, p. 372). Em ambos os casos, nos quilombos rurais ou urbanos, essas comunidades se articulavam com a economia local, negociando produtos de suas roças e frutas silvestres.

As comunidades de fugitivos proliferaram no Brasil como em nenhum outro lugar, exatamente por conta da capacidade deles de se articularem com as lógicas econômicas das regiões vizinhas. Nunca isolados, mocambos e quilombos realizavam trocas econômicas tanto com escravos como com a população livre: taberneiros, lavradores, faiscadores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates, quitandeiras (GOMES, 2018, p. 368).

Um contraponto à ideia de isolamento e marginalização dos quilombos no período escravista, é a reflexão proposta por Abreu e Mattos (2008), que propõem entender a identidade negra no Brasil a partir de trocas culturais através da perspectiva “Atlântica”. “Nessa perspectiva, as identidades negras da diáspora passam a ser consideradas como culturalmente híbridas e dinâmicas, não sendo circunscritas às fronteiras étnicas e nacionais” (AREIAS COSTA, 2018, p. 141). A troca entre África e Brasil pode ser notada em

manifestações culturais das comunidades quilombolas, como o jongo²⁶, no qual a performance nos tambores ou até mesmo nos versos manifestava a presença de “[...] princípios cosmológicos da África Central” (ABREU; MATTOS; GRINBERG, 2019, p. 22).

As diferentes perspectivas em torno da formação dos quilombos no Brasil se devem à diversidade, intensidade e frequência com que eram formados os quilombos. Nem mesmo a forte repressão das autoridades políticas conseguiram conter a proliferação dos diferentes tipos de aquilombamentos, fenômeno que continuou proliferando após a abolição da escravatura no final do século XIX.

A história dos quilombos teve vários e diferentes capítulos, considerando regiões, paisagens, períodos, duração, cenários, personagens, reprodução e ações. Muitos – não só Palmares – existiram durante décadas ou mesmo séculos. Fazendeiros, autoridades e os próprios escravos sabiam que em algumas regiões havia comunidades de fugitivos (e suas várias gerações ali nascidas) longevas (GOMES, 2015, p. 106).

A proliferação de quilombos no tempo e espaço resultou em diversos tipos de quilombos pelo Brasil. Essa diversidade não pode ser considerada como uma espécie de engessamento no entendimento dessas organizações, uma vez que “[...] os vários tipos de quilombos eram transformados e ao mesmo tempo transformavam as paisagens onde se estabeleciam” (GOMES, 2015, p. 74). Dependendo do contexto da época, aquilombar poderia ter diferentes significados, tais como comunidades dedicadas ao cultivo agrícola com comercialização dos excedentes, protestos reivindicatórios dos escravizados contra os seus senhores, comunidades urbanas ou comunidades extrativistas. Havia também pequenos grupos de quilombolas que se dedicavam aos assaltos a propriedades e rotas comerciais, denominados como “predadores” (FREITAS, 1982 *apud* GOMES, 2015, p. 74).

No período do pós-abolição, ocorrido no final do século XIX, “[...] os quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão” (GOMES, 2015, p. 120). O que se notou foi a total invisibilidade e marginalização dessas comunidades, pois com a Lei Áurea e o fim da escravidão, os registros judiciais, policiais ou até mesmo as denúncias de fugitivos e aquilombamentos nos jornais desapareceram, resultando na estigmatização dos quilombolas.

O invisível passaria a ser isolado e depois estigmatizado. Populações negras rurais – isoladas pela falta de comunicação, transporte, educação, saúde e políticas públicas e outras formas de cidadania – foram estigmatizadas, a ponto de seus moradores recusarem a denominação de quilombolas ou ex-escravos. Porém, nunca deixaram de existir lutas seculares no mundo agrário (GOMES, 2015, p. 123).

Percebe-se a partir da citação anterior, que a denominação quilombo para um território, bem como quilombola para os indivíduos, passou a ter uma conotação pejorativa no período do pós-abolição por conta da exclusão social. De acordo com Emília Viotti da Costa, a Lei Áurea de 1888 “[...] não correspondeu nem aos anseios dos escravistas, nem às

²⁶ O jongo, também conhecido como caxambu e corimá, é uma dança brasileira de origem africana que é praticada ao som de tambores, como o caxambu. Em 2005 foi reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (ABREU; MATTOS; GRINBERG, 2019).

expectativas dos abolicionistas” (2008, p. 111). O fim da escravidão no Brasil não foi acompanhado de indenização, como queriam os escravistas, e nem por políticas públicas de inclusão social e política, como desejavam escravizados e alguns abolicionistas.

[...] o ato legal de abolição definitiva da escravidão no Brasil se fez por uma lei assinada pela princesa regente, que simplesmente declarava abolida a escravidão no Brasil e revogava as disposições em contrário, em 13 de maio de 1888 (Lei Áurea). Após a lei, e durante alguns anos, os ex-senhores continuaram a se organizar politicamente demandando indenização pela perda de sua propriedade em escravos (MATTOS, 2006, p. 106).

Discussões sobre políticas públicas a favor de uma maior democracia rural, como um complemento da abolição da escravidão, foram organizadas por setores abolicionistas no final do Império no Brasil (MATTOS, 2006). Entretanto, a política conservadora, latifundiária, monocultora e exportadora, consolidada no Brasil desde os tempos coloniais, representava um poderoso foco de resistência aos projetos de reforma agrária e de acesso a terras aos libertos e seus descendentes. “Muitas comunidades negras rurais tiveram partes de seus territórios tomadas por processos violentos de expropriação” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 14).

No pós-abolição, o processo de invisibilidade foi gerado pelas políticas públicas – ou a falta delas – que não enxergavam em recenseamentos populacionais e censos agrícolas centenas de povoados, comunidades, bairros, sítios e vilas negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas, pastoris, extrativistas etc. Camponeses negros – parte dos quais quilombolas do passado – foram transformados em caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes (GOMES, 2015, p. 120).

Foi nesse contexto histórico, ou seja, no período do pós-abolição que Eva Maria de Jesus liderou uma comitiva composta por negros e negras, que saiu do sul de Goiás em direção ao sul do Mato Grosso, na passagem do século XIX ao início do século XX. Tal processo não se consistiu como uma fuga, mas na migração de libertos do 13 de maio, em busca do que Nascimento definiu como “[...] território de liberdade” (RATTS, 2006, p. 59 *apud* NASCIMENTO, 1985).

As lutas pela conquista de terra e a formação de outras comunidades negras rurais no pós-abolição, como o exemplo da comunidade fundada por tia Eva, não cessaram diante da pressão da elite aristocrática e a omissão do Estado. Quanto aos processos de formação das comunidades quilombolas no período da escravidão e no pós-abolição, Domingues e Gomes salientam que

As formações históricas destas são diversas: terras herdadas de quilombolas/escravos fugidos e seus descendentes da escravidão; doações de senhores ou ordens religiosas a ex-escravos; terras compradas por libertos e herdadas pelos seus descendentes; terras conseguidas do Estado em troca de participação em guerras ou ainda de inúmeras migrações de libertos e suas famílias no período imediatamente pós-emancipação (2019, p. 19).

Durante o período do pós-abolição, as comunidades negras rurais se disseminaram por várias regiões do Brasil. Partindo da análise dessas comunidades localizadas na região Sudeste, a historiadora Ana Rios elaborou uma tipologia em relação a formação dessas

comunidades. De acordo com Rios, havia um primeiro tipo definido como “campesinato itinerante”, caracterizado por grupos de libertos que percorriam o país em busca de terra e trabalho. Outra experiência foi denominada pela historiadora como “pacto paternalista”, na qual um certo grupo de libertos permaneciam nas terras de seu antigo senhor. Por último, as chamadas “terras de preto”²⁷, regiões ocupadas por ex-escravos e seus descendentes em áreas doadas por fazendeiros (RIOS *apud* GOMES, 2015, p. 123).

De acordo com a tipologia elaborada pela historiadora Ana Rios, a gestação da Comunidade Quilombola Tia Eva pode estar relacionada ao conceito de “campesinato itinerante”. Eva Maria de Jesus, acompanhada de outros libertos de Goiás e Minas Gerais, migraram em direção ao sul do Mato Grosso para se fixar em terras devolutas²⁸. Seria esse processo de luta pela terra e pela liberdade uma reminiscência em relação ao conceito ideológico de quilombo?

Para Mattos (2006), o período do pós-abolição foi marcado pela luta constante pelo reconhecimento da posse de terras para as comunidades negras rurais. Mas nem sempre essa luta relacionava a identidade destas comunidades com os quilombos do período escravista. De acordo com Gomes (2015), as comunidades negras isoladas no período do pós-abolição careciam de saúde, educação, transporte, moradia, comunicação, não eram considerados cidadãos e passavam despercebidas dos censos agropecuários realizados no período republicano. Além disso, setores agroexportadores passaram a investir contra esses territórios ocupados pelas comunidades negras rurais.

Esse cenário começou a ser alterado somente em meados do século XX, a partir da necessidade da construção de identidade das comunidades negras rurais, tendo como paradigma o conceito de “remanescentes de quilombolas”. “Atualizada, a retórica do quilombo tornou-se um libelo contra todas as formas de opressão no Brasil [...] sua mística foi reforçada com a entrada em cena das chamadas comunidades remanescentes de quilombos” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 13).

Ao longo do século XX, a despeito da existência de inúmeras comunidades remanescentes de quilombos no interior do Brasil – a maior parte das quais desconhecida -, a ideia de quilombo passou a ser agenciada. A militância negra se apropriou do quilombo como representação política de luta contra a discriminação racial e valorização da “cultura negra”. Nos anos 1960 e principalmente 1970 houve uma conexão da ideia de quilombo e resistência contra a opressão. Nas interpretações e nos usos políticos, o quilombo podia ser tanto a resistência cultural como a resistência contra a ditadura (GOMES, 2015, p. 127).

Apropriado pelo Movimento Negro, o quilombo tornou-se símbolo de resistência do passado e do presente, passando por um processo de ressignificação. “A retórica do quilombo,

²⁷ Para Hebe Mattos (2006, p. 106), a maioria das comunidades negras rurais viviam em conflito pelo reconhecimento da posse tradicional de suas terras. A emergência da identidade dessas comunidades como quilombolas contou com importante papel de juristas, historiadores e antropólogos, em meio à luta pelo reconhecimento de suas terras no processo da redemocratização.

²⁸ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/75104/terras-devolutas>. Acessado em: 02/10/2021.

a análise deste como sistema alternativo, serviu de símbolo principal para a trajetória do movimento” (NASCIMENTO, 2018, p. 291). O quilombo, enquanto símbolo político de luta e resistência do povo negro, serviu de referência para diversas mobilizações do Movimento Negro na década de 1970. Por meio de palestras, debates, pesquisas, publicações, atividades promovidas em escolas, peças de teatro, músicas e filmes o quilombismo²⁹ era transformado em símbolo. “Quilombo adquiriu diversos sentidos: de resistência e liberdade; rebeldia e solidariedade; esperança e insurgência por uma sociedade igualitária e, no limite, sentido de povo negro” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 10).

Segundo Domingues e Gomes (2013), entre as décadas de 1970 e 1980, o debate intelectual entre as áreas da Antropologia, da História e do Direito, em articulação com o Movimento Negro, tomaram os quilombos como referenciais identitários para os libertos e seus descendentes que formaram comunidades negras rurais.

Várias entidades do movimento negro passaram a prestar solidariedade às comunidades remanescentes de quilombos – por meio de visitas, donativos, alimentos, roupas, debates, campanhas políticas e assistência jurídica. Essa aproximação desdobrou-se numa trama de relações e alianças que foram se modificando e alargando os horizontes de atuação de ambas as partes. As mobilizações raciais trouxeram ao país a discussão sobre a questão quilombola e, a um só tempo, impulsionaram as articulações das comunidades negras rurais (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 13).

A ancestralidade e as “memórias do cativoiro”³⁰ identificadas em pesquisas nos campos da Antropologia e da História, serviram como instrumento para as comunidades negras se reconhecerem como remanescentes de quilombo. A construção da identidade quilombola se amparou nesses argumentos para lutar pela posse e reconhecimento de territórios tradicionais ocupados por essas comunidades no pós-abolição.

As novas perspectivas da historiografia da escravidão e pós-Abolição, por exemplo, avançaram em abordagens para entender processos históricos envolvendo quilombos, defesas de direitos costumeiros a terra e à economia própria dos escravos (“roças”), gestação de populações camponesas ainda durante a escravidão e depois da Abolição, conectando experiências de quilombolas, ex-escravos, libertos e população negra e mestiça desde o século XVIII atravessando o XX e XXI (YABETA; GOMES, 2013, p. 103).

O contexto histórico do fim da ditadura civil-militar e a redemocratização no Brasil culminou, no ano de 1988, na promulgação de uma nova Constituição para o país, definida como “cidadã”. A Assembleia Constituinte, ocorrida no ano anterior, foi marcada pela participação de entidades, organizações e associações no processo de elaboração do projeto constitucional. Organizações antirracistas, comunidades negras rurais, pesquisadores e alguns

²⁹ Abdias do Nascimento sistematizou sob o termo quilombismo as experiências de resistência cultural negra e suas respectivas formas de organização social e política ao longo da história (CARMO, 2020, p. 50).

³⁰ “Memórias do cativoiro” consiste em um termo aplicado a uma metodologia desenvolvida pela historiadora Hebe Maria Mattos, que se utiliza do campo da História Oral para receber, arquivar, de forma apropriada, de entrevistas produzidas em projetos de história com camponeses negros, nascidos ainda nas primeiras décadas do século passado e portadores de uma memória familiar da escravidão no antigo sudeste cafeeiro. Ver projeto LABHOI, disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/>. Acessado em: 16/06/2021.

parlamentares se articularam para assegurar direitos para a população afro-brasileira. Cem anos depois do fim da escravidão, em um hiato histórico de total omissão do Estado em relação aos direitos para a população afro-brasileira, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, a nova Constituição Federal, que estabeleceu as primeiras políticas de reparação para a população afro-brasileira (MATTOS, 2006).

O artigo 68 das disposições transitórias da Constituição de 1988 consolidou uma demanda do movimento negro no Brasil ao redor do que Abdias do Nascimento chamou de *Quilombismo* e inaugurou para o movimento negro, antropólogos, juristas e historiadores uma nova senda de investigação: a dos novos quilombos (SANTOS, 2017, p. 240).

Entre os artigos constitucionais, a população afro-brasileira foi atendida, em especial nos seguintes dispositivos: artigo 68, que garantia o direito à terra para remanescentes de quilombos, em ato de disposição constitucional transitória (ADCT), ou seja, que ainda necessitava de outra normatização para que fosse colocado em prática; e os artigos 215 e 216, que garantiam respectivamente, os direitos culturais, datas comemorativas, plano nacional de cultura e a constituição de patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 1988).

De acordo com Abreu e Mattos, a leitura restrita do artigo 68 (ADCT) amparava unicamente os remanescentes de quilombos formados por escravizados fugidos, deixando de lado muitas comunidades negras rurais que nem sempre se associavam à ideia clássica de quilombo. “Muitos dos grupos referenciados à memória da escravidão e à posse coletiva da terra, em casos estudados por antropólogos e historiadores nos anos de 1970 e 80, tinham seu mito de origem em doações senhoriais realizadas no contexto da abolição” (2011, p. 2). Diversas comunidades negras formadas no pós-abolição se mobilizaram para garantir o direito à terra, previsto no artigo 68 (ADCT), ancoradas no processo identitário resultante da diáspora africana no Brasil, manifestadas em músicas, danças, festas, saberes e tradições. Essa mobilização, ocorrida a partir do final da década de 1980, resultou no decreto nº 3.551 de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, ampliando a noção de patrimônio cultural para além da noção material. A partir desse decreto várias comunidades negras espalhadas pelo Brasil iniciaram o processo de reconhecimento enquanto comunidades remanescentes de quilombos, a partir dos patrimônios culturais imateriais.

As novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional tem permitido que diferentes grupos sociais, utilizando as novas leis e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado. Passem a decidir sobre o que querem guardar e definir como próprio e identitário, através de festas, músicas e danças, tradição oral, formas de fazer ou locais de memória. O decreto abriu a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil. Antes silenciados, esses grupos são detentores de práticas culturais imateriais, avaliadas como tradicionais, o que tem sido fundamental para o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo (ABREU; MATTOS, 2011, p. 4).

O processo de construção da identidade quilombola não envolveu apenas as expressões culturais, tais como danças, músicas ou festas. Ela também envolveu a memória e tradição oral na luta por terras tradicionais, direito à história e demais políticas de reparação

em relação à escravidão e o tráfico de escravizados. Desta forma, essas comunidades aproveitaram as brechas oferecidas pela Constituição de 1988 para o reconhecimento, valorização e reparação.

Somente depois do decreto mencionado anteriormente, que o artigo 68 recebeu contornos mais definidos. A normatização do artigo 68 da Constituição Federal, foi estabelecida pelo decreto nº 4.887 de 2003, que definiu procedimentos para identificar e demarcar as chamadas “terras de preto”³¹. A normativa estabelecia que para uma comunidade ser reconhecida como remanescente de quilombo, deveriam ser utilizados tais procedimentos: 1) autoatribuição; 2) trajetória histórica própria; 3) ancestralidade. Ainda de acordo com este decreto, era de responsabilidade do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a atuação nos campos histórico, geográfico, cultural e socioambiental para delimitar e reconhecer as terras das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil (BRASIL, 1988).

[...] a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade, entendendo-as como grupos étnicos-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (MATTOS, 2006, p. 106).

Assim, a construção da identidade quilombola no Brasil estava ancorada na ligação entre as comunidades negras rurais e a memória do cativo (MATTOS, 2006). Tal construção foi e ainda é marcada por um intenso debate (DOMINGUES; GOMES, 2013), no tocante à classificação dessas comunidades como remanescentes de quilombo tem a finalidade de conceder-lhes o reconhecimento da terra. “Quilombos contemporâneos são grupos étnicos raciais, com histórias ligadas ao passado escravista, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (DECRETO nº 4887/2003).

Até os artigos constitucionais e decretos mencionados anteriormente, a definição de quilombo partia de uma interpretação exógena, ou seja, ocorria de fora dessas comunidades. A atuação do Movimento Negro, entidades políticas, partidos políticos, ativistas e intelectuais permitiu a mudança na interpretação sobre o conceito de quilombo, ampliando a possibilidade de relacioná-los não somente ao local onde escravizados fugiam e se isolavam: a principal mudança estava na “[...] compreensão no critério de autodefinição, princípio fundamental que marca um rompimento com a perspectiva colonial em que a caracterização dessas comunidades partia de sujeitos externos às mesmas” (CARMO, 2020, p. 45).

Espalhados por todo o Brasil, os remanescentes de quilombos estão nos centros urbanos, próximos às áreas valorizadas para a agro exportação, nas divisas das terras indígenas ou em áreas de fronteiras geográficas. Há cerca de 5 mil comunidades identificadas

³¹ As denominadas terras de preto compreendem domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos, a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas de apoderar individualmente (Censo Agropecuário, IBGE, 1980).

pela FCP, que “lutam por reconhecimento, cidadania, terras e políticas públicas de educação e saúde” (GOMES, 2015, p. 129). A identificação e certificação constitui o primeiro passo em direção às políticas públicas de reparação.

A localização dos quilombos do estado de Mato Grosso do Sul não foge das características geográficas citadas acima por Gomes. As comunidades negras se fixaram no estado a partir do final do século XIX até meados do século XX, em processo migratório na direção as terras devolutas da região. Essas populações se deslocaram para a região com recursos modestos, ocupando áreas “escondidas” ou “enfurnadas”, que eram inadequadas para a criação de gado ou o plantio da erva mate e, por esta razão, possuíam baixo valor econômico.

O processo de identificação dos territórios quilombolas no estado sul-mato-grossense contou com o aporte de pesquisas, estimuladas pelo Movimento Negro e as legislações estabelecidas no período da redemocratização no Brasil. “As novas pesquisas trouxeram a formação de quilombos não somente a partir de fugas e insurreições, mas de diversos outros contextos [...] como pela compra da alforria e manutenção de um território próprio e a produção autônoma” (CARRIL, 2017, p. 543).

De acordo com Lourival dos Santos (2017), a formação das comunidades negras em Mato Grosso do Sul está relacionada à Guerra do Paraguai e ao movimento de camponeses itinerantes, que saíram especialmente dos estados de Goiás e Minas Gerais em busca de terra e trabalho no então sul do Mato Grosso³².

Vindos especialmente do sul de Goiás e de Minas Gerais em movimento identificado por Caio Prado Júnior, o que conseguimos apurar, a partir das entrevistas de História Oral de Vida que fizemos nessas comunidades é que os fundadores dessas chegaram ao então sul do Mato Grosso com pecúlio próprio. Recursos modestos, provavelmente obtidos em suas terras de origem, por meio de exploração de lavouras a partir de contratos de meação ou ainda mesmo como empregados em suas de origem ou na região para onde migraram. Muitos homens empregaram-se no exército e, em que pesem os baixos soldos, temos que considerar que os gastos também eram pequenos, o que lhes permitiam alguma economia. Somem-se a esses fatores, as políticas de colonização na região que remontam à ocupação da área pelo Império brasileiro após a Guerra do Paraguai, passando pela “Marcha para o Oeste da Era Vargas, até a divisão do estado sob os auspícios da ditadura civil-militar (1964-85). Lembremos que as terras eram muito baratas se comparadas aos centros dinâmicos da economia de então (SANTOS, 2017, p. 147).

Atualmente, o estado sul-mato-grossense possui 22 comunidades quilombolas identificadas e certificadas pela FCP³³. São elas: Comunidade Quilombola Tia Eva, Chácara Buriti e São João Batista (Campo Grande); Família Ozório, Família Maria Theodora Gonçalves de Paula e Comunidade Campos Correia (Corumbá); Família Cardoso, Família Bulhões, Famílias Araújo e Ribeiro e Família Romano Martins da Conceição (Nioaque); Dezdério Felipe de Oliveira/Picadinha (Dourados); Furnas de Dionísio (Jaraguari); Furnas da Boa Sorte (Corguinho); Família dos Quintinos (Pedro Gomes); Colônia de São Miguel

³² Cabe ressaltar que em outubro de 1977 ocorreu o processo de divisão territorial do antigo estado de Mato Grosso em duas áreas: sendo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

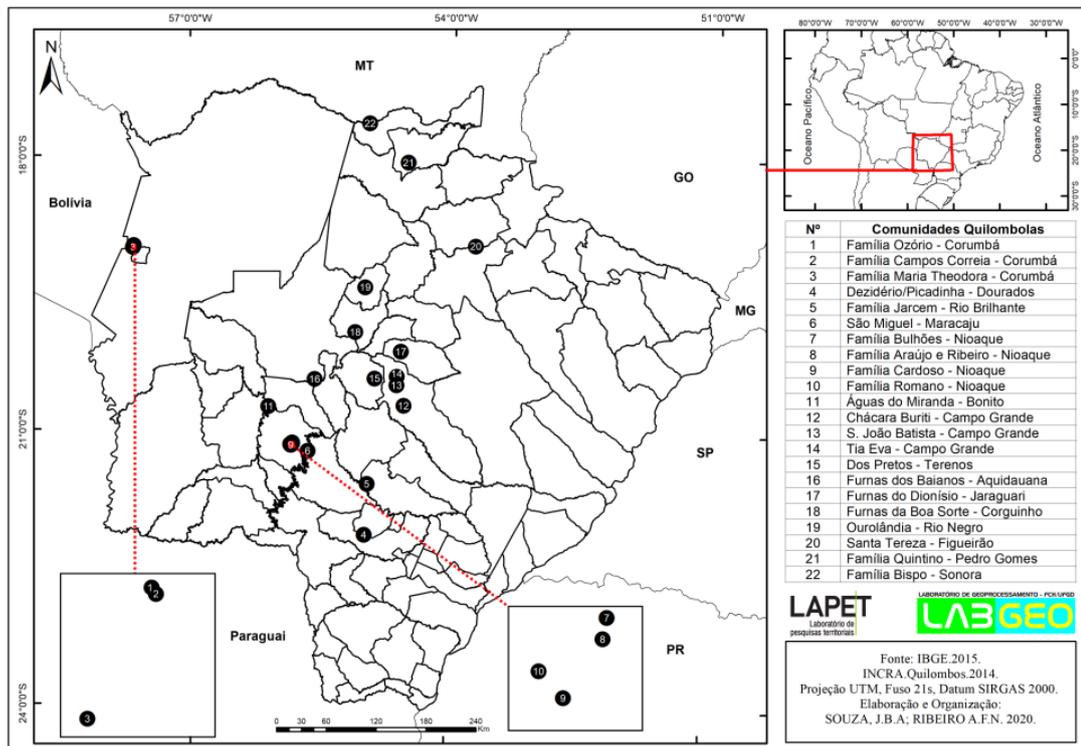
³³ Disponível no endereço eletrônico http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 16/06/2021.

(Maracaju); Família Bispo (Sonora); Família Jarcem (Rio Brilhante); Furnas dos Baianos (Aquidauana); Comunidade Negra Ribeirinha das Águas (Bonito); Santa Tereza/Família Malaquias (Figueirão); Ourolândia (Rio Negro) e Dos Pretos (Terenos). Dentre essas comunidades, apenas a Colônia de São Miguel, a Chácara Buriti e Furnas Boa Sorte se encontram no estágio de titulação parcial de suas terras tradicionais (INCRA, 2018).

Nioaque é o município que possui maior concentração de comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul, sendo quatro comunidades ao todo. Das cinco comunidades urbanas existentes, duas delas estão localizadas em Campo Grande e três em Corumbá. Duas comunidades quilombolas ribeirinhas estão situadas em Corumbá e uma na cidade de Bonito. A maioria das comunidades quilombolas se encontram na área rural, totalizando 17 comunidades quilombolas rurais no estado (SOUZA, 2020, p. 62).

As comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul, localizadas no mapa 1 a seguir, estão em sua maioria dispostas na região centro norte e sudoeste de Mato Grosso do Sul, em fronteira geográfica situada entre os biomas do cerrado e o complexo do Pantanal. A exceção a essa característica se aplica às comunidades localizadas em Corumbá, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

Mapa 1 - Comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul

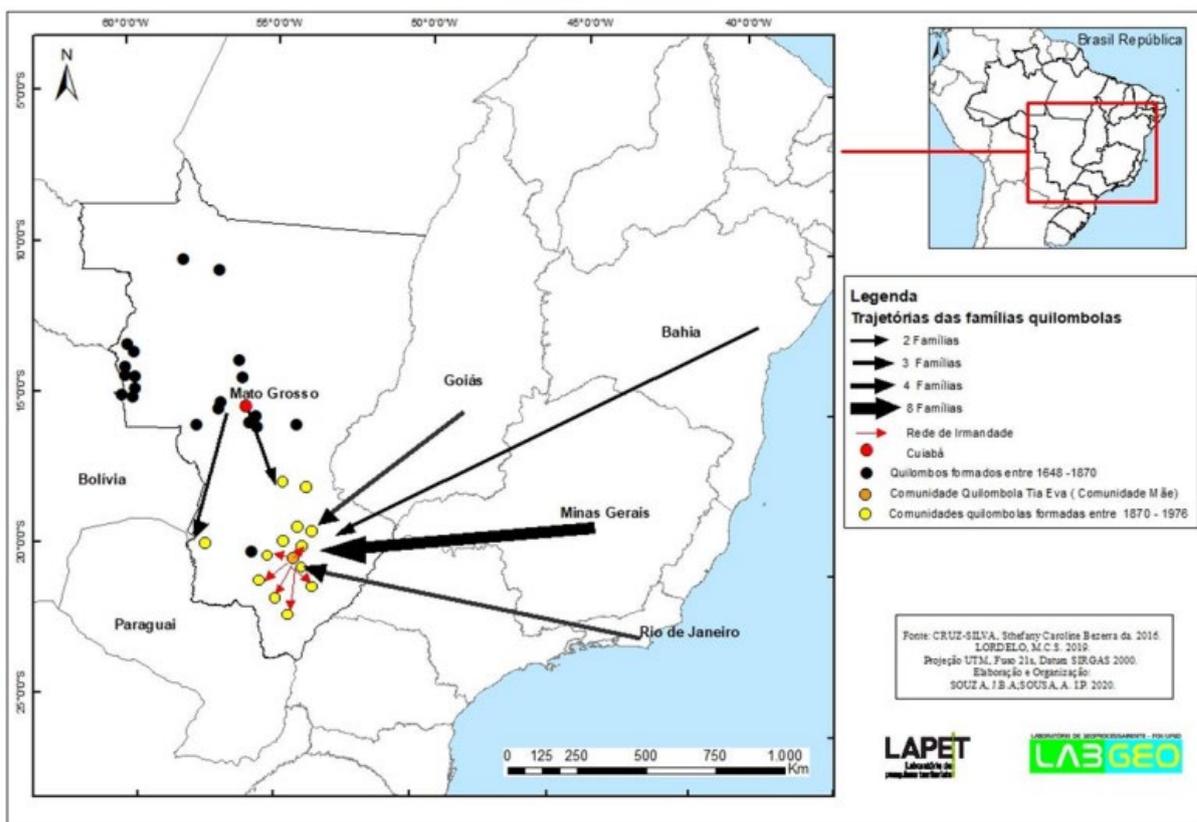


Fonte: SOUZA; MORETTI, 2019, p. 46

Para João Batista Alves de Souza (2021), a formação das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul ocorreu no período do pós-abolição, a partir de movimentos migratórios vindos do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. O mapa 2 mostra que uma onda de deslocamento de pessoas partiu de dentro do Mato Grosso, partindo das regiões

de Cuiabá e Poconé, enquanto outra onda migratória ocorreu de forma externa, vinda de outras províncias. É possível observar que a maior onda migratória externa saiu de Minas Gerais e que a Comunidade Quilombola Tia Eva possuiu ligação de parentesco e compadrio com outras comunidades do estado.

Mapa 2 - Trajetória das famílias quilombolas de Mato Grosso do Sul - ondas migratórias interna e externa



Fonte: SOUZA, 2021, p. 26

Em geral, as comunidades do estado são denominadas de acordo com a sua localização geográfica, como no caso da Comunidade Quilombola Furnas de Boa Sorte, santos padroeiros, como por exemplo a Comunidade Quilombola São João Batista, ou o nome da liderança. Além da Comunidade Quilombola Tia Eva, a Comunidade Quilombola Família Maria Theodora leva o nome de uma liderança feminina como protagonista da origem e formação das respectivas comunidades no estado (SOUZA, 2021).

A Comunidade Quilombola Tia Eva deu entrada no processo de identificação e certificação como remanescente de quilombo em fevereiro de 2008, na FCP. A partir de uma declaração de autoatribuição, emitida pela Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus, a comunidade teve seu certificado publicado em Diário Oficial da União em março daquele ano. Esse foi o primeiro passo de uma trajetória que ainda não resultou na titulação definitiva das terras onde está localizada a comunidade (INCRA, 2018).

O território da Comunidade Quilombola Tia Eva identificado e delimitado possui área de 21,5949 ha (vinte e um hectares, cinquenta e nove ares e quarenta e no centiares),

abrigando cento e trinta e seis famílias descendentes de tia Eva (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2018). De acordo com Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2010), no território da comunidade predominava o uso comum da terra, sem a divisão de lotes individuais entre os indivíduos. Nesta área os integrantes da comunidade plantavam roças de hortaliças e criavam pequenos animais no início do século XX. Esta característica começou a ser alterada a partir da década de 1940, como apontou Plínio dos Santos:

No ano de 1941, foi assinado pelo prefeito de Campo Grande, Eduardo Olímpio Machado, o Decreto nº39, de 31 de janeiro de 1941, que dividiu a cidade em zonas de construção: zona central, a industrial, a residencial e as zonas mistas. [...] Como consequência desse decreto, teve início o parcelamento de terras que eram utilizadas pelos descendentes de tia Eva para moradia e várias atividades, como plantar, coletar lenha, realizar corridas de cavalo e para moradia (2010, p. 302).

Com o processo de crescimento urbano de Campo Grande, impulsionado especialmente a partir da criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, e a transformação da cidade em capital do novo estado, a comunidade fundada por tia Eva foi perdendo características rurais e ganhando aspecto de bairro periférico (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010). Não havia pavimentação na região, assim como luz elétrica, água tratada, escola, posto de saúde ou esgoto na comunidade.

Nos mapas a seguir é possível perceber o processo de urbanização da cidade de Campo Grande em relação a área, inicialmente rural, onde está localizada a comunidade entre os anos de 1909 até 1999, dispostas no mapa 3. O processo mais intenso de expansão urbana pode ser verificado no decênio de 1969 a 1979, neste período Campo Grande tornou-se capital de Mato Grosso do Sul e englobou praticamente toda a área original da Comunidade Quilombola Tia Eva, transformando a área até então rural em urbana.

Mapa 3 - Expansão urbana em relação a Comunidade Quilombola Tia Eva (1909-1999)



Fonte: ARRUDA (2006) *apud* PLÍNIO DOS SANTOS (2010, p. 318)

Os problemas na infraestrutura básica da comunidade, o crescimento no número de descendentes de tia Eva, a falta de oportunidades de trabalho, a atuação da igreja Católica, que estava interessada nas terras da região para a construção do seminário, a cobrança e execução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) “[...] ajudaram a impulsionar a venda de lotes, realizadas por alguns descendentes” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 319). Dessa forma, algumas áreas no interior da comunidade passaram para a posse de terceiros,

sendo esse o maior obstáculo para a titulação definitiva da área reivindicada no processo de identificação e certificação do território quilombola.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe ao INCRA a titulação do território da Comunidade Quilombola Tia Eva, pois parte dessa área incide em áreas particulares (Decreto nº 4887/2003). Sendo assim, é papel do Estado notificar e indenizar tais proprietários particulares para na sequência devolver essas áreas para a posse da comunidade. O processo de identificação e delimitação do território, com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), foi concluído em abril de 2018. Desde então, o INCRA tem notificado os proprietários particulares para apresentação de contestação em relação ao RTID, sendo que o último edital de notificação foi expedido em agosto de 2020 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020).

Para Lourdes de Fátima Bezerra Carril (2017), o processo de titulação dos territórios quilombolas é lento demais em todo o Brasil. Apesar dos avanços contidos na Constituição de 1988 em relação às políticas de reparação para a população afro-brasileira, apenas 8,6% das comunidades quilombolas receberam titulação definitiva de suas terras até o ano de 2015. De acordo com Carril,

[...] o processo de titulação tem sido longo, pois a definição dos limites territoriais é bastante complexa, tendo em vista os processos históricos e políticos envolvidos. Há sobreposição de títulos de propriedade, demandando ações individuais na justiça federal, incidência de parques e reservas ambientais, dificultando demarcações (2017, p. 549).

Em Mato Grosso do Sul, as comunidades que se encontram com processo mais avançado no INCRA, com titulação parcial dos territórios quilombolas são as comunidades Furnas de Boa Sorte, localizada em Corguinho, Colônia de São Miguel, situada em Maracaju e Chácara Buri de Campo Grande (INCRA, 2018). Esta última possui ligações consanguíneas e de compadrio com a Comunidade Quilombola Tia Eva. Outra comunidade que possui laços de compadrio é Furnas do Dionísio, distante cerca de 45 quilômetros da localidade onde tia Eva se fixou. Esta comunidade foi fundada por Dionísio Antônio Martins, um dos libertos que acompanhou a comitiva da tia Eva em direção ao sul do Mato Grosso. Plínio dos Santos (2010) explicita que as relações de compadrios e de parentelas entre várias comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul estão na origem da formação delas no estado. O autor define essas relações de compadrios e parentelas como redes de irmandades, presentes da região de Maracaju e em Campo Grande.

Havia então, durante a escravidão e na pós-emancipação, articulações socioeconômicas, as quais defini como rede-irmandade, que estavam agregadas a um processo histórico mais amplo de formações camponeses, processo que continua até hoje unindo várias comunidades negras rurais no Mato Grosso do Sul em torno do “projeto camponês”, ou seja, terra, família e trabalho (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 391).

Segundo Urquiza e Santos (2017), durante muito tempo persistiu um debate no Estado de Mato Grosso do Sul em torno da definição ou não das comunidades negras do estado como

remanescente de quilombos. No mesmo ano da certificação da Comunidade Quilombola Tia Eva pela FCP, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG/MS) apresentou um parecer que considerou,

Os associados efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Considerando que o sul de Mato Grosso despontou no cenário econômico brasileiro como área de produção pecuária, após as décadas de 1830/1840, quando a escravidão já se encontrava em processo gradativo de desarticulação; Considerando que o território hoje sul-mato-grossense se encontrava fora da rota de fuga dos escravos egressos dos centros econômicos mais significativos à época do regime escravista (SP, MG e região norte de MT); Considerando que havia, no último quartel do século XIX, forte empenho de líderes pela libertação de escravos, a exemplo das Juntas de Emancipação nas principais vilas e cidades do sul de Mato Grosso, com resultados positivos; Considerando que, sobretudo após a Guerra da Tríplice Aliança, o número de escravos no sul de Mato Grosso era de reduzido significado; Considerando que não há documentos, nem ao menos indícios, que provem a existência, no atual Mato Grosso do Sul, de quilombos, mesmo que tardios. Manifestam-se, por unanimidade, no sentido de não reconhecer a presença de quaisquer núcleos quilombolas remanescentes em nosso Estado (URQUIZA; SANTOS, 2017, p. 253).

Para Plínio dos Santos (2010), o parecer acima gerou grande impacto nas comunidades negras rurais e urbanas em Mato Grosso do Sul. Este parecer alimentou o discurso contrário à causa quilombola pela luta por políticas públicas. Ainda de acordo com Plínio dos Santos (2010), o parecer quilombolas foi utilizado para legitimar o discurso de entidades ligadas ao agronegócio que são contrárias ao processo de regularização das terras tradicionais das comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, colaborando para o atraso nas certificações, delimitações e, principalmente, titulações.

Valendo-se do parecer do IHG/MS, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), emitiu um documento que se posicionava contra o reconhecimento das comunidades negras no estado como remanescentes de quilombos. No ofício a FAMASUL defendeu que

Face às constantes ameaças ao patrimônio do produtor rural de ordem fundiária que temos vivenciado em no Estado, seja por movimentos sociais, seja por questões indígenas, e agora mais recentemente por Quilombolas, consultamos o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso Do Sul sobre a existência ou não destes em solo sul-mato-grossense [...] que textualmente afirma em sua conclusão: que não há documentos, nem menos indícios, que provem a existência, no atual Mato Grosso do Sul, de quilombos, mesmo que tardios; Manifestam-se, por unanimidade, no sentido de não reconhecer a presença de quaisquer núcleos quilombolas remanescentes em nosso Estado (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 23).

Ainda de acordo com o referido autor, o parecer do IHG/MS se pautou em um conceito de quilombo utilizado pela administração colonial portuguesa, desconsiderando as recentes pesquisas nos campos na Antropologia e História, as novas legislações no campo jurídico, das quais podemos citar a Constituição de 1988, nos artigos 68, 215 e 216, e o decreto 4.887, que ampliaram a noção de quilombo, que até então eram considerados como uma forma de resistência apenas de escravizados fugidos, como se pautou o IHG/MS no

parecer quilombolas. Como apontado por Plínio dos Santos, a seguir, o conceito clássico de quilombo está preso a uma análise de um documento do século XVIII.

Indubitavelmente, esse parecer está pautado no conceito clássico de quilombo que tem origem nas normas instituídas pelo Conselho Ultramarino em 1740. [...] Esse conceito é fundamentado por meio de análises presas, exclusivamente no perfil das fugas dos negros escravos e na organização desses em um território. A imagem transmitida historicamente acerca de quilombo, advinda dessa leitura, se prende ao arquétipo do Quilombo de Palmares (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 21).

Os embates políticos, jurídicos, acadêmicos e sociais em torno do reconhecimento ou não de comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul, que polarizou de um lado os movimentos sociais e, de outro, setores ruralistas têm como origem a questão da terra. Na contramão do parecer quilombolas do IHG/MS, pesquisas recentes procuram ressignificar e associar as comunidades negras atuais ao conceito de remanescentes de quilombos. Tal entendimento se fundamenta nas memórias compartilhadas do cativo, na valorização e reconhecimento da tradição oral como transmissão de saberes e histórias, na autoatribuição ou autoidentificação da comunidade negra como quilombola, na ancestralidade comum ou no patrimônio cultural imaterial (MATTOS, 2006; YABETA; GOMES, 2013, ABREU; MATTOS; GRINBERG, 2019; SANTOS, 2019; AREIAS COSTA, 2020). Para Daniela Yabeta e Flávio Gomes (2013), as recentes pesquisas sobre o período da escravidão e do pós-abolição foram desenvolvidas com a aproximação entre História, Antropologia e Etnografia, todas em articulação com novas correntes historiográficas.

Foi rompendo com o princípio do silêncio que emergiram as “terras de preto”. Colonos e posseiros em luta pela terra ameaçada pelos processos de modernização do século XX, ao identificarem-se primeiro como “pretos” e depois como “quilombolas” tornaram-se sujeitos políticos coletivos. As metamorfoses sociais possíveis a tais atores estiveram, entretanto, firmemente ancoradas na associação entre identidade camponesa e memória do cativo, seja como reminiscência familiar ou estigma. Como descendentes de escravos, reivindicavam políticas de reparação do estado brasileiro (MATTOS, 2006, p. 111).

De acordo com Plínio dos Santos, a análise e interpretação sobre essas comunidades deve “descongelar” o conceito clássico de quilombo, a partir de um estudo que leve em consideração a contribuição de diferentes campos de pesquisa:

[...] o conceito atual de quilombo se refere não somente às comunidades que têm vínculo histórico e social com os quilombos conceituados classicamente, mas também comunidades, descendentes de escravos negros e ex-escravos libertos, que em um território (em terras obtidas por meio de doação, de compra, ou da simples posse) desenvolveram um modo próprio de resistência e de reprodução social. Como conceituado pela Associação Brasileira de Antropologia/ABA, quilombo é toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo de atividades agrícolas e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado (2010, p. 22).

As comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul, marcadas historicamente pela invisibilidade, foram também expropriadas de boa parte de seus territórios tradicionais. Mesmo com o avanço ocorrido com as disposições legais da Constituição de 1988 em direção

ao reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas, “boa parte dos gestores de políticas públicas desconhecem a história e a realidade das comunidades quilombolas” (URQUIZA; SANTOS, 2017, p. 235). Ainda de acordo com Urquiza e Santos, a invisibilidade em relação às comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul pode ser verificada pelas raras pesquisas que envolvem as comunidades. Esta realidade dificulta a visibilidade, reconhecimento e valorização, tão necessária para a construção de uma identidade negra no estado e para o acesso a políticas públicas de reparação.

CAPÍTULO III - FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TIA EVA

A formação da Comunidade Quilombola Tia Eva está relacionada à trajetória da liberta Eva Maria de Jesus, que, no início do século XX, deixou o sul de Goiás para fundar uma comunidade negra no sul do Mato Grosso, em região hoje abarcada pelo município de Campo Grande. A formação da comunidade, a partir do protagonismo de tia Eva, estabeleceu em um território um conjunto de tradições que caracterizam parte da identidade quilombola no Mato Grosso do Sul.

De acordo com Plínio dos Santos (2010), tia Eva nasceu no sul de Goiás, em uma região conhecida como sertão do Paranaíba, onde se desenvolveu atividades agropastoris organizadas por migrantes mineiros. Por conta da decadência da atividade aurífera na província de Minas Gerais, uma grande leva de mineiros abandonaram suas lavras e passaram a derrubar matas no sul de Goiás para iniciar o plantio nessas terras, com vistas à crescente atividade agropastoril da região. Foi nessa região que tia Eva se tornou uma liderança religiosa e política entre os outros escravizados.

A fundadora da comunidade nasceu em Mineiros, interior de Goiás, em 1848. Mulher, negra, escrava, passou boa parte da vida trabalhando na fazenda Ariranha, onde aprendeu a fazer doces. Ficou conhecida na região por ser benzedeira. Era procurada por negros e brancos, ricos e pobres. Assim, conquistou espaço social e solidificou os laços com outros escravos. Todos a chamavam de “tia”. Ainda no cativeiro, deu à luz três filhas: Sebastiana, Joana e Lázara (RIBEIRO, 2014, p. 12).

Como apontado anteriormente, Eva Maria de Jesus tinha o “dom” de benzedeira o que fez dela uma liderança respeitada entre os escravizados. Foi na fazenda Ariranha, de propriedade de José Manoel Vilela, onde a tia Eva nasceu e foi criada desde cedo para desempenhar os afazeres domésticos na propriedade. De acordo com Seu Waldemar Bento de Arruda³⁴, “[...] ela trabalhava pros Vilela desde pequena. Lá onde ela morava em Jataí, naquele tempo do cativeiro [...] aí tia Eva era especialista em fazer doce, cada uma fazia alguma coisa, cada uma das escravas” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 251).

Ainda de acordo com o relato de Seu Waldemar, concedido ao antropólogo Plínio dos Santos (2012), a violência, os abusos e os maus-tratos aos escravizados eram constantes na fazenda onde tia Eva era escrava.

Nessa fazenda (Ariranha), onde tia Eva foi escrava, tinha os dias dos escravos apanharem, porque naquele tempo era assim eles iam marcando a carne da pessoa, [...], mas tinha um que falava que tal pessoa ia apanhar porque tal dia ele fez isso, fez aquilo, fez aquilo outro. [...] É isso aí, a tia Eva contava, ela não cansava de falar isso nas histórias que contava. Naquele tempo tinha um costume de que, quando ia surgindo a lua, principalmente a lua cheia, as pessoas ficavam tudo sentado na beira da cozinha escutando essas histórias (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 157).

³⁴ Seu Waldemar Bento de Arruda, nascido na Mata do Segredo, região do Cascudo, Campo Grande em 1919, filho de Dona Maria Gregória, amiga de tia Eva. Foi entrevistado em 2008 pelo pesquisador Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2010).

Para Plínio dos Santos (2010), a experiência vivida por Eva no tempo do cativo era contada por ela nas noites de lua cheia aos seus descendentes, materializando o que a historiadora Hebe Mattos definiu como “memórias do cativo”. De acordo com Myleide Meneses Oliveira Machado e Josemar de Campos Maciel (2017), as “memórias do cativo” transmitidas oralmente por tia Eva tiveram grande importância no quilombo formado por ela, na afirmação da identidade de seus moradores e construção de sentimento de pertencimento à comunidade.

As vidas dos libertos e seus descendentes negros estão presentes, como sabemos, nos registros da memória e da oralidade, a perene forma de expressão humana. Cada ex-escravo e afrodescendente traz consigo um leque de histórias repletas de momentos de alegria, dor, esperanças que entremearam sua história pessoal à história social abrangente (MACHADO; MACIEL, 2017, p. 150).

Mas, antes de estabelecer a relação entre o protagonismo de tia Eva e a formação da comunidade quilombola, faz-se necessário entender: o que motivou a saída de tia Eva do interior de Goiás? Por que ela escolheu a região do sul do Mato Grosso para se fixar? Em meados do século XIX, quando tia Eva ainda era cativa no interior de Goiás, havia um intenso comércio desta região com o sul do Mato Grosso. Estradas ligavam as duas regiões, por onde se deslocavam carros de boi e boiadas. “De Minas Gerais e Goiás o processo de ocupação a partir da pecuária alcançou também o Mato Grosso, ocupando os campos de vacaria, no sul” (BRUNO, 1967, p. 56 *apud* PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 252). Essa conexão desenvolvida entre as regiões é um importante elemento para compreender a migração da tia Eva, no início do século XX, em direção à região onde se formou a comunidade.

Na década de 1850, o comércio de gado e as terras ainda devolutas atraíram outros migrantes, criadores de gado, com suas escravarias e um bom número de roceiros, fato que provocou o início do desenvolvimento dessa região. Nessa época, existia um intenso comércio entre as cidades de Coxim, no Mato Grosso, com Rio Verde das Abóboras, Goiás. A estrada que ligava Rio Verde a Coxim era um caminho por onde transpunham os carros de boi e boiadas (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 252).

Por volta do ano de 1870, tia Eva deu à luz a sua primeira filha, chamada Sebastiana. Ainda na fazenda Ariranha e na condição de escravizada, nasceram as outras filhas, Joana e Lázara. De acordo com o relato oral de Seu Waldemar, as filhas de tia Eva eram de pais diferentes, pois “[...] tinha uma que era clara e outra escura” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 158). No espaço de tempo entre os nascimentos das filhas e a migração para o sul de Mato Grosso, ocorreram dois acontecimentos relevantes na história da tia Eva. Ainda de acordo com o relato de Seu Waldemar, um acidente ocorrido na cozinha possui ligação direta entre tia Eva e a promessa a São Benedito³⁵.

³⁵ “Muito cultuado no Brasil pelos escravizados, foi beatificado em 1743, canonizado e santificado em pleno regime escravista em 25 de maio de 1807. [...] Seu culto teria sido levado pelos franciscanos enraizando-se em Angola com facilidade [...] Bem antes de Nossa Senhora Aparecida emergir nas águas do rio Paraíba, São Benedito apresentava-se como protetor dos negros das regiões sul-americanas engolfadas no tráfico de africanos” (CIRINO, 2012, p. 156).

[...] caiu banha quente na perna dela, da tia Eva. Então ela ficou com aquele queimado sem cicatrizar, e ficou com mau cheiro a perna dela, porque eles eram muito enjoado, então ela ficou trabalhando fazendo sabão [...] fizeram um ranchinho para ela lá no fundo do quintal da casa da fazenda (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 254).

Essa é uma memória coletiva que ainda é reproduzida pelos descendentes de tia Eva no tempo presente. Nas entrevistas realizadas em trabalho de campo, Seu Sérgio Antônio da Silva, bisneto de tia Eva, conhecido como Seu Michel, relatou que “[...] ela tinha uma ferida na perna, a minha mãe contava essa história”³⁶, destacando a memória da ferida como um elemento ancestral para a formação da comunidade. Para Machado e Maciel, a memória sobre a ferida da tia Eva é um elemento que ajuda a tecer a identidade da comunidade. “A partir dos relatos e histórias contadas, do recorte da oralidade presente na história daqueles sujeitos, pode-se abordar e perceber a constituição duma identidade para aquele grupo, imerso em um âmbito urbano” (2017, p. 161).

De acordo com Dona Neuza Jerônima Rosa dos Santos³⁷, bisneta de tia Eva, a ferida da perna conecta-se à religiosidade, por meio da fé em São Benedito, e à migração para o sul de Mato Grosso. Dona Neuza destaca em seu relato o protagonismo de tia Eva,

[...] a história dela é uma história fantástica porque ela tinha marido, mas quem gerenciava a vida dela era ela mesma, ela era quem tomava as posições das coisas. Diz-se que ela tinha uma ferida na perna, (erisipela) e ela sempre falava, pedia para São Benedito e Nossa Senhora da Aparecida, que ajudassem ela a sarar daquela ferida, ela iria vir embora para Mato Grosso do Sul, para Mato Grosso, aqui não era Mato Grosso do Sul nessa época.

Além dos elementos presentes no relato oral citado anteriormente, na entrevista realizada por Plínio dos Santos, no ano de 2008, é possível identificar que além da devoção a São Benedito, a migração da tia Eva e seus familiares também pode ser entendida como uma forma de resistência. Segundo Seu Waldemar,

A tia Eva foi muito devota de São Benedito. Por causa da escravidão ela fez um pedido para São Benedito, por isso ela veio pra cá. Ela fez um pedido a São Benedito assim, um dia eles tinham apanhado lá, ela viu as pessoas apanhando, ela fez um pedido se São Benedito ajudasse que ela saísse de lá para vim pra cá pro Mato Grosso, ela ia arrumar um lugar para criar só as pessoas da cor dela, mas que não iriam mais ser escravos. iam viver independentes, fazer sua casa, fazer farinha, lavar roupa, fazer óleo de mamona, um local para passar toda a vida (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 258).

Por isso, a devoção e fé em São Benedito e o sonho em ocupar uma terra, fizeram da tia Eva uma importante liderança entre os escravizados da fazenda Ariranha e regiões vizinhas. Além da liderança, o reconhecimento também ocorreu por conta da sua atuação

³⁶ Bisneto de tia Eva, atualmente com 85 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 26/01/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

³⁷ Bisneta de tia Eva, atualmente com 71 anos, foi entrevistada pelo autor dessa dissertação, no dia 02/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

como benzedeira, curandeira e parteira (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010). Segundo Seu Waldemar,

A tia Eva tinha um dom de benzer, porque o dom quem dá é Deus, a pessoa já nasce com o dom de alguma coisa, naquele tempo benziam ventre virado, cobreiro, pasto, roça, aquela coisa toda, e ela era terrível nisso daí. Muita gente buscava ela, tinha até branco, o pessoal começou chamar ela de tia Eva, era tia Eva pra lá e tia Eva pra cá (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 258).

Em torno da tia Eva, surgiu uma rede social de laços de solidariedade entre os negros, que se conectavam pelos mesmos anseios por liberdade, por meio da fé comum no santo preto ou até mesmo o “dom” de curandeira e benzedeira. De acordo com Vanda Moraes (2003, p. 8), tia Eva “conhecia muito das ervas que curam, com elas fazia remédios, benzia males e doenças”. Em um tempo e espaço onde a presença de religiosos e médicos era muito escassa, os saberes da tia Eva atraíam a atenção de pessoas das mais variadas classes sociais.

Nesse sentido, Seu Sérgio Antônio (Seu Michel) destaca que “[...] a tia Eva foi uma grande liderança. Era parteira, sabia ler e escrever. Receitava remédio de médico alemão. E as pessoas curavam.” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 171). Havia também boatos de milagres em nome da tia Eva, conforme relatou Seu Waldemar a Plínio dos Santos, “ela curou a minha irmã, minha irmã tinha uma dor de cabeça terrível. Quem foi pegar a água no córrego fui eu, e ela pôs a água num copo e depois colocou na cabeça dela. Aí tia Eva benzeu a minha irmã e a água ferveu [...] e nunca mais minha irmã teve dor de cabeça” (PLÍNIO DOS SANTOS, p. 172). Tal fama e reconhecimento, rendeu a tia Eva uma procura constante pelos seus serviços religiosos, bem como devoção em torno de São Benedito.

Talvez pelas razões explicitadas anteriormente, muitos se referiam a Eva Maria de Jesus com o termo “tia”. Para Plínio dos Santos (2010), a utilização do termo “tia” se constituía numa categoria honorífica entre os escravizados e libertos, solidificando as redes sociais entre pessoas de diferentes regiões.

[...] a tia Eva foi idealizada como uma liderança religiosa. Os sacrifícios vividos por tia Eva no cativeiro, as promessas que fez a São Benedito e o seu “dom” de benzer e curar doenças, formaram uma imagem de tia Eva ligada diretamente ao campo do sagrado. Como que revivendo o mito judaico-cristão da terra prometida, tia Eva pediu a São Benedito uma terra onde os negros poderiam viver em liberdade [...] (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 264).

Diferentemente do mito judaico-cristão da terra prometida, no qual o protagonismo é de um homem, a trajetória da formação da Comunidade Quilombola Tia Eva está relacionada ao protagonismo de uma mulher. Segundo Dona Vânia Lúcia Batista Duarte³⁸, tataraneta de tia Eva, a matriarca era “[...] uma mulher que estava à frente de seu tempo. Uma mulher guerreira e lutadora, que ela viveu na condição de escravizada e que conseguiu ser liberta ainda lá no interior de Goiás e veio para cá”.

³⁸ Tataraneta de tia Eva, atualmente com 46 anos, foi entrevistada pelo autor dessa dissertação, no dia 01/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

A liderança e protagonismo de mulheres negras em quilombos do antigo Mato Grosso não foi um fenômeno exclusivo da comunidade fundada por tia Eva. Embora essas experiências de protagonismo feminino em quilombos sejam silenciadas, outro importante exemplo foi destacado por Clóvis Moura (2004). Segundo o autor, no século XVIII, Teresa de Benguela³⁹ foi líder e rainha do Quilombo de Quariterê por duas décadas, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania de Mato Grosso na época, próximo da fronteira com a Bolívia. Teresa de Benguela foi a responsável pela organização política do quilombo, onde estruturou uma espécie de parlamento composto por conselheiros e chefes militares. Durante seu governo, havia “[...] uma agricultura bem desenvolvida, que produzia algodão e alimentos [...] os tecidos ali fabricados eram vendidos fora do quilombo, do mesmo modo que os excedentes agrícolas” (MOURA, 2004, p. 389). Diante do crescimento de fugas de escravizados em direção ao Quilombo do Quariterê, moradores da capitania se organizaram para atacar o quilombo, resultando na prisão e morte de Teresa de Benguela, que se tornou um mito e símbolo de luta e resistência para o movimento feminista negro.

A migração de tia Eva para o sul de Mato Grosso não ocorreu imediatamente após a sua libertação, como aponta o relato de Dona Vânia Lúcia Batista Duarte. Tia Eva foi alforriada pela Lei Áurea de 1888, aos 41 anos de idade, e mesmo liberta permaneceu alguns anos trabalhando na fazenda Ariranha. “Sem opções de trabalho, sem acesso à terra, os libertos ainda estavam presos a hierárquica estrutura econômica e social do modelo escravagista que os cerceava” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 261).

Quando a notícia da assinatura da lei chegou ao interior de Goiás, alguns libertos migraram para morar no povoado de Jataí, em um “[...] bairro pobre, constituído de cafuas de pau-a-pique e capim [...] era o local em que desviviam ou viviam miseravelmente os negros remanescentes das senzalas” (FRANÇA, 1987, p. 19 *apud* PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 259). De acordo com Costa, muitos libertos continuaram vivendo nas mesmas senzalas, faziam o mesmo trabalho: alguns chegavam a mudar de uma fazenda para outra, sem que encontrassem condições de trabalho diferentes do tempo do cativo. Para a autora citada, a abolição foi feita para “[...] libertar os brancos do fardo da escravidão” (2008, p. 137).

Somente no final da década de 1890, após reunir pequeno pecúlio próprio, graças a doações oferecidas por aqueles que procuravam a tia Eva em busca do “dom” da cura, que um pequeno grupo de negros que viviam em torno da matriarca começaram a se organizar para sair de Jataí. Para Machado, a intensa rede comercial entre o Mato Grosso e o Goiás ajudou para que,

[...] informações trazidas por comerciantes e criadores de gado sobre a abundância de terras devolutas no sul do Mato Grosso fizeram com que muitos trabalhadores de Uberaba migrassem para o sul mato-grossense com a intenção de tomarem posse de um pedaço de terra [...] Juntaram-se a eles outros ex-escravos de Jataí/GO, como o ex-escrava Eva Maria de Jesus e seus familiares (2019, p. 30).

³⁹ Em reconhecimento a sua luta, o dia 25 de junho foi instituído no Brasil como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra, pela Lei nº 12.987/14. Até a sanção da lei em 2014, o Brasil era o único país da América Latina que não comemorava oficialmente o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, proposto em 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-latinoamericanas e Caribenha.

Sendo assim, uma comitiva formada no sul de Minas Gerais se somou a tia Eva e seus familiares. Juntas, as duas comitivas de negros realizaram a travessia que durou vários meses. O transporte foi realizado por carros de boi, durante a viagem as pessoas da comitiva faziam pequenas roças em alguns trechos do trajeto para a alimentação do grupo (MACHADO, 2019; PLÍNIO DOS SANTOS, 2010).

[...] quando tia Eva iniciou os preparativos para a viagem, chegou a Jataí um grupo de ex-escravos de Uberaba que estavam migrando para o Mato Grosso. Esse grupo era composto por Maria Antônio, nascida na África, acompanhada de seus filhos Jerônimo Antônio “Vida” da Silva, Luis José da Silva e Maria Antônia de Jesus, que estava com seu esposo Custódio Antônio Nortório; José da Silva; Domingos Francisco Borges com sua esposa Maria Rita de Jesus; Dionísio Antônio Martins e sua esposa Luíza Joana Generosa de Jesus (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 262).

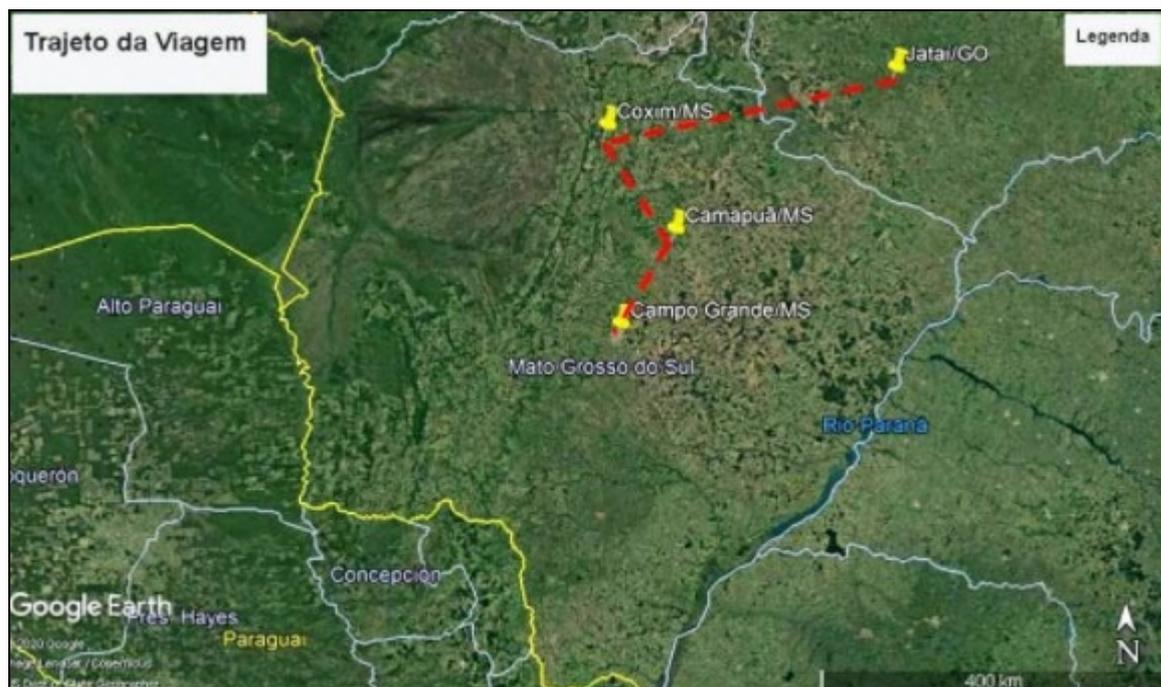
As memórias da travessia da comitiva da tia Eva em direção à Campo Grande foram representadas nas paredes internas do salão de festas da comunidade, conforme mostra a figura 1. Na imagem, é possível perceber o protagonismo da matriarca, que na ilustração está conduzindo o carro de boi, acompanhada de seu companheiro Adão e suas três filhas: Sebastiana, Lázara e Joana. Esta representação da migração de tia Eva, saindo do interior de Goiás em direção a Campo Grande, se encontra em uma das paredes do interior do salão da comunidade, local destinado a oficinas, palestras, encontros e, principalmente, celebrações religiosas durante a festa de São Benedito. Esse é um ponto onde a memória coletiva se cristaliza, transformando-se em história da comunidade. Já o mapa 4 apresenta a perspectiva do possível trajeto feito pela comitiva liderada por tia Eva, saindo de Jataí (GO) em direção a Campo Grande, no então Mato Grosso.

Figura 1 - Tia Eva, seu Adão e as três filhas na migração para Campo Grande



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Mapa 4 - Trajeto da viagem de tia Eva e sua comitiva para Campo Grande/MS



Fonte: SILVA, 2021, p. 25

Os libertos que realizaram a travessia entre Goiás e Mato Grosso, foram obrigados a parar em um posto de fiscalização⁴⁰ para serem cadastrados. A maioria das pessoas desse grupo não possuíam sobrenomes e tiveram que inventá-los. “Desse modo, surgiram os “Borges”, os “Custódio”, os “Silva”, os “Martins”, os “Souza” e os “Pinto”. Tia Eva, suas filhas e outras mulheres que não tinham laços consanguíneos assumiram o sobrenome “de Jesus” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 263).

O grupo de migrantes libertos, unidos simbolicamente por laços de irmandade e compadrio, oriundos do interior de Minas Gerais e Goiás, estabeleceram-se em terras isoladas e pouco valorizadas para a criação de gado na Vila de Santo Antônio de Campo Grande. Nesta região, além dos grupos mencionados, somaram-se outros negros camponeses que viviam na área antes da chegada da comitiva de tia Eva. Na região, os membros da comunidade se dedicaram ao plantio de roças, fabricação de doces e artesanatos, como citado no trecho a seguir.

Na região onde Tia Eva se fixou, todos tentavam amarrar a produção do campo, o trabalho na roça com outras atividades como a manufatura, a produção de doces, de artesanatos. O papel das mulheres era dividido: algumas iam para o centro da vila com as crianças para vender doces e outros produtos feitos e colhidos (hortaliças, mandioca...) na Comunidade, enquanto outras trabalhavam como lavadeiras, cozinheiras e empregadas domésticas. Os homens faziam serviço da roça, trabalhavam como carpinteiros, pedreiros e peões de fazenda. Essas famílias de negros eram a força de trabalho para a Vila de Campo Grande (MACHADO, 2019, p. 32).

⁴⁰ Estabelecimento público que tinha a função de cadastrar pessoas que entravam e saíam dos estados, além de cobrar impostos sobre a circulação de mercadorias.

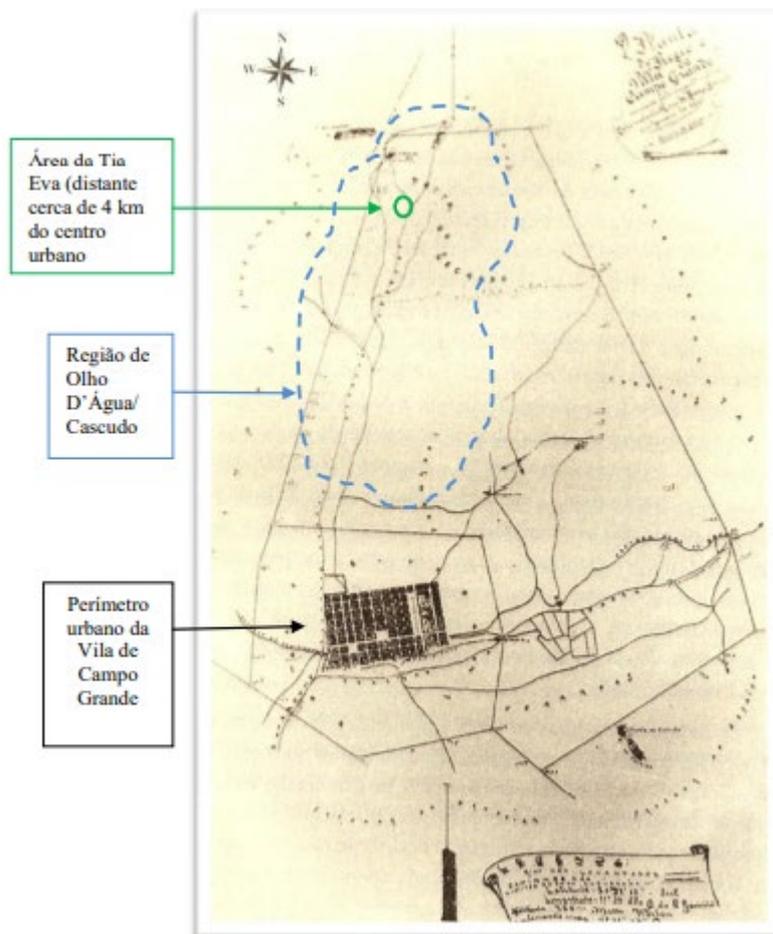
As terras ocupadas pela comunidade eram lugares escondidos e desvalorizados, que não despertavam tanto o interesse do colonizador branco, cujo objetivo era a exploração das terras do sul do Mato Grosso para a criação de gado ou o plantio da erva mate. De acordo com Santos (2017), a proposta do colono branco ao ocupar o cerrado, era a exploração de uma atividade econômica seguindo a lógica do capitalismo, enquanto as comunidades negras que se instalaram na região, dedicavam-se a atividades de subsistência.

As comunidades negras que aportaram no sul do Mato Grosso a partir do final do século XIX vieram com proposta distinta do colono branco para a ocupação do cerrado. Sabemos que a colonização dentro dos padrões europeus de civilização serviu para atender o mercado externo, seguindo a lógica do capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente. A erva-mate e o gado foram historicamente as molas desse desenvolvimento (SANTOS, 2019, p. 154).

Em 1905, os integrantes da comitiva de libertos que chegaram à Vila de Santo Antônio de Campo Grande, ocuparam terras na região de Olho D'água, em uma área próxima do córrego Segredo. Neste local, em meio à mata e distante cerca de quatro quilômetros do centro da vila, tia Eva e outros libertos se fixaram (MACHADO, 2019; PLÍNIO DOS SANTOS, 2010).

A seguir, no mapa 5, é possível notar que a região onde tia Eva se estabeleceu ficava distante do perímetro urbano da Vila de Santo Antônio de Campo Grande. Era uma área de mata fechada e relevo irregular, inadequada para as atividades econômicas propostas pelo colonizador branco e, portanto, de baixo valor econômico. Mas, foi justamente nessa área que Eva Maria de Jesus deu início ao sonho de abrigar sua gente em uma terra própria.

Mapa 5 – Localização da região de Olho D'água, onde foi fundada a Comunidade Quilombola Tia Eva



Fonte: PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 272

A chegada de tia Eva e sua comitiva na região onde está situada Campo Grande é um ponto sensível de conflito entre a memória oficial e dominante e a memória subterrânea. De acordo com Michael Pollak (1989), a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e interpretações do passado, que ajuda a definir, delimitar e reforçar a coesão dos grupos em torno da memória. As disputas nesse campo se referem à memória da fundação da cidade de Campo Grande, na qual o protagonismo de tia Eva ocupa um espaço desvalorizado na história do município.

A memória oficial e dominante sobre essa temática considera que o mineiro José Antônio Pereira liderou uma comitiva que se instalou, de forma pioneira, na região onde está situada a cidade de Campo Grande em agosto de 1875. “A ação de José Antônio Pereira estimulou o processo de fixação de várias famílias, em pouco tempo Campo Grande já se tornava um vilarejo em franco desenvolvimento” (NEVES, 2011, p. 66). De acordo com Eurípedes Barsanulfo Pereira (2001), “[...] esses sítios da então província de Mato Grosso, ao tempo da chegada de José Antônio Pereira, era solo de ninguém, área devoluta e sem habitantes” (PEREIRA, 2001, p. 21). Essa memória, presente nos livros de história da fundação de Campo Grande, que se expressa, inclusive, nos materiais didáticos, tornou-se hegemônica e silenciou a memória em torno da migração da comitiva da tia Eva para a região.

Para Ronaldo Jeferson da Silva⁴¹, tataraneto de tia Eva, a comunidade fundada pela matriarca luta contra o esquecimento da memória do protagonismo da matriarca. Para ele, um dos instrumentos de luta, resistência e representação da comunidade diante dos entes públicos é a atuação da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus, da qual cumpre mandato como presidente.

E a história da tia Eva é assim, confunde-se com a criação de Campo Grande. O José Pereira chegou daquele outro lado de lá, fazendeiro, um burguês, e ela chegou do lado de cá. Diz a história de José Pereira que quando ele chegou já havia uma comunidade ribeirinha na beira do rio aqui, então a gente entende que essa comunidade era a comunidade Tia Eva. Quer dizer, ele chegou e a tia Eva já estava. Mas como ele chegou com um poder de construção maior, se tornou fundador de Campo Grande. E a comunidade hoje luta para que a memória de tia Eva não fique no esquecimento. A gente tenta, assim, de todos os lados e com o pouco de apoio que tem, manter e tentar mostrar para as outras comunidades, para quem não conhece a história de tia Eva.

Foi somente na passagem do século XX para o XXI, que algumas pesquisas se dedicaram a investigar as memórias dos membros da comunidade da tia Eva, que foram, durante muito tempo, silenciadas. Recentemente, como destaca a historiadora Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner, a memória em torno de tia Eva começou a romper com o silêncio sobre o protagonismo da matriarca na história de Campo Grande.

A história oral admite que José Antônio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo, ela aponta também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea à chegada dos primeiros desbravadores descendentes de portugueses (WEINGÄRTNER, 1995, p. 4).

A chegada de tia Eva em Campo Grande, no ano de 1905, coincidiu com a cicatrização da ferida em sua perna, adquirida no tempo do cativo. A partir daí os esforços da matriarca se concentraram na construção de uma igreja ao santo devoto, para pagamento da promessa pela graça alcançada. A primeira versão da igreja a São Benedito, chamada pelos membros da comunidade como “igrejinha”, foi de pau-a-pique.

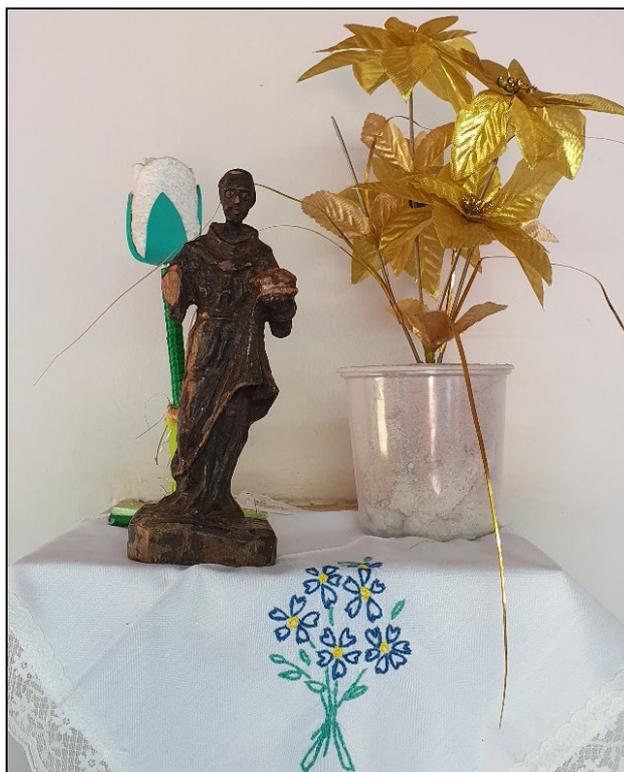
Em 1906, a igrejinha de São Benedito, no córrego Segredo, região do Cascudo, era a segunda igreja erigida no município. Por causa dessa igrejinha, o local começou logo a ser conhecido em Campo Grande como São Benedito. Analisando simbolicamente o percurso de tia Eva até chegar a Benedito, percebe-se que esse local era um espaço sagrado, constituído por meio da promessa feita no tempo da escravidão por tia Eva a São Benedito. Foi o santo que permitiu a saída dela de Jataí, foi ele quem guiou tia Eva (durante a migração, tia Eva carregava uma estatueta de São Benedito), e posteriormente a curou da chaga que tinha. Como prova de devoção, tia Eva construiu a igrejinha para o Santo, de certa forma, nas terras do próprio santo, o qual é festejado todos os anos pelos seus devotos (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 269).

A devoção e a promessa de tia Eva a São Benedito são anteriores a chegada da matriarca em Campo Grande. Tia Eva trouxe de Goiás uma imagem do santo padroeiro

⁴¹ Foi entrevistado no dia 02/02/2021. Tataraneto de tia Eva, atualmente com 41 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 02/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

esculpida em madeira, possuindo cerca de 15 centímetros, visível na figura 2, e presente no altar da igreja. “Foi ao santo protetor que fez a promessa: quando ficasse curada de uma ferida que tinha na perna, haveria de erguer uma igreja em louvor a São Benedito (MORAES, 2003, p. 9).

Figura 2 - A imagem de São Benedito que veio com a tia Eva para Campo Grande



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Em 1919, a estrutura da “igrejinha” de pau-a-pique foi substituída por material de alvenaria. Ainda que algumas modificações tenham sido realizadas ao longo do tempo como, por exemplo, mudanças nas cores do revestimento, portas, janelas e telhado, a “igrejinha” mantém boa parte das características originais dessa época. De acordo com Moraes, essa mudança na estrutura ocorreu graças à arrecadação de esmolas⁴²,

“[...] tia Eva conseguiu muita ajuda para erguer uma igreja melhor. As pessoas doavam material de construção e ajudavam com esmolas [...] depois de muito trabalho e com ajuda de muita gente, ficou pronta a igreja de São Benedito. Feita de tijolo e saibro, tinha as torres de madeira, num arranjo que formava escamas. Na fachada foi inscrito o ano: 1919 (2003, p. 08).

O local da edificação, o qual consta na figura 3, foi o centro de celebrações de casamentos, missas, pagamento de promessas, sepultamentos de certos membros e, principalmente, local de convergência dos membros da comunidade que se mudaram para regiões mais distantes, à medida que as famílias cresceram. “Ela se tornou uma grande

⁴² Esmola é o termo utilizado pelos entrevistados da comunidade para se referir a qualquer doação em benefício da reforma da igreja e também para realização da festa de São Benedito.

liderança, porque naquele tempo aqui não tinha padre. E ela fazia o trabalho como se fosse um sacerdote [...] quando nascia e quando morria só dava tia Eva” (RIBEIRO, 2014, p. 17), conforme relatou Seu Sérgio Antônio da Silva em entrevista à Priscila Ribeiro (2014).

Figura 3 - A igreja de São Benedito



Fonte: RIBEIRO, 2014, p. 16.

Em razão da construção da igreja de São Benedito, considerada a segunda edificação religiosa mais antiga da cidade⁴³, a comunidade que se formou na região passou a ser identificada como São Benedito. Mesmo diante das mudanças ocorridas na comunidade, provocadas pelos impactos positivos e negativos do avanço da urbanização, a “igrejinha” é um patrimônio cultural que simboliza em suas edificações a memória relacionada à trajetória e ao protagonismo de tia Eva e a identidade da comunidade quilombola, do município de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul. A igreja de São Benedito foi tombada pelo decreto municipal nº 3.523, de 15 de junho de 1996. Dois anos depois, o estado realizou o tombamento da igreja por meio da Resolução/SECE, de 7 de maio de 1998.

A igrejinha de São Benedito, ao longo dos anos, foi passando por algumas modificações que não alteraram a sua característica arquitetônica inicial desde 1919. O documento de tombamento da prefeitura de Campo Grande – MS caracteriza-a como uma construção simples de 4,50m x 6,50m com uma janela de madeira e duas de vidro (tipo basculante) e três portas de madeira. O interior da igrejinha é composto por um altar mais elevado, onde está colocada a imagem de São Benedito esculpida em madeira trazida por tia Eva de sua terra natal. Esse altar é revestido com pisos cerâmicos vermelhos na dimensão 15cm x 15cm. O piso mais baixo é de cerâmica vermelha na dimensão 20cm x 20cm onde estão colocados oito bancos de madeira. No fundo da igrejinha estão enterrados, numa urna, os restos mortais de tia Eva e um dos seus netos (NEVES, 2011, p. 76).

⁴³ A edificação religiosa mais antiga da cidade é a igreja de Santo Antônio, padroeiro da cidade, construída no final do século XIX (PEREIRA, 2001).

Em frente à “igrejinha”, encontra-se ao centro o busto de tia Eva (figura 4), símbolo da comunidade, elaborado pela artista plástica Maria de Oliveira. Inaugurado em 18 de maio de 2003, o busto da matriarca foi esculpido com base na imagem da bisneta de tia Eva, de nome Nadir Antônia da Silva. De acordo com descrições feitas pelos mais velhos da comunidade, a fisionomia da Dona Nadir era a que mais se assemelhava com a tia Eva (MACHADO, 2019; NEVES, 2011). Com base nas memórias dos mais velhos o busto de tia Eva, localizado em frente à igreja de São Benedito, caracteriza o esforço dos descendentes da matriarca em construir “lugares de memória”⁴⁴.

Figura 4 - Busto de Eva Maria de Jesus



Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 13

Na edificação religiosa erguida por tia Eva e seus descendentes, não havia a presença de sacerdotes católicos. A liderança religiosa foi exercida primeiramente por Eva Maria de Jesus. Ela atuava como benzedeira, curandeira e parteira, sendo reconhecida por toda a cidade em uma época em que não havia médicos e sacerdotes pela região. Em seu relato oral, Seu Sérgio Antônio (Seu Michel)⁴⁵ citou que a partir de sua mãe, neta de tia Eva, ouvia as memórias relacionadas à liderança e ao protagonismo de tia Eva já em solo sul-mato-grossense, “as memórias que carregam são as seguintes, [...] mamãe contava muito que ela era

⁴⁴ “Lugar de memória” é um conceito histórico proposto por Pierre Nora (1993). Um lugar de memória pode variar desde a um objeto material, como no caso do busto de tia Eva, até um evento abstrato. De acordo com Nora, os lugares de memória “[...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas” (NORA, 1993, p. 13). Ou seja, a criação de um lugar de memória está associada a uma memória coletiva de um certo grupo social.

⁴⁵ Bisneto de tia Eva, atualmente com 85 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 26/01/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

parteira, e naquele tempo aqui não tinha maternidade, então daqueles mais humildes aos mais altos da sociedade procurava tia Eva”.

A aproximação da igreja Católica com a comunidade ocorreu por conta do interesse no território onde a comunidade estava instalada. Padres salesianos, interessados em adquirir terras para a construção de um colégio de freiras e um seminário na região do Cascudo, obtiveram certas parcelas de terras dos descendentes de tia Eva. “Com a construção do Seminário, a região do Cascudo começou a ser denominada administrativamente de bairro São Francisco, logo depois passou a ser bairro Jardim Seminário” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 302).

Nesse contexto de expansão salesiana sobre a comunidade, a igreja Católica passou a administrar a igreja e a festa de São Benedito por cerca de 15 anos, entre os anos 1960 e 1975 (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010). Após meados da década de 1970, o controle da igreja e da festa de São Benedito voltou para os descendentes de tia Eva. Com a saída da igreja Católica da comunidade, a Diocese construiu a igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, fora do território da comunidade e a poucos metros da igreja fundada por tia Eva. Na figura 5 a seguir, é possível perceber a pequena distância que separa as duas igrejas.

Figura 5 - Localização das igrejas de São Benedito (Tia Eva) e Nossa Senhora do Rosário e São Benedito



Fonte: Google Maps adaptado pelo pesquisador

Para Pedro Henrique Gomes Pereira (2016), a nova igreja fundada pela Diocese representou uma espécie de cisma entre os católicos, colocando em oposição a igreja Católica

e as lideranças da comunidade na disputa pela legitimidade em torno de São Benedito. “Desse modo, as missas e outras atividades ecumênicas, que eram realizadas na igreja, foram transferidas para a nova igreja da Diocese. Somente uma vez por ano, na festa de São Benedito, é que os padres fazem missa na igreja, porém do lado de fora” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 311).

De acordo com Pereira (2016),

Ao nominar a igreja com santos cultuados pelos descendentes de tia Eva, a igreja católica tinha como objetivo tirar fiéis que frequentavam a igreja e marcar sua posição de detentora “oficial” da fé cristã assim como das edificações cristãs. Desse modo, as missas e outras atividades ecumênicas, que eram realizadas na igreja, foram transferidas para a nova igreja da Diocese (*Ibid.*, p. 65).

Além dos esforços na construção, manutenção e administração da “igreja”, outro ponto de luta de tia Eva foi em relação à regularização das terras onde seus familiares estavam instalados. Além de benzer e realizar partos, tia Eva trabalhava na produção de doces, mesma atividade que realizava no tempo do cativo. Após reunir a quantia de 85 mil réis⁴⁶, tia Eva requereu a regularização e posse de oito hectares de terras devolutas, à Nilo Javary Barem⁴⁷.

De acordo com o relato de Seu Sérgio Antônio da Silva, o protagonismo da tia Eva em regularizar a posse das terras onde ela, suas filhas Lázara, Sabastiana e Joana, e seu companheiro Adão se instalaram, é um motivo de orgulho para a história da comunidade. Na entrevista realizada em trabalho de campo, Seu Sérgio Antônio (Seu Michel)⁴⁸ reforçou esse processo em sua narrativa e mostrou o documento de regularização das terras, de 1910, bem como uma reprodução da imagem do intendente responsável pela regularização, que está fixada na parede da sala de sua residência, junto a outras fotos, reportagens e documentos.

Essa promessa da tia Eva, que chegasse aqui e ia ser feliz, chegou com Joana, Lázara e Sebastiana. E no momento que ela fez essa promessa, que ela chegou aqui e comprou essa área de terra em 1910, pagando 85 mil réis [...] mas a tia Eva chegando aqui, comprou esse terreno, chamava-se Nilo Javary Barem que deu o título de terra, essa foto é desse Nilo Javary Barem, eu tenho. Então ele administrou de 10 de setembro até 20 de outubro, esse Nilo Javary Barem que deu esse título de terra para ela⁴⁹.

Durante o trabalho de campo da pesquisa, foram realizadas o total de seis entrevistas, que abrangeram as lideranças políticas e religiosas da comunidade. Nas entrevistas foi possível notar que as memórias apresentaram como “fios condutores” a trajetória e o

⁴⁶ De acordo com Plínio dos Santos (2010, p. 276), a quantia era equivalente a três sacos de 60 kg de farinha de mandioca ou cerca de cinco sacos de 60 kg de milho.

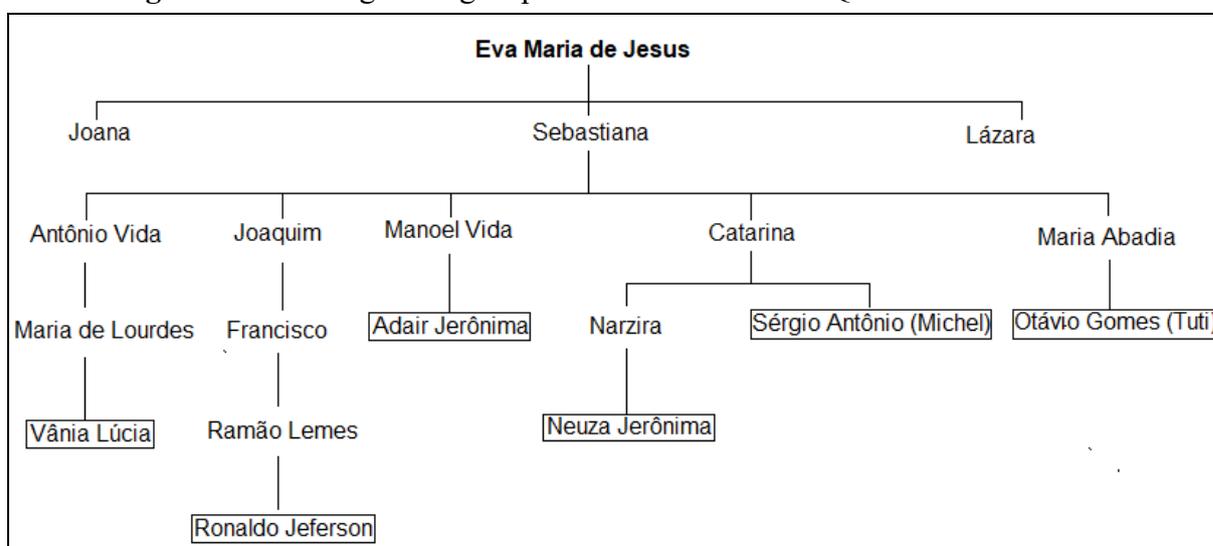
⁴⁷ Foi intendente da comarca de Campo Grande entre 10/09/1910 à 19/10/1910. Arquivo histórico de Campo Grande, disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/prefeitosintendentes>. Acessado em: 12/03/2021.

⁴⁸ Seu Sérgio Antônio da Silva foi o fundador e presidente por diversos mandatos da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus. Grande parte de documentos, registros históricos, pesquisas e publicações a respeito da comunidade se encontram em sua residência. A sala de entrada de sua residência funciona como uma espécie de “memorial”, sendo que boa parte das paredes estão cobertas com fragmentos desses arquivos. Foi entrevistado pelo pesquisador, no local descrito, no dia 26/01/2021.

⁴⁹ Bisneto de tia Eva, atualmente com 85 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 26/01/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

momento da migração de tia Eva, a ferida que obteve em Goiás, a promessa e a festa em homenagem a São Benedito. Esses seriam os elementos de coesão e identidade da comunidade. Na figura 6, a seguir, apresento a árvore genealógica parcial da Comunidade Quilombola Tia Eva, destacando os indivíduos que foram entrevistados em trabalho de campo. Entre eles estão os bisnetos de tia Eva, Dona Adair Jerônima, Seu Sérgio Antônio (conhecido como “Seu Michel”) e Seu Otávio Gomes (conhecido como “Seu Tuti”); Dona Neuza Jerônima, uma das lideranças religiosas da comunidade; Vânia Lúcia, historiadora e coordenadora pedagógica da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira; Ronaldo Jeferson, presidente da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus.

Figura 6 - Árvore genealógica parcial da Comunidade Quilombola Tia Eva⁵⁰



A operação da memória coletiva, verificada no trabalho de campo, ocorre, segundo Michael Pollak (1989), no sentido de fazer usos do passado para manter a coesão e estabelecer as bases de uma identidade para o grupo. Nesse entendimento,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (POLLAK, 1989, p. 10).

Para Pierre Nora (1993), a memória definida por Pollak (1989), pode ser dividida em duas categorias, a memória tradicional e a outra a memória transformada em história. Na medida que a memória tradicional desaparece ou se enfraquece pela passagem do tempo,

⁵⁰ A elaboração da árvore genealógica parcial foi feita com base nas entrevistas realizadas em trabalho de campo, assim como no trabalho de Vanda Moraes (2003).

parte desses vestígios e testemunhos do passado são materializados em lugares de memória. Certos objetos ou manifestações culturais podem ser transformadas, deliberadamente, em lugares de memória com o objetivo de reforçar uma identidade ou preservar a memória, evitando, assim, o esquecimento. Nesse sentido, a festa de São Benedito, a “igrejinha” e o busto de tia Eva são considerados lugares de memória, ligados à identidade da Comunidade Quilombola Tia Eva.

É importante destacar que a construção, manutenção e divulgação dos lugares de memória, no interior da comunidade, foram fruto da articulação e mobilização dos membros da comunidade em sintonia com o Movimento Negro no estado. A partir de 1984, com a fundação da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus⁵¹, os membros da comunidade passaram a atuar frente ao poder público para o atendimento das demandas da comunidade. Além da luta por políticas públicas para a comunidade como, por exemplo, eletrificação, água tratada, esgoto, transporte público, saúde e educação, a associação passou a utilizar os lugares de memória, tais como a “igrejinha” e a festa de São Benedito, para romper com silêncio em torno da memória e história da comunidade na cidade de Campo Grande.

A atuação da comunidade em criar lugares de memória é uma forma de valorizar e reconhecer uma memória relacionada a um grupo que participou do processo de formação de Campo Grande e construção da identidade negra no estado, memória até então enfurnada e que luta por visibilidade.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

É possível identificar a “igrejinha” como um lugar da memória para os membros da comunidade. Uma construção que se relaciona com o protagonismo, a fé e a resistência da tia Eva. A memória carregada especialmente pelos mais velhos da comunidade, que atuam como seus guardiões, é dinâmica e aberta à relação dialética entre lembrança e esquecimento (POLLAK, 1989), sendo que a “igrejinha” cumpre o papel de materializar essa memória no interior dela. À guisa de exemplo, Eva Maria de Jesus, morta em 11 de novembro de 1926, teve seus restos mortais retirados do local original para ser sepultada, quase 40 anos depois, no interior da igreja de São Benedito. O deslocamento dos restos mortais de tia Eva para o interior da “igrejinha” foi justificado pelos supostos milagres atribuídos à matriarca, que teriam ocorrido até mesmo depois do seu falecimento. Seu Sérgio relatou um dos milagres da tia Eva, que tem relação com a escola e a creche localizadas dentro da comunidade. Segundo

⁵¹ De acordo com Machado (2019, p. 50), a Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus funcionou durante muito tempo na informalidade. Somente na década de 1990, a entidade civil foi registrada em cartório.

Seu Sérgio Antônio⁵² (Seu Michel), “[...] você já ouviu falar de Irany Caovilla⁵³? Ela falou: Michel, eu estava doente e vi uma entrevista sua na televisão, falando dos milagres de tia Eva, aí ela fez um voto que se sarasse iria fazer a doação de um terreno para fazer um colégio”.

Seu Otávio Gomes de Araújo, conhecido na comunidade como Seu Tuti, foi um dos responsáveis por depositar os restos mortais de tia Eva dentro da “igrejinha”. De acordo com o relato de Seu Otávio Gomes (Seu Tuti)⁵⁴,

A tia Eva faleceu em 29 ou 26 e enterrou ela bem na frente da igreja e formou um cemitério ali na frente da igreja, mais ou menos 20 por 30 metros quadrados, tinha o cruzeiro, aquele pessoal que ia morrendo ia enterrando ali mesmo, então lá tem um neto dela, que é o Joaquim, enterrado até hoje, uma filha dela que é a Joana, e ela também está enterrada ali. Quando fazia 46 anos que ela tinha falecido eu arranquei ela e fiz um túmulo dentro da igreja, peguei os ossos dela, coloquei em uma caixa, quando você entra na igreja daqui pra lá, está o túmulo dela lá com os dizeres e os ossos dela, fiz quatro paredes de concreto, fiz uma tampa de concreto, coloquei a crua e está lá.

A construção da “igrejinha” foi realizada como pagamento da promessa a São Benedito. Localizada no centro da comunidade, seu edifício é um lugar de memória e patrimônio cultural, solidificando essas questões na pessoa de Eva Maria de Jesus. O fato de tia Eva estar enterrada dentro da igreja é um ponto de destaque nas memórias dos integrantes da comunidade. Muitos descendentes consideram que tia Eva foi uma mulher revestida de sacralidade, pois além do “dom” benzer e curar enfermidades, milagres teriam acontecido em nome de tia Eva. O túmulo da matriarca da comunidade se localiza na parte frontal à esquerda da entrada principal da igreja, como é possível observar na figura 7, com destaque para a imagem de São Benedito ao fundo, do qual ela era devota.

⁵² Bisneto de tia Eva, atualmente com 85 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 26/01/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

⁵³ Dona Irany Pereira Caovilla comprou o lote de 2.870 m² que pertencia ao Seu Otacílio Antônio dos Santos (bisneto de tia Eva), no final da década de 1990. Após a compra, Dona Irany doou o lote para a prefeitura municipal de Campo Grande. Neste espaço foram construídas a escola Antônio Delfino Pereira e a creche Eva Maria de Jesus no início dos anos 2000 (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 324).

⁵⁴ Bisneto de tia Eva, tinha 83 anos quando foi entrevistado pelo autor dessa dissertação. Faleceu meses depois da entrevista. A entrevista foi realizada em sua residência, no dia 01/02/2021.

Figura 7 - Túmulo de Eva Maria de Jesus no interior da igreja de São Benedito



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Além da construção da igreja, tia Eva instituiu uma celebração anual para o santo devoto. A partir do ano de 1919, ao renovar os votos de fé ao santo e reformar a “igrejinha”, tia Eva prometeu realizar a festa de São Benedito na comunidade. Esta tradição iniciada pela matriarca ainda é realizada anualmente pelos descendentes de tia Eva. As práticas dessa celebração compõem o patrimônio cultural da comunidade e fazem parte do calendário de festas⁵⁵ da cidade de Campo Grande, mas ainda sem ser reconhecida oficialmente como patrimônio cultural pelo poder público, colocando em risco a salvaguarda da celebração.

De acordo com Moraes, a primeira festa a São Benedito ocorreu no ano de 1919, quando foi concluída a reforma da “igrejinha”. A primeira “[...] festa em homenagem a São Benedito foi muito grande. Durou o tempo de uma novena, com reza, terço, muita música, dança, comida, bebida, e três fogos ao subir da bandeira do santo no alto do mastro, na hora do Salve Rainha” (2003, p. 8). Essa primeira celebração foi realizada com recursos doados por devotos do santo e admiradores da tia Eva.

A tradição iniciada por tia Eva continua sendo mantida graças a um pedido da matriarca aos seus familiares. De acordo com Seu Otávio Gomes (Seu Tuti)⁵⁶ “ela falou que, enquanto tivesse um descendente dela vivo, queria que continuasse a festa”. A exceção a essa tradição ocorreu no ano de 2020, pois as celebrações foram interrompidas em razão da pandemia do novo coronavírus. Mas, mesmo diante desse contexto, foi realizada uma pequena

⁵⁵ O projeto de Lei nº 9.333/19 instituiu no calendário oficial do município de Campo Grande a festa de São Benedito, comemorada anualmente na segunda semana do mês de maio, com duração de dez dias consecutivos.

⁵⁶ Bisneto de tia Eva, tinha 83 anos quando foi entrevistado pelo autor dessa dissertação. Faleceu meses depois da entrevista. A entrevista foi realizada em sua residência, no dia 01/02/2021.

celebração em maio daquele ano, como aponta Seu Sérgio Antônio da Silva⁵⁷, “esse ano com esse negócio do coronavírus a festa não aconteceu, mas saíram com o santinho de casa em casa rezando o terço”. Em maio de 2021, a 102ª festa de São Benedito ocorreu de forma online, transmitida no canal do *Youtube*⁵⁸ da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande.

As lideranças políticas da comunidade se organizaram para realizar a celebração religiosa, mesmo em um contexto pandêmico. Conforme Ronaldo Jeferson da Silva⁵⁹,

Este ano, a gente conseguiu fazer, para não dizer que a gente não fez a festa, a gente fez a parte religiosa. Como foi feita com a covid a parte religiosa? O santo que está na igreja, que veio com tia Eva, o de madeira, ele foi nas casas. Então assim, você é descendente e quer fazer o terço na sua casa? É só comunicar no grupo, que aí a gente fez uma escala das casas. Aí higienizava o santo e passava para a outra casa.

A importância da continuidade da festa, mesmo depois da morte da matriarca da comunidade é destacada no relato de Vânia Lúcia Batista Duarte⁶⁰, que define a festa como

[...] uma celebração religiosa, que ela começa com a promessa da tia Eva né? Como eu já disse anteriormente, a cura e a graça que ela recebeu ao santo negro que já era sua devoção, tanto é que essa como eu já disse anteriormente que ela recebeu. Ela já vem de lá do interior de Goiás com santo né? A imagem São Benedito e ela recebe essa graça que ela acredita a São Benedito e passa a realizar a festa e a festa e a capela pra São Benedito. Então era como no início da festa saíam um mês antes nas fazendas, nas chácaras daqui da região. Arrecadando doce, galinha, prenda. As coisas para a realização dessa festa e eles acabaram recebendo, eu me lembro quando eu era criança, vinha gente de Rio Negro pra pagar promessa, crianças ali com roupas específicas religiosa de apresentação a São Benedito. Então ela é uma festa religiosa, só que ela ficou maior, porque ela trouxe aquilo que muitas vezes é a alegria do povo negro, né? Então desde que inicia a festa com a tia Eva, ela já inicia com um bailinho a tia Eva tocava a sanfona pé de bode e animava os bailinhos da festa aqui, e aí se dá a festa de São Benedito.

Como mostra o relato acima, a festa idealizada por tia Eva mistura o sagrado com o profano, constituindo-se em uma oportunidade para renovar a fé no santo e também estreitar laços familiares e de compadrio. A entrada da imagem de São Benedito no salão da comunidade, ao som de tambores, representa um ritual de sincretismo da matriz africana durante a celebração. De acordo com Ribeiro (2014, p. 21), “[...] missas, terços, procissão, apresentações culturais, torneio de futebol e almoço integram a programação”, que tem a duração de nove dias.

A preparação da festa de São Benedito iniciava-se muito tempo antes de sua realização. “Todos os anos, meses antes da festa, tia Eva saía com outros parentes, empunhando o mastro de São Benedito, para ir às casas e às fazendas com o objetivo de pedir

⁵⁷ Bisneto de tia Eva, atualmente com 85 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 26/01/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

⁵⁸ Transmissão da festa disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=lpOJkDkaX3g>. Acessado em: 11/06/2021.

⁵⁹ Foi entrevistado no dia 02/02/2021. Tataraneto de tia Eva, atualmente com 41 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 02/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

⁶⁰ Tataraneta de tia Eva, atualmente com 46 anos, foi entrevistada pelo autor dessa dissertação, no dia 01/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

doações ao evento” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 170). A festa atraía pessoas de toda a cidade, assim como parentes que se deslocaram de outras regiões, “a festa tinha início com as novenas durante o dia. À noite havia os bailes embaixo da mangueira próxima à igreja, pois ainda não havia o salão comunitário” (MACHADO, 2019, p. 35).

Naquela época para angariar fundos para os festejos, ela fazia a “Folia da Bandeira” quando se caminhava com a bandeira do santo pelas vizinhanças pedindo esmolas e prendas, de porta em porta, para serem revertidos em almoço com direito a doces servidos aos pobres [...] na maioria das vezes eram as mulheres e devotos quem desempenhavam essa tarefa (MATOS, 2004, p. 30).

Conforme o relato da Dona Adair Jerônima, nas festas de São Benedito do passado havia um sorteio para escolher o organizador da festa, conhecido como festeiro. Segundo Dona Adair Jerônima⁶¹, “[...] antigamente nas festa tinha um sorteio de qual ia ser o festeiro do ano”, que ficava encarregado da organização dos bailes. Após a criação da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus, em 1984, a organização da festa passou a ser coordenada pelo presidente e diretores dessa associação.

A criação da associação também possibilitou uma maior aproximação com o poder público municipal e estadual, que passou a atuar na limpeza, iluminação, contratação de músicos e divulgação da festa de São Benedito. Um dos exemplos dessa articulação é o material de divulgação (figura 8) da 93ª festa de São Benedito, ocorrida no ano de 2012, no qual percebe-se na parte inferior o apoio da Fundação Municipal de Cultura de Campo Grande (FUNDAC), da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS (PMCG), do deputado federal Edson Giroto, que foi candidato a prefeito da capital no mesmo ano e a realização da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus.

⁶¹ Bisneta de tia Eva, atualmente com 87 anos, foi entrevistada pelo autor dessa dissertação, no dia 02/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

Figura 8 - Programação da 93ª Festa de São Benedito



Fonte: PEREIRA, 2016, p. 37

Tendo como referências o material de divulgação citado anteriormente, nota-se que a festa de São Benedito ocorre anualmente no mês de maio, na lua cheia mais próxima do dia 13, transcorrendo durante dez dias. Entretanto, no calendário oficial da igreja Católica, a comemoração a São Benedito ocorre no dia 5 de outubro⁶². A escolha do mês de maio, em data próxima ao dia 13, teria relações com as comemorações da abolição da escravidão?

Para Walter Fraga (2018), o 13 de maio é uma data de disputa sobre sua representatividade simbólica para a liberdade e cidadania aos negros. Por um lado, a lei faz parte do imaginário descrito por Mattos (2006, p. 105), associando a abolição “à imagem da princesinha branca, libertando por decreto escravos submissos e bem tratados, que durante décadas se difundiu nos livros didáticos”. Por outro lado, esta medida passou por um processo de ressignificação a partir da mobilização do Movimento Negro, com críticas direcionadas a

⁶² Embora em todo mundo a festa de São Benedito seja celebrada no dia 4 de abril, data de sua morte, no Brasil ela é celebrada, desde 1983, em 5 de outubro, por especial deferência canônica concedida à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em: <https://franciscanos.org.br/vidacrista/calendario/sao-benedito/#gsc.tab=0>. Acessado em: 01/06/2021.

uma lei que não criou condições para incluir o negro na sociedade brasileira. Ainda de acordo com Fraga (2018, p. 352), “a aprovação da lei gerou manifestações muito parecidas e quase simultâneas nas diversas capitais das províncias do Brasil” e não ficaram restritas somente ao dia 13 de maio de 1888, em alguns casos as comemorações se estenderam além da data. Como aponta Fraga (2018), celebrações da abolição nos redutos negros parecem ter sobrevivido ao esquecimento.

Conforme argumentou Areias Costa (2016), que pesquisou a trajetória do maestro abolicionista Manoel Tranquilino Bastos, na cidade de Cachoeira, Recôncavo Baiano,

Anualmente, no dia 13 de maio, a filarmônica Lyra Ceciliana repete o ritual do desfile abolicionista de 1888, executando as composições de Bastos, entre elas o *Hino Abolicionista*, o *Hino 13 de Maio* e a *Airosa Passeata*. Essas representações indicam que por meio da música, o “dia da liberdade” seria lembrado e festejado pela população negra e pelos descendentes de escravos (*Ibid.*, p. 205).

O fato de a festa de São Benedito ocorrer no dia 13 de maio igualmente se relaciona à memória da abolição. De acordo com as narrativas dos membros da comunidade, a festa celebrada na semana do dia 13 de maio, constituída de missa, queima de fogos, música e dança, numa clara simbiose entre o profano e o sagrado, também é uma forma de celebração da libertação. Nesse mesmo sentido, Dona Iracir Borges aponta que, “[...] a festa sempre foi no dia 13 de maio em diante né. Que é dia da coisa dos escravos né, da libertação” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 331).

De acordo com Pedro Henrique Gomes Pereira, a festa de São Benedito se inicia e termina com uma missa que é celebrada no espaço do salão comunitário da comunidade: “Ao contrário da novena que é um rito religioso de cunho mais familiar, a missa traz consigo um compromisso com a formalidade eclesiástica, com a instituição e, portanto, com o externo” (2016, p. 38). Essas cerimônias formais contam com a presença de padres exteriores à comunidade, sendo que a cada ano um novo religioso celebra a missa.

Sobre a celebração da missa na abertura da festa de São Benedito, Pereira (2016) observou que,

Durante as missas que acompanhei nas festas de São Benedito, observei que naquele espaço havia uma baixa presença de jovens da comunidade, sendo predominante a presença dos descendentes mais velhos. Nas duas missas de abertura que estive presente, observei que [...] foram utilizados instrumentos pouco convencionais nesse tipo de solenidade religiosa, como tambores (*Ibid.*, p. 38).

Entre as missas de abertura e encerramento são celebradas as novenas, chamadas pelos integrantes da comunidade de “terços”. O início do “terço” é “[...] anunciado pelo toque de um sino que se encontra na igrejinha é tocado pontualmente às 18h, às 18h30min e, por fim, às 19h, quando é dado o início da novena” (PEREIRA, 2016, p. 39). Ao contrário da celebração das missas, que ocorrem no espaço do salão comunitário da comunidade, que comporta um maior número de pessoas, as novenas ocorrem na “igrejinha”.

As novenas se iniciam com a reza do “pai nosso” e são precedidas por cinco “ave-marias”. Na sequência, os fiéis cantam as ladainhas, que são as rezas cantadas, divididas em

dois grupos: (Canto 1) ladainha a São Benedito e o (Canto 2) Cantos Marianos (PEREIRA, 2016). A organização da celebração religiosa no interior da festa conta com a organização de um grupo intitulado como Legião de Maria, composto por mulheres descendentes de tia Eva. Esse é um traço característico da comunidade, no qual a liderança religiosa sempre esteve a cargo das mulheres, tendo sido iniciada com Eva Maria de Jesus e passado pelas mãos de suas descendentes Sebastiana Maria de Jesus (filha), Catarina Vida (neta) e Narzira da Cruz Barros (bisneta). Na atualidade, a Legião de Maria conta com as lideranças da Dona Neuza Jerônima, filha da dona Narzira, e da Dona Adair Jerônima (bisneta de tia Eva).

No último dia de novena, que ocorre no segundo sábado da festa, os devotos de São Benedito erguem o mastro com a bandeira do santo, registrado na figura 9 a seguir, e acendem a fogueira no pátio situado em frente à “igrejinha”, em meio a três fogos de artifício. Esse momento é marcado pela renovação de votos ao santo padroeiro da comunidade, bem como pela realização da promessa iniciada com tia Eva.

Figura 9 - Mastro de São Benedito



Fonte: RIBEIRO, 2014, p. 33.

No último dia da celebração, a movimentação começa bem cedo, com os devotos se reunindo em frente à “igrejinha” para iniciar a procissão, que começa e termina nesse local. Os devotos, geralmente os mais velhos, “carregam nos ombros as imagens de São Benedito e Nossa Senhora de Aparecida por ruas próximas. Então retornam ao salão comunitário para realizar a missa de encerramento” (RIBEIRO, 2014, p. 34).

Na figura 10, é possível observar a procissão pelas ruas da comunidade e os homens que participam carregando andores enfeitados e com imagens de São Benedito e Nossa Senhora de Aparecida. Esta celebração ocorre no último dia da festa e, após a missa, a comunidade oferece um almoço preparado com os alimentos doados durante a organização da festa, paralelamente com a realização do baile. “A festa não é só dos descendentes hoje em dia, e como também não foi no período da tia Eva. A organização é dos descendentes, mas a

festa é de toda a sociedade”, aponta Vânia Lúcia Batista Duarte⁶³. O tradicional churrasco é gratuito a qualquer visitante, seja ele devoto do santo ou não. A comunidade aproveita a oportunidade para vender artesanatos, pratos típicos, doces e bebidas em espaços provisórios, como barracas montadas nas calçadas, ou em espaços permanentes, tais como o bar do Sabiá.

Figura 10 - Procissão de São Benedito



Fonte: RIBEIRO, 2014, p. 35.

Percebe-se que a festa de São Benedito, na qual o religioso e o profano se misturam, também é uma oportunidade para desenvolvimento econômico dos membros da comunidade. A festa é uma oportunidade para a venda de bebidas, artesanato, pratos típicos, entre outros. De acordo com o relato do Seu Sérgio Antônio (Seu Michel)⁶⁴,

[...] só pra colocar um exemplo aqui, no começo aqui, quando eram os salesianos, terminava o terço, a missa, "Vamos embora cada um pra casa", falava que o baile era coisa do diabo, mas se você fazer uma festa e não tiver baile segurar o pessoal, terminou, vai todo mundo embora, vai vender o que? Então teve festeiro também que não queria baile, não queria nada, era armado aqui na minha casa, não tinha nada, não tinha música, foi todo mundo embora, ficava a mercadoria, e começou a voltar, mas não tem jeito, tem coisa que se você não fizer... e você precisa, você tem compromisso [...]

Se, por um lado, a liturgia religiosa representava a renovação da fé no santo e no cumprimento da promessa de tia Eva, por outro lado, a festa de São Benedito também possui momentos ligados ao profano, tais como os bailes, as danças, as comidas, as bebidas e o futebol, que ocorrem paralelamente às celebrações religiosas durante a festa de São Benedito.

⁶³ Tataraneta de tia Eva, atualmente com 46 anos, foi entrevistada pelo autor dessa dissertação, no dia 01/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

⁶⁴ Bisneto de tia Eva, atualmente com 85 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 26/01/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

As noites de bailes ocorrem sempre às sextas-feiras, sábados e domingos, após as celebrações religiosas, nos dois finais de semana da festa de São Benedito. Os bailes eram uma importante ocasião para que jovens conhecessem seu futuro marido ou esposa. Segundo Dona Luiza Valeriana de Jesus, em entrevista a Plínio dos Santos, “as meninas estavam lá no baile, né. Aí conheciam os homens lá, os primos, né. E ali começava o olha olha, nesse olha olha, muitas se casaram” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 171). Nos bailes mais antigos realizados na comunidade, prevalecia a moda de viola, xote e a catira, segundo Dona Adair Jerônima⁶⁵ “já teve catira, era bastante catira, principalmente esse povo da Furnas tudo vinham e tocavam aí, mas o pessoal foi morrendo e a catira foi acabando”. No relato da Dona Adair ela cita “esse povo da Furnas” em referência aos parentes e compadres da Comunidade Quilombola Furnas de Dionísio.

Dessa forma, a festa de São Benedito passou a se tornar o ponto aglutinador entre as famílias que permaneceram dentro da comunidade e as famílias que migraram para outras regiões, tais como a Comunidade Quilombola Chácara Buriti e a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio.

A festa de São Benedito ainda é um momento de aproximação entre os descendentes dessa Irmandade, período de reencontros das antigas alianças e de construção de novos laços de solidariedade. Uma preocupação coletiva entre eles é manter o mais próximo possível a fidelidade com as raízes deixadas por Tia Eva que, junto com um grupo de mulheres, organizou e administrou tudo até sua morte (MACHADO, 2019, p. 35).

Os bailes, principalmente no que se refere aos gêneros musicais, foi um dos pontos que sofreram e sofrem novos significados a partir do choque entre gerações no interior da comunidade. Atualmente, os ritmos que embalam os bailes da festa são o pagode e o sertanejo, que disputam o espaço com o *funk*. “Os gêneros musicais que ocorriam durante as noites do baile indicavam diferentes situações sociais. Na rua, prevalecia o *funk* nos carros de som. No salão comunitário, se tocava pagode e sertanejo” (PEREIRA, 2016, p. 48).

De acordo com Pereira esta mudança está relacionada

[...] com uma série de valores sociais, parâmetros musicais, estéticos, religiosos e culturais, contexto locais, familiares e geracionais. No âmbito da festa de São Benedito, o que ocorre é um processo em que estilos musicais (culturalmente e historicamente aceitos) adquirem novos significados de acordo com novos processos históricos e culturais ou até novos estilos passam a ocupar espaço que pertencia a outros estilos (2016, p. 50).

A realização de um torneio de futebol amador, durante a festa de São Benedito, foi outra mudança ocorrida na composição da festa. O torneio de futebol foi incorporado à festa de São Benedito⁶⁶ à medida que este momento também proporcionava a reunião dos membros da comunidade, assim como atraía pessoas de fora na disputa do torneio. Esta iniciativa partiu

⁶⁵ Bisneta de tia Eva, atualmente com 87 anos, foi entrevistada pelo autor dessa dissertação no dia 02/02/2021, em sua residência, localizada na comunidade.

⁶⁶ De acordo com Pereira (2016), o torneio de sinuca foi incorporado à festa a partir de 2016. O torneio ocorre no bar do Sabiá, localizado na rua Eva Maria de Jesus.

de um dos filhos do Seu Sérgio Antônio (Seu Michel), o Seu Eurides Antônio da Silva, conhecido na comunidade como Bolinho. “O torneio Tia Eva de Futebol começou por volta dos anos 60. Nós tivemos esse torneio em oito campos de futebol, é uma história, é uma tradição” relatou Bolinho em entrevista para Pereira (2016, p. 51).

A partida da final do torneio de futebol amador ocorre no último domingo da festa de São Benedito, paralelamente à realização da procissão de São Benedito. Atualmente, os jogos do torneio de futebol são disputados em um espaço de propriedade particular cedida à comunidade. Esta área, visível na figura 11, é reivindicada pela comunidade no RTID. A Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus pretende transformar o local em área de lazer quando este estiver sob a posse da comunidade.

Figura 11 - Área cedida para realização do torneio de futebol amador Tia Eva



Fonte: Google Maps adaptado pelo autor desta pesquisa

As tradições e celebrações iniciadas pela matriarca da comunidade não foram interrompidas com sua morte, mas vêm sofrendo mudanças a partir de tensões e disputas que ocorrem dentro e fora da comunidade. O avanço da urbanização sobre a comunidade, as políticas de patrimônio e a atuação do poder público no apoio e promoção da festa, as disputas pelo território, a baixa adesão dos jovens nas celebrações religiosas, o crescimento de religiões protestantes entre os membros da comunidade e o relacionamento com a igreja Católica impactaram em mudanças. Parte dessas mudanças são vistas como um processo natural, tal como relatado na entrevista concedida por Vânia Lúcia Batista Correa⁶⁷.

⁶⁷ Tataraneta de tia Eva, atualmente com 46 anos, foi entrevistada pelo autor dessa dissertação, no dia 01/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

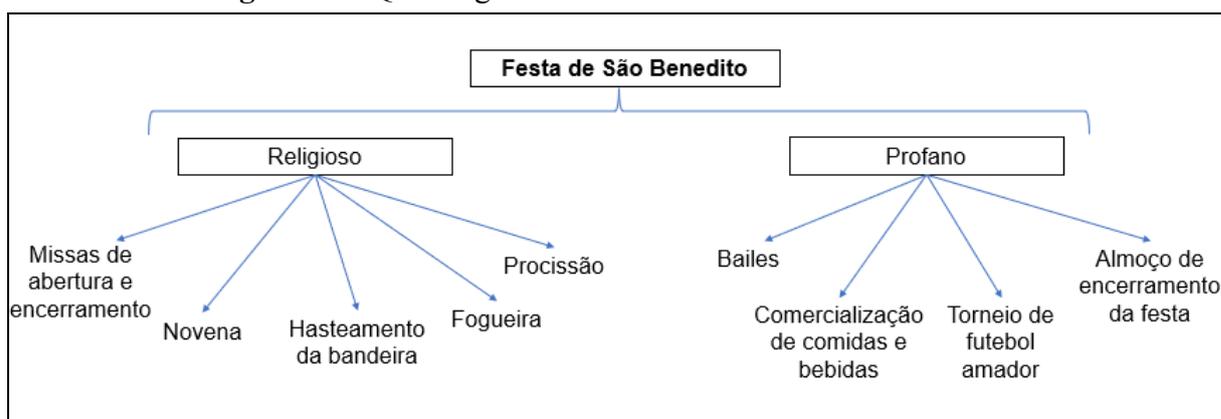
[...] a cultura ela não é estática. Então ela sempre sofre algumas modificações. Eu acho que o nosso olhar não é nem que positivo ou negativo, mas é todo um processo de construção e organização de uma sociedade interfere no cotidiano, então acho que a existência da festa, do ritual, da questão religiosa, da vivência da comunidade é mais importante.

Ainda que a mudança seja encarada como um processo natural, como apontado no relato de Vânia Lúcia, nesse mesmo trecho ela destaca as permanências, que seriam a celebração religiosa e a festa como um espaço de convivência. Em outro relato de um membro da comunidade, Seu Sérgio Antônio (Seu Michel)⁶⁸ avalia que “[...] as coisas mudam, mas o que não pode mexer é a parte religiosa”.

A memória de tia Eva é compartilhada especialmente na celebração religiosa em torno de São Benedito. Nesse campo, há uma maior resistência às mudanças, em nome da tradição iniciada com a matriarca, tais como a realização da festa de São Benedito e a celebração em torno do santo devoto, elementos essenciais da identidade do grupo. No campo da resistência, os idosos assumem o papel de guardiões das tradições, garantindo que o passado esteja presente nos lugares de memória.

Já no campo do profano, as mudanças foram verificadas de maneira mais contundente nas entrevistas de trabalho de campo. Uma delas foi percebida em relação aos espaços destinados ao baile, que no passado ocorria embaixo dos pés de manga sob a iluminação da lua cheia, e hoje transcorre em dois espaços distintos: o salão comunitário e a rua Eva Maria de Jesus. A partir de escolhas e opções da própria comunidade, novos ritmos musicais, como o funk, ou a incorporação de atividades esportivas na celebração, como o futebol e o jogo de sinuca, são exemplos de que a festa de São Benedito está em constante movimento. Na figura 12, a festa de São Benedito foi resumida em uma visão geral. No quadro abaixo os principais momentos da festa foram fragmentados de modo a facilitar a distinção entre os campos, mas na prática a celebração é marcada pela simbiose entre o sagrado e o profano.

Figura 12 - Quadro geral da Festa de São Benedito de Tia Eva



Fonte: Quadro elaborado pelo autor desta pesquisa

⁶⁸ Bisneto de tia Eva, atualmente com 85 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação no dia 26/01/2021, em sua residência, localizada na comunidade.

Eva Maria de Jesus faleceu aos 78 anos, no ano de 1926. A notícia de sua morte se espalhou, e “a cidade toda parou e vieram pessoas de toda a região para homenageá-la” (MACHADO, 2019, p. 35). Após a morte de tia Eva, a festa de São Benedito continuou sendo organizada anualmente pelos descendentes da matriarca, desde o ano de 1919.

O espaço físico da “igrejinha”, as “memórias do cativo” compartilhadas, a religiosidade e a fé da tia Eva se constituíram em elementos fundamentais para coesão entre os membros da comunidade. Nesse sentido, Machado defende que “[...] a história dessa Comunidade nos aponta que a memória do passado, associada ao local e à religião, são aspectos culturais de relevância para a construção da identidade e, ao mesmo tempo, para a manutenção da presença lúdica de tia Eva” (2019, p. 38). A festa de São Benedito se tornou “passado presente”⁶⁹ para os membros da Comunidade Quilombola Tia Eva, símbolo da identidade dos seus integrantes, patrimônio cultural quilombola em Mato Grosso do Sul e bandeira de lutas por reparação de direitos. Como afirmam Abreu e Mattos (2013), expressões culturais em geral, consideradas como patrimônios quilombolas, são bandeiras de luta por direitos, conquistas de espaços públicos e afirmação identitária.

As tradicionais festas de santo mobilizam diversas pessoas, criam laços de solidariedade e coesão social, sendo uma das principais atrações aguardadas tanto pelos moradores das comunidades quilombolas quanto pelas pessoas da região e de outras localidades. São momentos de encontros, trocas, “circularidade cultural” e enfrentamentos – como conflitos de gerações, fundiários e de manejo ambiental e econômico – entre os diversos segmentos sociais que assistem ou participam da mesma. Além de lazer, oferecem momentos privilegiados para a consolidação das mais variadas identidades e (re)invenção das tradições. Essas comemorações revelam a sobrevivência de memórias da população quilombola e a forma como foram apropriadas e ressignificadas, reatualizando, assim, antigas lutas e esperanças por políticas públicas de reparação de direitos. (AREIAS COSTA; SILVA, 2020, p. 66).

Na década de 1970, a principal via urbana que corta a comunidade foi batizada com o nome da Eva Maria de Jesus. Em 1996, a tia Eva recebeu o título de cidadã campo-grandense (Decreto Legislativo nº 368, de 27/06/1996). Nos anos de 1996 e 1998, a “igrejinha” de São Benedito foi tombada como parte do patrimônio público, respectivamente, pelo município e estado. Nos anos 2000, a escola estadual Antônio Delfino Pereira e a creche Eva Maria de Jesus iniciaram suas atividades pedagógicas, atendendo crianças e adolescentes da comunidade e região. Além disso, a comunidade é assistida pela Unidade Básica de Saúde da Família São Benedito (UBSF), que não foi fechada no ano de 2018 por conta da mobilização dos moradores da comunidade.

Em julho de 2021, foi apresentado o projeto de restauração da igreja de São Benedito e requalificação de seu entorno imediato à comunidade. O projeto surgiu de uma parceria entre estado e município, uma vez que a “igrejinha” foi tombada por ambos os poderes, teve a

⁶⁹ Expressão empregada por Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran no projeto Passados Presentes, elaborado a partir do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), com o apoio do Projeto Rota de Escravos, da Unesco, em 2014. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php/principal/index>. Acessado em: 18/04/2020.

participação direta da comunidade por meio da articulação da associação, dos Conselhos de Patrimônio Cultural, dos órgãos de preservação da Secretaria de Turismo de Campo Grande (SECTUR/PMCG), Fundo Municipal de Investimentos Culturais (FMIC) Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS) e da Secretaria Estadual de Cidadania e Cultura (SECIC). A elaboração do projeto de restauração contou com recursos municipais, enquanto a execução da obra ficou sob a responsabilidade do governo estadual.

A escolha da “igrejinha” para receber o projeto de restauração se deu em razão de sua relevância histórica e cultural para o município de Campo Grande e o estado de Mato Grosso do Sul, evidenciada pelos tombamentos em níveis estadual e municipal. Mesmo diante dos tombamentos realizados pelos poderes públicos, a manutenção e conservação da edificação foram realizadas pela comunidade, sem apoio financeiro por parte dos entes mencionados. O local passou a sofrer danos em sua estrutura, por conta da falta de intervenções necessárias para corrigir infiltrações, rachaduras nas paredes, avarias no madeiramento do telhado, entre outros.

Dentre os danos observados em trabalho de campo, destaca-se o empenamento no forro de madeira logo após a entrada principal da edificação, visível na figura 13. Outra avaria observada claramente são as fissuras na alvenaria e sinais de infiltração da água das chuvas na parte interna da igreja, registrada na figura 14. Diante dos riscos de desabamento no local, a igreja se encontra fechada para visitas e celebrações religiosas.

Figura 13 - Danos no forro da igreja de São Benedito



Fonte: SILVA, 2021, p. 217

Figura 14 - Danos nas alvenarias internas da igreja de São Benedito



Fonte: SILVA, 2021, p. 228

O projeto de restauro foi financiado FMIC, sob a coordenação do arquiteto e urbanista Eduardo Roberto Melo da Silva. A elaboração da restauração da “igrejinha” e requalificação de seu entorno foram pensadas com base em quatro eixos: 1) o eixo turístico, com a criação de um espaço destinado a abrigar um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), gerido pela comunidade e destinado para o turismo de base comunitária; 2) eixo cultural, por meio da requalificação dos espaços utilizados pela comunidade, como por exemplo as dependências do salão comunitário (Centro de Difusão da Cultura Afro-Brasileira); 3) eixo educacional, pautado na criação de uma sala para abrigar materiais de pesquisa sobre tia Eva, assim como computadores com acesso à internet; 4) eixo do lazer, por meio da criação de uma praça integrando a igreja e demais espaços requalificados. Na figura 15, a seguir, pode-se ver a perspectiva arquitetônica de como ficarão os espaços após a restauração. Importante destacar que, até o presente momento, o projeto está em fase de captação de recursos, para, na sequência, iniciar as fases de licitação e execução da obra (SILVA, 2021).

Figura 15 - Projeto de restauração da igreja de São Benedito



Fonte: SILVA, 2021, p. 269

Paralelamente ao projeto de restauração da “igrejinha”, a comunidade tem se mobilizado junto ao poder público em torno da criação do corredor cultural e gastronômico na rua que leva o nome da matriarca. Segundo o presidente da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus, Ronaldo Jeferson⁷⁰, “a gente tem alguns projetos que a gente quer fazer, quer deixar a comunidade com a cara do Pelourinho, para você ter uma ideia de que está entrando em uma comunidade quilombola [...] hoje você passa na rua e praticamente não sabe que é uma comunidade quilombola”. O projeto prevê, além das mudanças na arquitetura das casas dos descendentes de tia Eva localizadas na via, cursos de capacitação na área do artesanato, turismo e culinária serão ofertados dentro da iniciativa, para estimular ações de desenvolvimento local. O desenvolvimento dessa ação ainda se encontra em estágio inicial, inferior ao andamento do projeto de restauração da igreja de São Benedito e requalificação de seu entorno, que tem previsão para o início das obras para o segundo semestre de 2022.

Percebe-se que os projetos de restauração da igreja de São Benedito e do corredor cultural e gastronômico foram fruto da organização e mobilização da comunidade, que se iniciou nos anos 1980, a partir da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus. Os projetos articulam a memória e o patrimônio cultural da comunidade como instrumentos para o reconhecimento e valorização da relevância histórica e cultural do protagonismo de Eva Maria de Jesus na genealogia de Campo Grande.

⁷⁰ Foi entrevistado no dia 02/02/2021. Tataraneto de tia Eva, atualmente com 41 anos, foi entrevistado pelo autor dessa dissertação, no dia 02/02/2021 em sua residência, localizada na comunidade.

CAPÍTULO IV – O QUILOMBO DA TIA EVA POR MEIO DE UM *WEBSITE*: ENSINO DE HISTÓRIA, TECNOLOGIAS DIGITAIS E MEMÓRIA

O derradeiro capítulo dessa dissertação tem por finalidade apresentar o conteúdo e o processo de construção do *website* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. Este instrumento faz parte da dimensão propositiva desta pesquisa, ou seja, os desdobramentos acerca dos levantamentos bibliográficos sobre o objeto pesquisado e a coleta de entrevistas em trabalho de campo serviram de referencial teórico e metodológico para o desenvolvimento e construção do *website*.

Segundo Fernando Nicolazzi (2019), uma pesquisa realizada no âmbito do PROFHISTÓRIA deve estar atenta ao público e ao campo de ensino em que esse conhecimento é oferecido. Ainda de acordo com Nicolazzi (2019, p. 219), “[...] a recepção da história por seus variados públicos, as quais podem seguir os mais variados itinerários” deve assumir um viés pluridisciplinar, democrático e que possa realizar um papel ativo no sentido de criar uma consciência histórica sobre o objeto pesquisado. Seria então as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) um instrumento de democratização e fácil acesso a esta pesquisa?

Refletindo sobre os diferentes itinerários de recepção da História, esta dissertação se propõe a desenvolver um material propositivo voltado ao ensino de História que possa atender uma dupla atuação. A primeira dimensão desse material consiste em promover o reconhecimento e valorização da cultura negra e quilombola, tendo os próprios integrantes da Comunidade Quilombola Tia Eva como protagonistas das suas narrativas e memórias. Enquanto a segunda dimensão é aquela voltada ao ensino de História e educação antirracista, uma vez que materiais ou instrumentos pedagógicos sobre a História e Cultura Afro-brasileira, no âmbito local e regional, são escassos na educação básica. O desenvolvimento desse instrumento, inserido nessa temática, pode ajudar a fortalecer a identidade negra e quilombola em nosso estado, com foco sobre os estudantes da educação básica.

Mesmo após o *boom* de pesquisas sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva, sobretudo após a promulgação da Lei 10.639 em 2003, a relevância histórica e cultural da comunidade ainda não foi explorada no ensino de História, estando muito mais presente em pesquisas no campo acadêmico e sem a devida transposição didática para a educação básica. O desenvolvimento do *website*, enquanto instrumento pedagógico, se insere no dever à memória e ao direito à história, mas também como um potencial instrumento de ensino de História pensado como prática antirracista. Sendo assim, este capítulo será dividido em duas partes, sendo que a primeira será dedicada a apresentação da metodologia de construção do *website*, enquanto a segunda irá apresentar o recurso didático voltado para o ensino de História desenvolvido por esta pesquisa.

4.1 O processo de construção do *Website*

Ao longo do primeiro semestre de 2020, quando foi definido o objeto desta pesquisa em torno do protagonismo exercido por Eva Maria de Jesus na formação de uma comunidade negra cofundadora do município de Campo Grande, levantou-se a questão que norteou toda esta dissertação: como as memórias e a história da Comunidade Quilombola Tia Eva podem ser trabalhadas e valorizadas no ensino de História? Essa indagação provocou a escolha do instrumento escolhido, o *website*, como dimensão propositiva voltada ao ensino de História.

Tendo como premissa esse problema, essa dissertação teve como ponto de partida o levantamento de pesquisas que se debruçaram sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. A partir desse levantamento, esta pesquisa identificou dois traços importantes: o primeiro foi a pequena quantidade de pesquisas no campo da História, visto que os trabalhos dentro desse campo são recentes em Mato Grosso do Sul; o segundo traço verificado, intimamente ligado às justificativas desta pesquisa dentro do campo do ensino de História, foi a ausência de materiais didáticos sobre a história de Eva Maria de Jesus na educação básica.

A partir dessas duas constatações, a pesquisa começou a ser desenvolvida ao longo do ano de 2020, mas sem uma clara definição de qual seria o material didático definido pelo trabalho. Inicialmente, o primeiro formato de material didático pensado foi um livro paradidático sobre a tia Eva e a comunidade fundada por ela. Tendo em vista que as atuais gerações de estudantes são muito mais audiovisuais do que leitoras e que o alcance de uma tiragem de livros físicos ficaria restrito a um certo local, a opção pelo livro paradidático foi deixada de lado à medida que o projeto da pesquisa foi sendo delineado.

Somado a isso, o advento da pandemia do novo coronavírus apresentou, ao mesmo tempo, dificuldades e possibilidades que poderiam ser aproveitadas na definição do material didático sobre o objeto desta pesquisa. O contexto pandêmico interrompeu as aulas presenciais nas escolas públicas e privadas de Campo Grande a partir de março de 2020. A partir desse contexto, uma dificuldade se escancarou para docentes e estabelecimentos de ensino: como realizar a operação de ensino-aprendizagem à distância? As primeiras semanas após a suspensão das aulas presenciais foram de incertezas e total desarticulação de políticas públicas que direcionassem essa nova realidade.

Os esforços para minimizar os impactos causados pela interrupção das aulas presenciais partiram de iniciativas de docentes, estabelecimentos de ensino e comunidade escolar, num emaranhado de modelos que variavam conforme a realidade de cada escola, de cada corpo discente e de cada professor. A partir desse contexto, as TDICs, presentes no contexto escolar antes do período mencionado assumiram importante papel no ensino de História, auxiliando na continuidade das atividades escolares durante o período de suspensão de aulas presenciais.

Ainda que o acesso e o domínio das TDICs não sejam igualitários e democráticos para professores e alunos no interior da educação básica, essas ferramentas se tornaram em maior ou menor grau, essenciais para a realização das aulas remotas. Foi a partir dessa experiência

que ocorreu o amadurecimento em torno do tipo de material didático que seria construído por esta pesquisa. Assim sendo, o potencial em torno das TDICs no ensino de História se apresentava como uma possibilidade a ser explorada e desenvolvida para a construção do material didático propositivo.

De acordo com Sandra Regina Santana Costa, Barbara Cristina Duqueviz e Regina Lúcia Sucupira Pedroza, o termo TDICs é utilizado para abranger “[...] computador, *tablet*, celular, *smarthphone* e qualquer outro dispositivo que permita a navegação na internet” (2015, p. 604). Ou seja, o conjunto de recursos tecnológicos usados para a transmissão da informação e auxílio na comunicação pode ser entendido como TDICs, e o seu uso se aplica nos mais variados campos da sociedade, tais como o ensino de História.

Para Alexandre Martins dos Anjos e Glaucia Eunice Gonçalves da Silva, o uso de TDICs possibilita novas estratégias para os processos educativos, num cenário onde as tecnologias da informação e comunicação, presentes na sociedade contemporânea, pressionam a escola e o ensino para a sua efetiva e eficaz introdução. Ainda de acordo com os pesquisadores,

O uso de TDIC pode possibilitar a modificação, amplificação e exteriorização de numerosas funções cognitivas como a memória, a percepção, a imaginação, raciocínio. A memória pode ser estimulada a partir de simuladores e instrumentos de criação e representação do pensamento abstrato. A percepção pode ser estimulada por meio de sensores digitais, realidades virtuais. O raciocínio pode desenvolver-se através de inteligência artificial. Tais tecnologias podem ser compartilhadas entre numerosos indivíduos, e aumentam, portanto, o potencial de inteligência coletiva das identidades humanas (ANJOS; SILVA, 2018, p. 30).

Segundo Marcio de Fátimo Tomaz (2006), o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no ensino de História oferece diversos recursos para a transposição didática. De acordo com Tomaz, o uso das TDICs no ensino de História é um campo de pesquisa recente e em um processo dinâmico que oferece inúmeras possibilidades para o ensino de História. Uma das possibilidades é o recurso que permite ao usuário visitar de forma virtual espaços históricos, tais como patrimônios culturais.

Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) salienta que o advento de novas tecnologias de comunicação e informação possibilitou que a produção e difusão do conhecimento histórico pudesse alcançar o grande público. A expansão desses recursos para a divulgação científica, além dos limites acadêmicos, configura a dimensão pública da História e do trabalho dos historiadores.

A dimensão pública da História e da atuação dos historiadores, passou a ser definida como História Pública no final dos anos da década de 1960. Conforme argumentou Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011), os ingleses foram pioneiros no desenvolvimento desse campo da História, no qual predominava o empenho em refletir sobre os usos do passado por meio de uma “história vista de baixo”; nos Estados Unidos, o termo História Pública se referia à atuação dos historiadores fora do meio acadêmico, como uma alternativa de trabalho em face ao desemprego que atingiu o país na década de 1970; no Canadá, na África do Sul e na Nova Zelândia, este campo assumiu um viés interdisciplinar,

estabelecendo diálogo com a História Oral, com a memória, com o patrimônio, entre outros; no Brasil, a História Pública vem se expandindo rapidamente, tendo seu principal foco na incorporação de tecnologias digitais da informação e da comunicação na divulgação da pesquisa científica, focalizando a ampliação de audiências para fora do meio acadêmico.

Ainda que a História Pública possa ter assumido diferentes significados em variados processos históricos, as recentes inovações tecnológicas da informação e comunicação têm aproximado esse campo ao grande público. Além disso, conforme argumentou Carvalho, a presença dos historiadores na esfera pública pode contribuir no combate à desinformação presente na internet:

A presença dos historiadores nas redes sociais na Internet é ainda mais desejável porque esses espaços são frequentemente inundados por conteúdos de história de má qualidade, incompletos, imprecisos, errôneos e até mesmo mal-intencionados. Ocupar estes espaços com editores comprometidos com a circulação e a recepção responsável do saber histórico é fundamental para combater a entropia que ameaça boa parte da Internet (2016, p. 41).

Segundo Carvalho, a História Pública não está interessada apenas em divulgar o saber histórico por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, mas sim possibilitar uma dimensão democrática, inclusiva e colaborativa, possibilitando o reconhecimento e a valorização do “[...] depoimento do indivíduo, suas experiências e memórias como constitutivas de uma história efetivamente social, dando visibilidade a camadas sociais que frequentemente eram apagadas das narrativas históricas” (2016, p. 43). Delineava-se a partir dessas referências a intenção dessa pesquisa em se apropriar das TDICs, com base na perspectiva da História Pública, para desenvolver uma ferramenta de alcance para o ensino de História.

Foi justamente a partir das TDICs, que se apresentaram como importante ferramenta de ensino no período pandêmico, que surgiu uma possibilidade a ser aproveitada nesta pesquisa: aliar a produção do material didático relacionado ao ensino de História à uma tecnologia digital da informação e comunicação, que pudesse alcançar um grande público. Nesse contexto, o formato de material didático a ser desenvolvido na pesquisa foi definido em torno do *website*. Nele foi possível divulgar o conteúdo referente à história de Eva Maria de Jesus, promover a visibilidade das memórias dos descendentes da matriarca, possibilitar a visitação virtual nos principais espaços e bens da comunidade quilombola, propor planos de aula que possam ser utilizados pelos professores de história na educação básica com base na temática, utilizar o recurso de jogos virtuais como instrumento avaliativo de saberes, divulgar outras pesquisas sobre a comunidade e viabilizar a comunicação entre usuários e a página.

Antes mesmo de iniciar o desenvolvimento do *website* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva e a trajetória de sua fundadora, toda a questão técnica que envolve a construção desse instrumento foi apresentado à comunidade, a fim de obter a autorização para o registro e desenvolvimento dessa ferramenta. As intenções da pesquisa foram apresentadas à diretoria da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus em trabalho de campo. O projeto de pesquisa e a intenção do desenvolvimento da construção do *website*

foram apresentados em reunião, realizada em janeiro de 2021 ao presidente da associação, o senhor Ronaldo Jeferson da Silva, que encaminhou as informações recebidas aos demais membros da diretoria.

Após o período inicial de análise da proposta, o presidente da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus assinou o termo de autorização para o registro do *website*, sob a condição de que todo o processo de registro e funcionamento da página não acarretasse custos à comunidade. Esse foi o primeiro passo na direção do desenvolvimento e construção da página na *web*⁷¹.

A escolha do *website* como instrumento pedagógico se deu pelo potencial em alcançar não só o professor de História e o estudante da educação básica, mas os pais, a família, ou seja, o público em geral. O fecundo alcance propiciado pela internet pode ser um importante mecanismo para promover a visibilidade, reconhecimento e valorização da relevância histórica e o patrimônio cultural da comunidade fundada por Eva Maria de Jesus, tornando esse material pedagógico um instrumento de educação antirracista no ensino de História.

Sendo assim, a definição do *website* como instrumento para a realização desses objetivos se justifica pois

[...] a internet constituiu um meio que proporciona importantes possibilidades pedagógicas. É um meio que permite a inter e a pluridisciplinaridade, oferece caminhos para uma educação global, estimula e cola em prática processos de tratamento da informação, dos conteúdos e programas de cada nível. Além disso, a internet possibilita a utilização de ambientes apropriados para a aprendizagem, ricos em recursos que proporcionam as mais diversas experiências pelo usuário (VALENTE, 2000 *apud* LUVIZOTTO; FUSCO; SCANAVACCA, 2010, p. 24).

Após a definição do *website* como instrumento pedagógico e a autorização por parte da comunidade para que ocorresse o registro do domínio na *web*, teve início a parte técnica de desenvolvimento da página. Seguindo o cronograma do plano de trabalho da dissertação, essa etapa se iniciou nos primeiros dois meses do ano de 2021 e transcorreu ao longo deste ano, paralelamente à escrita dos capítulos finais desta dissertação.

O primeiro passo desse processo foi a pesquisa da disponibilidade do nome de domínio pensado para o *website*. A pesquisa se deu no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), entidade responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínio⁷² que utilizam a extensão “.br” no país. De acordo com Luvizotto, Fusco e Scanavacca (2010), o endereço de um *website* expressa o seu propósito e a autoria, sendo esse o primeiro elemento fundamental do desenvolvimento da página. A partir dessa pesquisa inicial, foi constatada a disponibilidade para o registro do domínio

⁷¹ “A *web* é a versão multimídia da Internet. Tecnicamente o termo *Web* designa uma sub-rede da Internet, formada por computadores que oferecem serviços baseados na tecnologia *Web*. Enquanto na Internet a informação textual sempre reinou absoluta, na *Web* as imagens e cores estão sempre presentes” (MORAIS; LIMA; FRANCO, 2012, p. 58).

⁷² É um nome de propriedade, pessoa ou organização. É constituído de uma sequência alfabética ou alfanumérica seguida de um sufixo indicando o domínio de alto nível (.com, .net, .com.br, entre outros). Os domínios são usados como endereços de *websites* na internet, servindo de ponto entre usuários e o servidor com os dados e informações armazenadas (*Ibid.*, 2012).

“comunidadequilombolatiaeva.com.br”. A escolha desse domínio teve a intenção de fortalecer a identidade quilombola da comunidade, certificada pela FCP a partir de 2008, aliada ao protagonismo de sua fundadora e como ela é reconhecida pelos seus descendentes. O segundo passo, diante da disponibilidade do nome desejado, foi o cadastro na plataforma⁷³ responsável pelo registro do domínio e o pagamento da anuidade do registro na internet.

A manutenção do registro do domínio na *web* ocorre de forma anual, sendo que o primeiro pagamento desse registro, feito com recursos próprios, garantiu o direito à propriedade até o mês de dezembro de 2022. Ciente da necessidade de apoio para a manutenção do registro do domínio e da hospedagem da página na internet, assim como para os recursos necessários para o desenvolvimento das ferramentas tecnológicas alocadas no *website*, tais como o passeio virtual em 360º e o jogo virtual em formato de *quiz*, foi feita a exposição das intenções e demandas da pesquisa para a Câmara Municipal de Campo Grande (CMCG). Por intermédio da vereadora Camila Jara, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), o projeto do *website* foi apresentado para o presidente da casa e para os vereadores da comissão de educação da CMCG em setembro de 2021⁷⁴.

Na reunião citada anteriormente, os vereadores também receberam a planilha de custos para a viabilização do *website* e de seus recursos tecnológicos, e todos mostraram-se sensíveis à iniciativa, reconhecendo a necessidade de promover ações voltadas para o reconhecimento e valorização da relevância histórica e cultural de Eva Maria de Jesus na história de Campo Grande. Após diversas reuniões com setores técnicos e jurídicos da CMCG, foi deliberado que a casa de leis iria promover um curso intitulado como “Políticas Públicas e Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul”, ministrado pelo autor desta pesquisa. Transcorrido entre os dias 17, 18 e 19 de novembro, o curso foi ofertado aos servidores da CMCG, totalizando 16 horas de curso. Essa foi uma oportunidade para viabilizar o apoio financeiro para a construção da página, por meio da remuneração do curso, bem como um importante espaço para promover a visibilidade das temáticas relacionadas a essa dissertação, já que o curso além da modalidade presencial foi transmitido ao vivo pelos canais de comunicação da casa.

A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Campo Grande foi a entidade organizadora e promotora do curso, que foi ministrado nas dependências do órgão. A escolha da data do curso foi pensada de modo a conciliar a proximidade com o dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Para auxiliar na divulgação física e virtual do curso, a entidade produziu o cartaz da figura 16. Nele, é possível identificar as principais informações da iniciativa, tais como o título do curso, ministrante, local, dias e horários e endereço virtual para inscrição.

⁷³ O cadastro e registro do domínio foi realizado no endereço: <https://www.registro.br>. Acessado em 10 de janeiro de 2022.

⁷⁴ O registro da reunião de apresentação da pesquisa na CMCG está disponível no endereço: <https://www.camara.ms.gov.br/noticias/projeto-de-mestrado-quer-dar-visibilidade-e-reconhecimento-a-comunidade-tia-eva/190216#.YgBb9d7HD6g.whatsapp>. Acessado em 06 de fevereiro de 2022.

Figura 16 - Cartaz de divulgação do curso "Políticas Públicas e Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul"



Fonte: Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Campo Grande

Com o apoio obtido por meio do poder público, foi possível viabilizar o desenvolvimento das tecnologias digitais, registrar o domínio do endereço na *web* e contratar uma empresa responsável pela hospedagem do banco de dados do *website*. Destes custos, serão permanentes a manutenção do registro e hospedagem, sendo necessário o pagamento anual⁷⁵ para que a ferramenta esteja disponível na internet. Na figura 17 a seguir, nota-se que o registro com o domínio “comunidadequilombolatiaeva.com.br” não se encontra disponível na plataforma responsável pelos registros de nomes e marcas na internet.

⁷⁵ Por conta do apoio obtido com a CMCG, foi possível viabilizar o registro e a hospedagem do *website* até dezembro de 2026.

Figura 17 - Registro do domínio do website sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva



Fonte: <https://www.registro.br>.

O simples registro do domínio do endereço do *website* não garante sua existência na internet. Após essas duas etapas iniciais, que foram a pesquisa de disponibilidade e registro do domínio, o terceiro passo consistiu em encontrar uma empresa de hospedagem⁷⁶ de *sites* para abrigar o sistema com o banco de dados. Definida a empresa e contratado o plano de hospedagem, o domínio passa a ter sua reserva de hospedagem, mas para que ele possa encontrar o caminho até seus novos servidores, é necessário informar os endereços IPs⁷⁷ disponibilizados pela empresa, alterando os campos DNS⁷⁸ através do painel de controle da organização responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínios na internet. Cumprida essa etapa, em poucas horas, o endereço é propagado na rede para que possa ser acessado por meio da internet. Na prática, essa etapa significa “dar vida” ao *website*, ainda que sem uma identidade visual definida.

Após a propagação do domínio na internet, foi solicitado o certificado de criptografia⁷⁹, por meio do painel de controle da empresa de hospedagem, a fim de tornar mais segura e confiável a navegação dos usuários no *website*. Com o domínio hospedado, propagado e seguro, a página estava pronta para receber a identidade visual e toda a base de conteúdos e informações. A identidade visual da página foi definida pela escolha de uma

⁷⁶ É um serviço *online* que permite a publicação de um *website* na internet. Quando uma hospedagem é adquirida, basicamente o usuário está alugando um espaço dentro de um servidor. Nele, ficam armazenados todos os arquivos e dados necessários para o funcionamento do *website* 24 horas por dia em um endereço IP estático (MORAIS; LIMA; FRANCO, 2012).

⁷⁷ Endereço IP significa “endereço do Protocolo de Internet”. O Protocolo de Internet é um conjunto de regras para comunicação pela internet para envio de e-mail, streaming de vídeo ou conexão a um site (*Ibid.*, 2012).

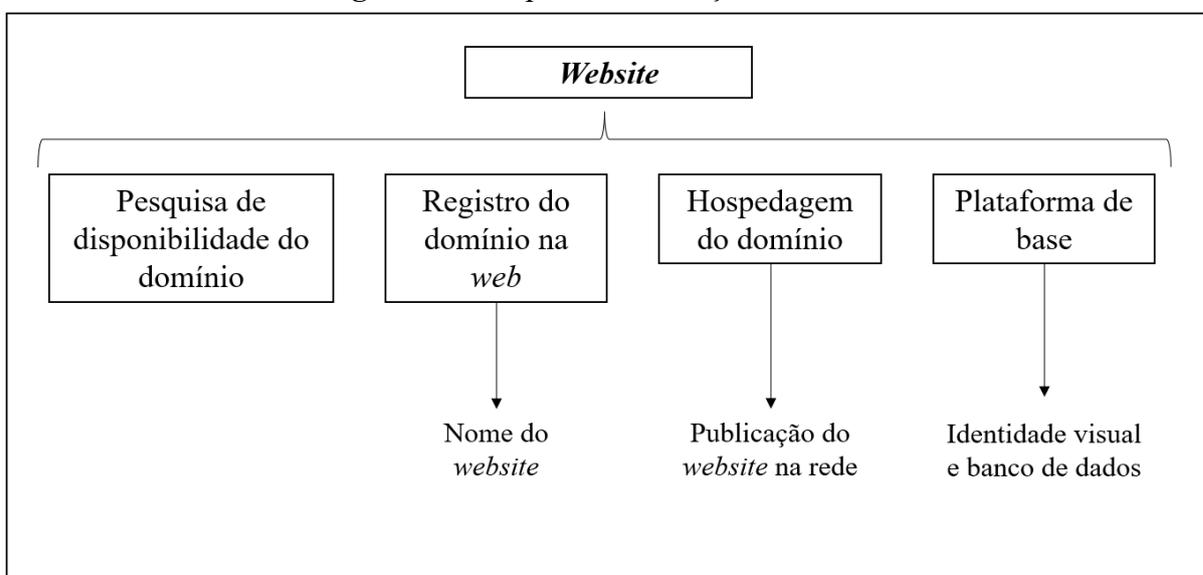
⁷⁸ O DNS, do inglês Domain Name System (Sistema de Nomes de Domínios), funciona como um sistema de tradução de endereços IP para nomes de domínios. Na verdade, é graças ao DNS que se pode digitar www.comunidadequilombolatieva.com.br na barra de endereços do navegador para acessar o site, e não um monte de números e pontos. Basicamente é uma ferramenta que relaciona o nome de domínio ao endereço do servidor em que o site está hospedado (*Ibid.*, 2012).

⁷⁹ A criptografia se define como a utilização de códigos para manter as informações seguras e sigilosas na internet.

empresa que oferecesse o recurso de forma gratuita na internet e que também tivesse os processos de construção do *website* de forma intuitiva, simples e objetiva.

A plataforma de base selecionada para abrigar conteúdos, mídias e informações e que se encaixou nos critérios apresentados anteriormente foi a *WordPress*⁸⁰. Este programa se mostrou versátil e confiável, de fácil manipulação e com código aberto, permitindo alterações nos modelos de *layouts* disponíveis no sistema. O processo de construção do *website* descrito nessa seção, pode ser observado na figura 18 de forma resumida, sintetizando as quatro principais etapas de construção da página sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva.

Figura 18 - Etapas de construção do *website*



Fonte: Quadro elaborado pelo autor desta pesquisa

4.2 Apresentação do *Website*: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/>

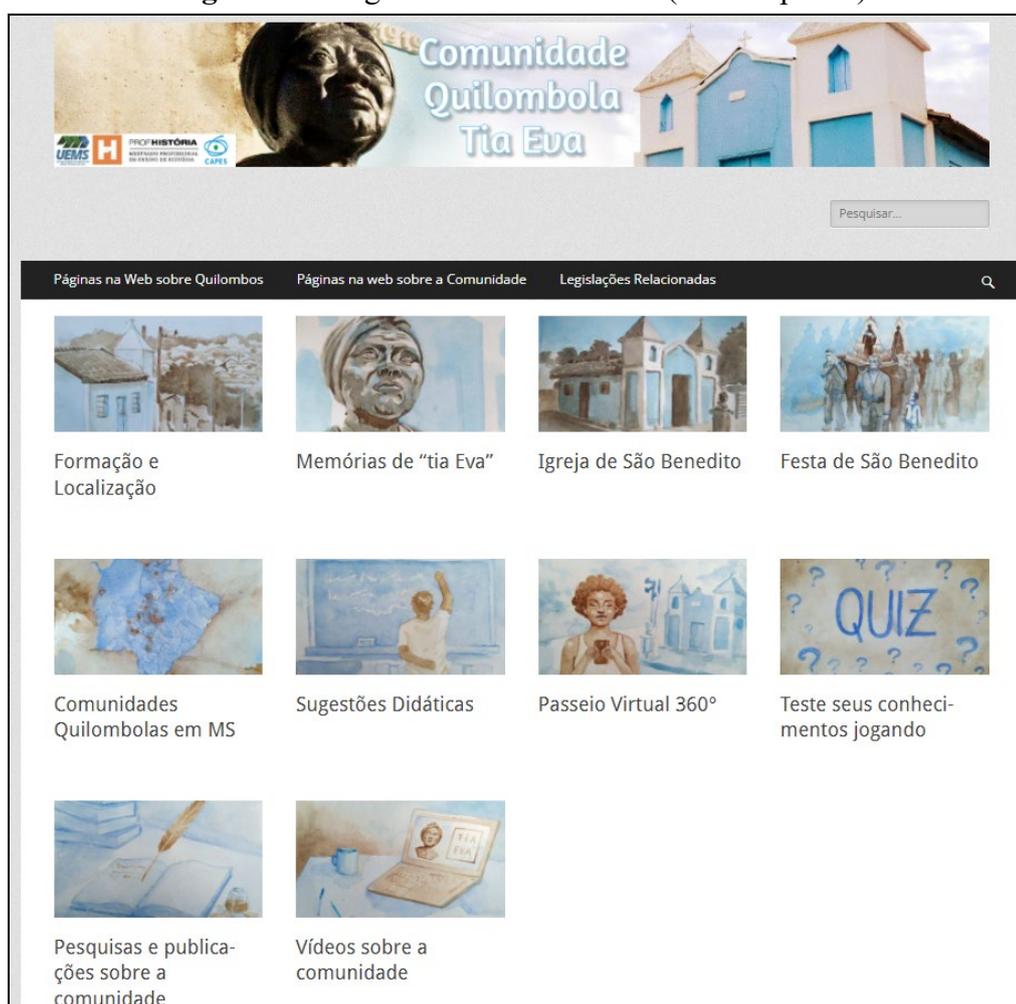
O *website* sobre as memórias e a história da Comunidade Quilombola Tia Eva foi pensado e desenvolvido como um material didático voltado para o ensino de História na educação básica. A internet se tornou uma importante ferramenta no processo ensino-aprendizagem, proporcionando um ambiente propício para a pesquisa, troca de conhecimento, interação ativa e ambiente colaborativo. São inúmeras as ferramentas, das mais complexas as mais simples, que podem ser utilizadas como instrumento de mediação no ensino na rede.

De acordo com Caroline Kraus Luvizotto, Elvis Fusco e Aline Cristina Scanavacca, o *website* voltado para o ensino “[...] deve conter em sua estrutura cinco componentes relevantes, os quais seriam: a partilha de informações, a edição colaborativa online, a própria informação, as atividades existentes e a comunicação entre usuários” (2010, p. 29). Foi com base nessa estrutura, proposta pelos pesquisadores citados anteriormente, que foi desenvolvida a página sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva.

⁸⁰ É o nome da plataforma de base adotada para construir o *website* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva.

O *website* foi construído com uma *interface* dividida em dez seções, compostas por imagem e título que funcionarão como um *hiperlink* capaz de levar o usuário a um determinado conteúdo na página. Este tipo de estrutura, visível na figura 19, possui uma “[...] navegação com muitos links e imagens interligando textos, além de que possam delimitar conteúdos restritos ou mesmo trabalhar concorrentemente as mais diversas áreas do conhecimento” (op. cit. p. 29). Os conteúdos de visitação serão organizados nas seguintes seções: 1) Formação e Localização; 2) Memórias de tia Eva; 3) Igreja de São Benedito; 4) Festa de São Benedito; 5) Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul; 6) Sugestões Didáticas; 7) Passeio Virtual em 360°; 8) Teste seus conhecimentos jogando - *Quiz* virtual; 9) Pesquisas e Publicações sobre a Comunidade; 10) Vídeos sobre a Comunidade.

Figura 19 - Página inicial do *Website* (Parte superior)



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A página principal possui um *banner*⁸¹ de identificação com o nome do *website* na parte superior, visível na figura 20. Nesse espaço, é possível observar à esquerda a imagem do

⁸¹ *Banners* são imagens incorporadas em uma página da *web*, que podem servir para fazer a exposição de um produto, marca, anunciante ou título da página.

busto de tia Eva e à direita a igreja de São Benedito, como os principais elementos ligados à memória e ao protagonismo de Eva Maria de Jesus. Entre esses dois elementos, está destacado o título da página, Comunidade Quilombola Tia Eva. Além disso, o *banner* também possui a identificação das instituições ligadas ao desenvolvimento desta pesquisa, na parte inferior esquerda, sendo elas a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O *banner* também cumpre a função de *link* de acesso a página principal sempre que o usuário clicar sobre a imagem.

Figura 20 - Banner do Website



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

Abaixo da imagem destacada acima, está a barra de *menu* do *website*, que é dividida em três agrupamentos distintos, conforme pode ser observado na figura 21. O primeiro agrupamento contém os *links* de acesso a páginas sobre quilombos na rede, sendo elas: 1) “Atlas Observatório Quilombola”. Nesta página é possível conhecer a origem do nome da comunidade, um breve histórico, a localização, o número de famílias, a situação fundiária e as condições socioeconômicas de comunidades espalhadas pelo Brasil. Tudo isso com fotos, vídeos, acervo e depoimentos dos quilombolas. Os dados foram reunidos a partir de múltiplas fontes, entre elas as pesquisas de Koinonia⁸², organização que trabalha pela garantia dos direitos quilombolas desde 1999; 2) “Geoquilombolas”⁸³, este *website* tem como proposta realizar o mapeamento da produção espacial das 22 comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul, bem como oferecer maior visibilidade para os eventos, comemorações culturais e o patrimônio histórico imaterial dessas comunidades; 3) “INCRA/Quilombola”, página vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que apresenta dados nacionais referentes aos territórios quilombolas, etapas de titulação de território e acompanhamento dos processos de regularização fundiária quilombola; 4) “Mapas Quilombolas”, página relacionada ao Ministério Público Federal, que reúne informações básicas sobre as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul; 5) “Fundação Cultural

⁸² Fundada em 1994, Koinonia Presença Eumênica e Serviço é uma organização sediada no Rio de Janeiro (RJ), com atuação nacional e internacional. A missão de Koinonia é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo de emancipação social e política; além de promover o movimento ecumênico e seus valores libertários. Disponível em: <https://kn.org.br/>. Acessado em janeiro de 2022.

⁸³ O *website* é fruto de um projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), desenvolvido pelos professores João Batista Alves de Souza, Luiz Felipe de Souza Jimenez, Ana Paula Macedo Cartapatti Kaimoti, Samara Melo Valcacer e pelos estudantes Samyra Jamilli Prestes e Isadora de Matos Morais.

Palmares”, *website* da entidade pública que tem como missão a promoção e preservação da cultura negra e afro-brasileira no país; 6) “CONAQ”, página da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que atua na defesa pelo uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do jovem no quilombo e, acima de tudo, pelo uso comum do território, dos recursos naturais e pela harmonia com o meio ambiente. O usuário que clicar em qualquer um dos *links* listados anteriormente permanece na página sobre a comunidade, mas possibilita a abertura de nova janela de navegação com a referida página.

Figura 21 - Barra de Menu do *Website*



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

O segundo agrupamento de *links* da barra de *menu* apresenta páginas relacionadas à Comunidade Quilombola Tia Eva, que atuam em diversos campos no sentido de promover a visibilidade da comunidade na internet. No total são quatro *links* de páginas sobre essa temática, sendo elas: 1) “Blog da Associação dos Descendentes de Tia Eva”, página ligada à entidade que representa os descendentes de Eva Maria de Jesus. Este espaço está ligado à divulgação da história da comunidade, arquivos de trabalhos de pesquisa e contato com a associação; 2) “Página sobre Eva Maria de Jesus no Atlas Observatório Quilombola”. Esse *link* permite o acesso direto à página sobre a história da matriarca e fundadora da comunidade; 3) “Igrejas mais antigas de Campo Grande/MS”, página que destaca a igreja de São Benedito em um *website* desenvolvido para divulgação de conteúdos ligados ao turismo, gastronomia e ecologia em Mato Grosso do Sul; 4) “Patrimônio Cultural Material – “igrejinha””, página que traz uma plataforma colaborativa sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro, geolocalizando na internet os bens reconhecidos pelos órgãos competentes. O terceiro agrupamento da barra de menu contém quatro *links* com acesso a legislações relacionadas com a temática da pesquisa e do *website*, sendo elas a Lei 10.639/2003⁸⁴, os Decretos nº 3.551/2000⁸⁵ e 4.887/2003⁸⁶ e as

⁸⁴ Tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica.

⁸⁵ Instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana.

As principais informações do *website*, oriundas do percurso da pesquisa, encontram-se nas dez seções da região central da página principal. O usuário que se deslocar pelo conteúdo dos *hiperlinks* poderá orientar-se por meio da localização das imagens e título das respectivas páginas. O *layout* desenvolvido para a identidade visual do *website* se baseou nas cores da igreja de São Benedito, destacando o azul e o branco como as cores predominantes da página.

As figuras foram produzidas com base na técnica de pintura aquarela, pela artista plástica Marina Zeni Rizzi, que se orientou em fotografias da jornalista Priscila de Oliveira Ribeiro, publicadas no livro *Retratos da Comunidade Tia Eva* (2014), para elaborar as figuras das quatro primeiras seções. As demais figuras do *website* foram produzidas conforme o conteúdo de cada página, cumprindo uma função didática de relacionar a imagem de capa com o assunto específico de cada seção, como por exemplo, a figura do professor escrevendo na lousa, na seção seis, vinculada aos planos de aula sugeridos na página, ou a figura de uma mulher segurando um celular em frente a “igrejinha”, na seção sete, relacionada com o acesso a essa edificação por meio de dispositivos móveis, utilizando a tecnologia de visitação virtual em 360°.

Figura 22 - Seção 1: Localização e formação



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A primeira seção do *website* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva apresenta como imagem de capa a perspectiva da igreja de São Benedito vista pela região sul, tendo ao fundo as casas dos bairros que cercam a comunidade. Na figura 22, é possível verificar a topografia da região onde está localizada a comunidade, que possui vista privilegiada da cidade de Campo Grande. Esta característica geográfica coincide com a localização de muitas comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, presentes em locais de topografia acidentada e elevada, tais como serras e chapadas, para facilitar a defesa e controle da região.

O usuário que clicar no título ou na imagem da seção terá acesso ao conteúdo relacionado à geografia da área onde está inserida a comunidade, além de obter informações

⁸⁶ Regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

sobre a gênese da comunidade fundada por tia Eva. Para situar o leitor diante das informações da seção, esta página contém mapas e imagem de satélite da região, relacionando os campos da História e da Geografia com o objeto desta pesquisa.

Figura 23 - Seção 2: Memórias de tia Eva



Fonte: <https://www.comunidadequilombolataieva.com.br>

Já a segunda seção do *website* apresenta como imagem ilustrativa da página o busto de tia Eva, observada na figura 23, que está localizado em frente à igreja de São Benedito. O busto foi esculpido no ano de 2008, tendo como base a fisionomia de uma das netas de Eva Maria de Jesus, a partir das memórias dos mais velhos da comunidade a respeito das características físicas da matriarca. Esta seção foi desenvolvida a partir da experiência de pesquisa com a metodologia da História Oral e com o desenvolvimento de um conteúdo com base na História Pública.

De acordo com Abreu, Mattos e Grinberg, uma das estratégias que o ensino de História pode desenvolver no combate ao racismo é o “[...] diálogo com a incorporação de interpretações sobre a escravidão e o pós-abolição que levem em conta o protagonismo da população negra” (2019, p. 18). Partindo desse pressuposto, a seção 2 do *website* evidenciou fragmentos das entrevistas em trabalho de campo, realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021. Nelas, o protagonismo e a liderança de tia Eva foram ressaltados a partir das memórias dos descendentes entrevistados.

Ainda de acordo com as pesquisadoras citadas anteriormente, a historiografia e o ensino de História foram marcados pela presença de uma história que realçava a marginalização, criminalização, despreparo e inferioridade dos libertos no pós-abolição, contribuindo para reforçar estereótipos racistas em relação à população negra no Brasil (2019, p. 23). Como o ensino de História pode contribuir com uma educação antirracista?

Segundo Abreu, Mattos e Grinberg (2019, p. 30), os diálogos, conversas e visitas, ou seja, o contato entre os estudantes e os detentores de memórias e patrimônios culturais, que guardam saberes e protagonismos da população negra e quilombola, pode ser um importante instrumento de prática de uma educação antirracista. Tendo como base um projeto desenvolvido por Abreu, Mattos e Grinberg, intitulado *Passados Presentes*, no qual o diálogo entre os jongueiros e os estudantes criava empatias e desconstruía uma visão preconcebidas, a

segunda seção do *website* procurou aproximar o usuário da página com a comunidade, por meio das memórias de tia Eva. Desta forma, a conexão entre a História Pública e o ensino de História possibilita novos sentidos para a história da escravidão e do pós-abolição, como evidenciam Abreu, Mattos e Grinberg no trecho a seguir.

O diálogo estabelecido entre os detentores de patrimônios culturais, no caso os jongueiros, alunos universitários, jovens e crianças de idade escolar, tem o poder de modificar a visão dos ouvintes ou visitantes sobre o papel histórico desempenhado pela população negra; os saberes comunitários surpreendem e deixam escancaradas as lacunas dos conteúdos eruditos e livrescos; os sentidos da história e da história pública se ampliam e passam a ser percebidos na própria experiência da conversa ou da visita (op. cit. p. 30).

Na tentativa de adotar a estratégia citada por Abreu, Mattos e Grinberg, o conteúdo dessa seção traz um breve conceito de memória, assim como os elementos que constituem a memória. Em seguida, a página ressalta os fragmentos das memórias de Seu Sérgio Antônio da Silva (Seu Michel), Seu Otávio Gomes de Araújo (Seu Tuti) *in memoriam*, Dona Neuza Jerônima Rosa dos Santos, Dona Vânia Lúcia Baptista Duarte e Seu Ronaldo Jeferson da Silva, todas coletadas em entrevistas⁸⁷ realizadas em trabalho de campo. As fontes foram dispostas em uma tabela, como pode observar na figura 24, na qual o usuário irá visualizar do lado esquerdo a figura e o nome do autor da memória, além de seu grau de parentesco em relação a tia Eva. Do lado direito, as memórias foram dispostas obedecendo certos pontos em comum identificados nas entrevistas, tais como o protagonismo, liderança religiosa, promessa e devoção a São Benedito.

⁸⁷ As perguntas realizadas na entrevista em trabalho de campo se encontram no anexo e apêndice desta dissertação.

Figura 24 – Conteúdo parcial da seção “Memórias de “tia Eva””

Páginas na Web sobre Quilombos Páginas na web sobre a Comunidade Legislações Relacionadas Q

Memórias de “tia Eva”

Entende-se por **Memória** o compartilhamento de lembranças e discursos sobre o passado, ancorados nos interesses e visões de mundo do presente. As narrativas de memória, expressas na **História Oral**, são fontes documentais utilizadas pela História. Portanto, o uso da História Oral na produção do conhecimento histórico está articulado com a memória.

Os principais **elementos constituintes da memória** são:

- Eventos do passado, vividos ou valorizados por interesse;
- Eventos vividos “por tabela”, ou seja, a memória pode ser sobre algo que o indivíduo não viveu, mas se identifica, porque ela é coletiva ou compartilhada por um grupo do qual o indivíduo faça parte;
- Lugares de memória (museus, arquivos, monumentos, cerimônias públicas, festas, datas comemorativas, estátuas, entre outros);

A seguir, você terá acesso a fragmentos de **memórias sobre a tia Eva**, narrativas orais coletadas em **entrevistas com lideranças políticas da Comunidade Quilombola Tia Eva**, a partir de uma pesquisa de campo realizada sob a metodologia da História Oral.

Seu Sérgio Antônio da Silva, popularmente conhecido como **Seu Michel** (bisneto de tia Eva e uma das lideranças da comunidade)



Seu Michel foi entrevistado pelo autor desta pesquisa, em 25/01/2021, em sua residência, localizada na comunidade.

Protagonismo

“Tia Eva era uma pessoa que foi escrava, mas uma mulher muito inteligente”.

“Ela (tia Eva) teve essa ideia de requerer isso aqui, legalizar, e nós que não fomos escravos e nem nada não tivemos essa mesma inteligência que ela tem”.

Liderança religiosa

“Eu tenho um senhor que me contou que conheceu ela e viu ela benzendo na porta da igreja uma pessoa que estava com dor de cabeça, colocava um copo branco com água na cabeça da pessoa e começava a rezar, diz ele: “Michel, eu vi com meus próprios olhos, a água fervia como se estivesse no fogo”, ela jogava aquela água fora”.

Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

Figura 25 - Seção 3: Igreja de São Benedito

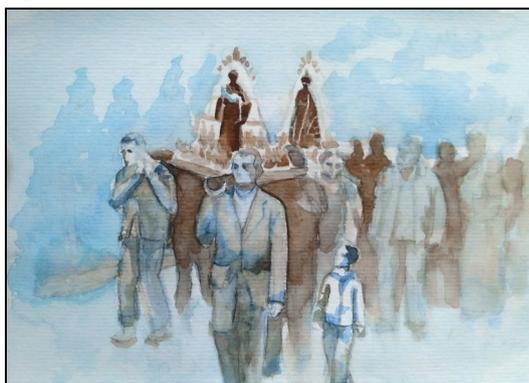


Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A figura 25, que ilustra a seção 3 do *website*, apresenta a história da edificação religiosa erguida para São Benedito, tendo como imagem ilustrativa a visão frontal da igreja e o busto da tia Eva. Esta página traz um breve histórico de São Benedito e sua conexão com os negros no Brasil, assim como o protagonismo em torno da construção da igreja. Além da questão histórica e patrimonial, esta seção aborda o projeto de restauração e requalificação do

entorno da “igrejinha” que está em andamento. O usuário que navegar por esta página tem a possibilidade de acessar o passeio virtual sobre a edificação religiosa, por meio de um *link* no final da página.

Figura 26 - Seção 4: Festa de São Benedito



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A quarta seção do *website* tem como imagem de capa a representação da procissão de São Benedito, que ocorre no último dia da festa de São Benedito. Na figura 26, que ilustra a seção e permite o acesso ao conteúdo, é possível perceber o andor sendo conduzido pela procissão com duas imagens de santo, sendo elas São Benedito e Nossa Senhora Aparecida.

O conteúdo referente à festa de São Benedito, com destaque para o histórico da festa e principais etapas da celebração, foi desenvolvido por meio de duas estratégias de ensino. A primeira, relacionada ao histórico da festa, foi desenvolvida através de *Frequently Asked Questions* (FAQs), termo que resume um conjunto de perguntas frequentes sobre um determinado assunto, como é possível observar na figura 27. Esse tipo de ferramenta, muito utilizada em páginas de empresas, *marketing* e jornalismo também pode ser adotada como metodologia voltada para a informação sobre determinada temática no ensino.

Figura 27 - Conteúdo parcial do histórico da Festa de São Benedito, localizado na seção “Festa de São Benedito”

Páginas na Web sobre Quilombos Páginas na web sobre a Comunidade Legislações Relacionadas

Festa de São Benedito

Em 1919, a igreja de São Benedito passou por uma reforma, na qual a estrutura de pau-a-pique foi substituída pelo material de alvenaria. Esse ano também ficou marcado por outro importante evento: o início da **celebração da festa de São Benedito**. Essa celebração, iniciada pela matriarca Eva Maria de Jesus, significou a **renovação dos votos de fé ao santo devoto** e se configurou como **patrimônio cultural imaterial da comunidade**.

Quando a festa ocorre?

A festa de São Benedito ocorre no mês de maio, em data próxima ao dia 13.

Importante: O dia **13 de maio de 1888 remonta à abolição da escravidão no Brasil** e as lutas protagonizadas por vários personagens negros e negras, que culminaram na **assinatura da Lei Áurea**. Desde então, a data do 13 de maio passou a ser celebrada por livres e libertos em todo o país.

Qual é a duração da festa de São Benedito?

A festa de São Benedito se inicia na **lua cheia mais próxima do dia 13 de maio** e transcorre ao longo de **dez dias**.

Importante: Nas noites de lua cheia, nos tempos do cativo, as memórias de tia Eva eram transmitidas por meio da tradição oral. Nas noites de lua cheia, os cativos se reuniam em uma roda de conversa onde eram compartilhadas as memórias do cativo.

O que ocorre na festa de São Benedito?

A festa de São Benedito é uma celebração na qual os elementos religioso e profano (aquilo que não pertence ao âmbito do religioso e sagrado) se misturam ao longo de dez dias de festa.

No **figura 1** a seguir, é possível observar de forma geral os principais momentos da festa de São Benedito.

Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A segunda estratégia, que envolveu as principais etapas da festa de São Benedito, consistiu na elaboração de um quadro descritivo dessa celebração, de modo que o usuário consiga relacionar cada etapa a uma determinada figura. Localizada na parte inferior desta página, o quadro apresenta dez etapas da celebração, sendo elas: missas de abertura e encerramento; novena/terços; bailes; torneio de futebol; hasteamento da bandeira de São Benedito; fogueira; procissão; almoço de encerramento. O quadro foi elaborado com uma figura relacionada para cada etapa da celebração, localizada no lado esquerdo, e uma breve descrição do lado direito. A figura 28 apresenta parte do quadro elaborado para o conteúdo dessa seção.

Figura 28 - Conteúdo parcial das principais etapas da celebração da Festa de São Benedito, localizada na seção "Festa de São Benedito"

Na tabela a seguir vamos demonstrar os principais momentos da festa de São Benedito, apresentados acima, no quadro geral da **figura 1**.

<p>Missas de abertura e encerramento</p>  <p>Fonte: RIBEIRO, 2014, p. 23</p>	<p>A missa, como rito inicial, abre formalmente a festa de São Benedito, especificamente o ciclo do religioso, que se encerra também com uma missa.</p>
<p>Novena/Terço</p>  <p>Fonte: RIBEIRO, 2014, p. 25</p>	<p>A novena ou "o terço", como é chamado pelas pessoas da comunidade, se inicia no dia seguinte à abertura do evento. O terço é anunciado pelo toque de um sino que se encontra na Igrejinha é tocado pontualmente às 18h, às 18h30min e, por fim, às 19h, quando é dado o início da novena. Se trata de um rito religioso de cunho familiar e informal, conduzido pelos próprios membros da comunidade e realizado no interior da "igrejinha".</p>
<p>Bailes</p>  <p>Fonte: RIBEIRO, 2014, p. 26</p>	<p>Durante os dez dias da festa de São Benedito, acontecem seis noites de baile, onde se apresentam diversas bandas musicais no salão comunitário. Nesse espaço, prevalece os gêneros musicais pagode e sertanejo. Em outros espaços, como o bar do Sabiá, e também ao longo da rua Eva Maria de Jesus, outros tipos de música são tocadas durante a festa, prevalecendo o uso de carros de som e a reprodução de música eletrônica e <i>funk</i>.</p>

Fonte: <https://www.comunidadequilombolataeva.com.br>

Figura 29 - Seção 5: Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A seção dedicada às comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul tem como imagem de capa a figura 29, que traz a representação do mapa do estado na cor azul e a localização das 22 comunidades quilombolas do estado na cor marrom. Esta página traz uma tabela com os nomes das comunidades e respectivas regiões onde estão inseridas, permitindo ao usuário identificar a quantidade de comunidades quilombolas do estado, como é possível observar na figura 30. O conteúdo desta seção foi contextualizado com o auxílio de dois mapas, sendo um sobre a localização das comunidades quilombolas⁸⁸ e o outro sobre as ondas migratórias⁸⁹ que deram origem a essas comunidades no estado.

⁸⁸ Localizado na página 52 desta dissertação.

⁸⁹ Localizado na página 53 desta dissertação.

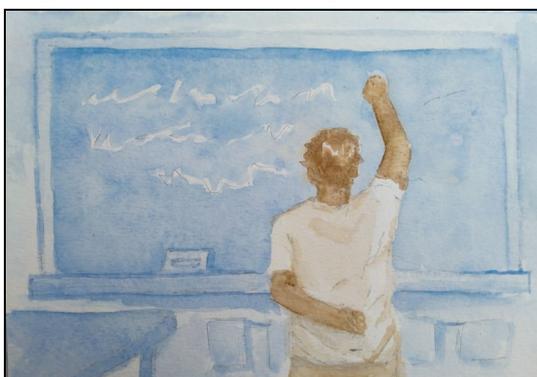
Figura 30 - Tabela com os nomes das comunidades e respectivas regiões onde estão inseridas, localizada na seção "Comunidades Quilombolas em MS"

As 22 comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul estão situadas em 15 municípios. Observe na tabela a seguir os nomes dessas comunidades, bem como os respectivos municípios onde estão localizadas.

Nome do Município	Nome da(s) Comunidades(s)
Aquidauana	Furnas dos Baianos
Bonito	Águas do Miranda
Campo Grande	Tia Eva/São Benedito , São João Batista e Chácara Buriti;
Corguinho	Furnas da Boa Sorte
Corumbá	Família Ozório, Família Maria Theodora Gonçalves de Paula e Campos Correia
Dourados	Dezidério Felipe de Oliveira/Picadinha
Figueirão	Santa Tereza/Família Malaquias
Jaraguari	Furnas do Dionísio
Maracaju	Colônia de São Miguel
Nioaque	Família Cardoso, Famílias Araújo e Ribeiro, Família Romano Martins da Conceição e Família Bulhões
Pedro Gomes	Família Quintino
Rio Brilhante	Família Jarcem
Rio Negro	Ourolândia
Sonora	Família Bispo
Terenos	Dos Pretos

Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

Figura 31 - Seção 6: Sugestões didáticas



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A sexta seção do *website* é dedicada aos professores de história da educação básica. Nela, foram propostos dois planos de aula⁹⁰ com base no material da página sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. Relacionando-se com esse propósito, a imagem de capa

⁹⁰ Os planos de aula estão na seção apêndices desta dissertação.

que dá acesso a esses planos de aula traz a representação de um educador escrevendo em uma lousa, conforme é possível observar na figura 31.

Os planos de aula foram elaborados com base nos referenciais curriculares da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED). O primeiro plano de aula aborda a história da Comunidade Quilombola Tia Eva e o uso de jogos virtuais como estratégia de avaliação, enquanto o segundo plano de aula trata sobre o patrimônio cultural da comunidade, passeio virtual e educação patrimonial. Embora ambos os planos apresentem uma metodologia para atingir seus objetivos, as sugestões didáticas são propostas flexíveis, que podem ser alteradas de acordo com a realidade de cada escola, de cada professor e de cada corpo discente.

De acordo com Luvizotto, Fusco e Scanavacca, *websites* educacionais devem estabelecer um nível de interatividade entre usuários e a página.

Um *website* educacional deve disponibilizar aos usuários formas de comunicação com seus idealizadores, com comunidades afins e até mesmo com outros usuários. Desta forma se faz necessária à implementação de *chats*, correio eletrônico e fóruns de discussão (2010, p. 35).

Seguindo essa perspectiva, os professores que aplicarem os planos de aula sugeridos na sexta seção poderão estabelecer comunicação com a administração do *website*, por meio de correio eletrônico. Além da avaliação dos planos e *feedback* com a aplicação da proposta no ensino de História, a comunicação entre usuários e a página também poderá viabilizar a divulgação da execução dos planos de aula no próprio *website*, em nova seção a ser acrescida à página inicial.

Figura 32 - Seção 7: Passeio virtual 360°

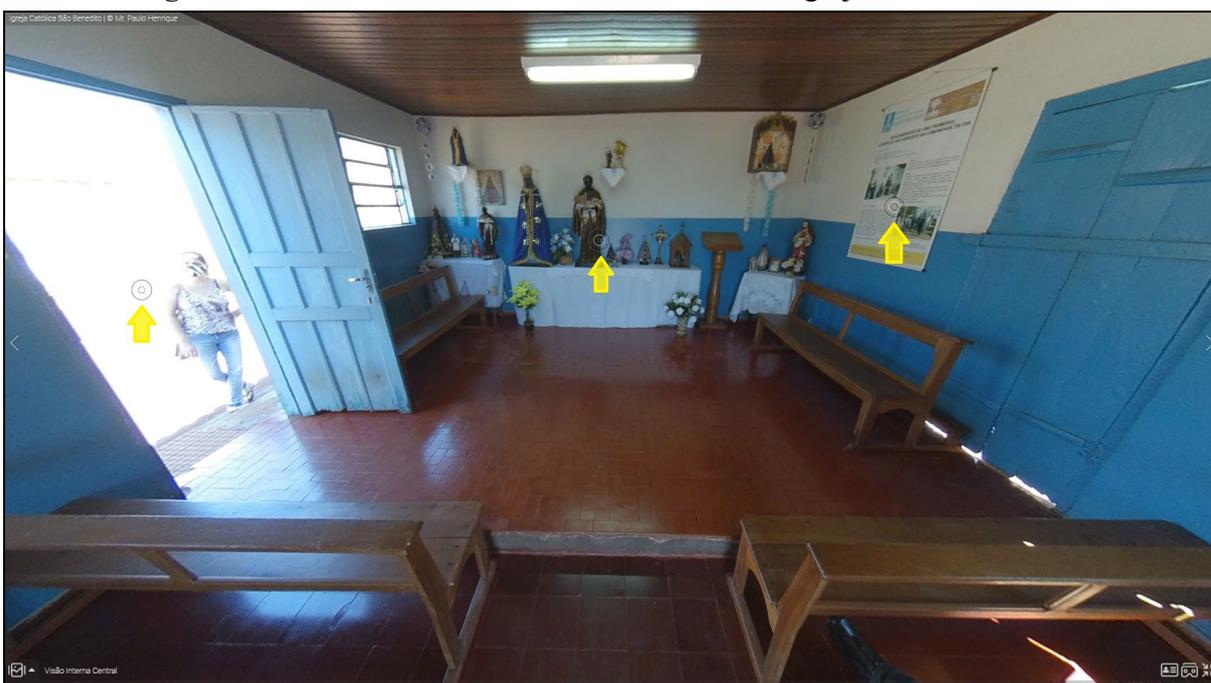


Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A sétima seção do *website* é um espaço direcionado ao passeio virtual na igreja de São Benedito e no entorno da comunidade, através da visualização de imagens usando a tecnologia em 360°. Na figura 32, que ilustra esta página, uma mulher segura um celular em frente à igreja de São Benedito, numa simbiose entre o patrimônio cultural material e o uso de novas tecnologias voltadas para o acesso e preservação desses bens.

Esta página poderá ser acessada por meio do computador, celular ou *tablet*. A tecnologia empregada possibilita ao usuário o deslocamento no local fotografado ao clicar nos círculos piscantes, permitindo a visualização de imagens no interior da “igrejinha”, assim como na casa do Seu Michel, bisneto de tia Eva, que mantém um acervo de reportagens, fotografias e pesquisas sobre a comunidade no interior de sua residência. Além dessas duas estruturas, o navegador poderá acessar o interior do Centro de Difusão da Cultura Afro-brasileira Tia Eva, local de festas, celebrações, palestras, reuniões, entre outros, o antigo espaço onde ocorria a festa de São Benedito e a rua principal da comunidade. Na figura 33, é possível notar os círculos piscantes, indicados com setas na cor amarela, que viabilizam o deslocamento do usuário para as regiões e edificações mapeadas por meio dessa tecnologia.

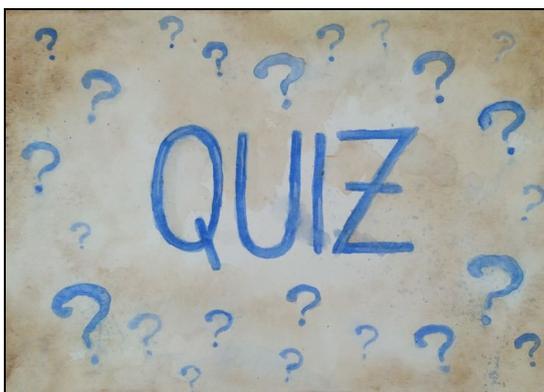
Figura 33 - Passeio virtual em 360°, no interior da igreja de São Benedito



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatieva.com.br>

Se o computador for utilizado nessa seção, o uso do *mouse* e o deslocamento do cursor permitirá ao usuário a navegação em 360°, enquanto o celular ou o *tablet* permite que a movimentação do dispositivo utilizado auxilie na navegação. Foi pensando na possibilidade que dispositivos móveis, tais como celulares e *tablets*, proporcionam para o passeio virtual, que a imagem de capa dessa seção foi produzida.

Figura 34 - Seção 8: Teste seus conhecimentos jogando



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatieva.com.br>

A seção de número oito do *website*, cujo título é “teste seus conhecimentos jogando”, traz a plataforma de um jogo virtual sobre a temática da página. Ao clicar no título ou na imagem de capa, o usuário terá acesso a uma nova aba de navegação, com acesso ao jogo virtual desenvolvido de acordo com as fontes e informações distribuídas ao longo das primeiras cinco seções do *website*. A figura 34, que é a imagem de capa dessa seção e *hiperlink* com acesso ao jogo virtual, tem como destaque a palavra *quiz*⁹¹ rodeada de vários pontos de interrogação, fazendo uma referência a perguntas e questionamentos sobre o conteúdo da página sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. Dessa forma, o jogo virtual pode ser utilizado tanto como instrumento de sondagem acerca de conhecimentos prévios sobre a temática, bem como forma de avaliação de conhecimentos adquiridos.

De acordo com Guilherme da Costa Nunes, os jogos virtuais que incorporam em suas narrativas acontecimentos históricos são denominados como *history games*. Essa categoria de jogos virtuais pode ser dividida em dois tipos, “[...] os desenvolvidos sem nenhuma finalidade pedagógica, voltado exclusivamente para o mercado comercial, e os idealizados e desenvolvidos para a educação, chamado de *serious games*” (2018, p. 5). Baseado na tipologia apresentada por Nunes, o jogo virtual sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva pode ser definido como um *serious game* voltado para o ensino de História, pois o enredo e as atividades foram elaborados com uma finalidade pedagógica.

A utilização desse tipo de ferramenta, dentro de um *website* voltado para o ensino, atende uma das principais dimensões práticas que deve compor o desenvolvimento de um *website* educacional. De acordo com Luvizotto, Fusco e Scanavacca,

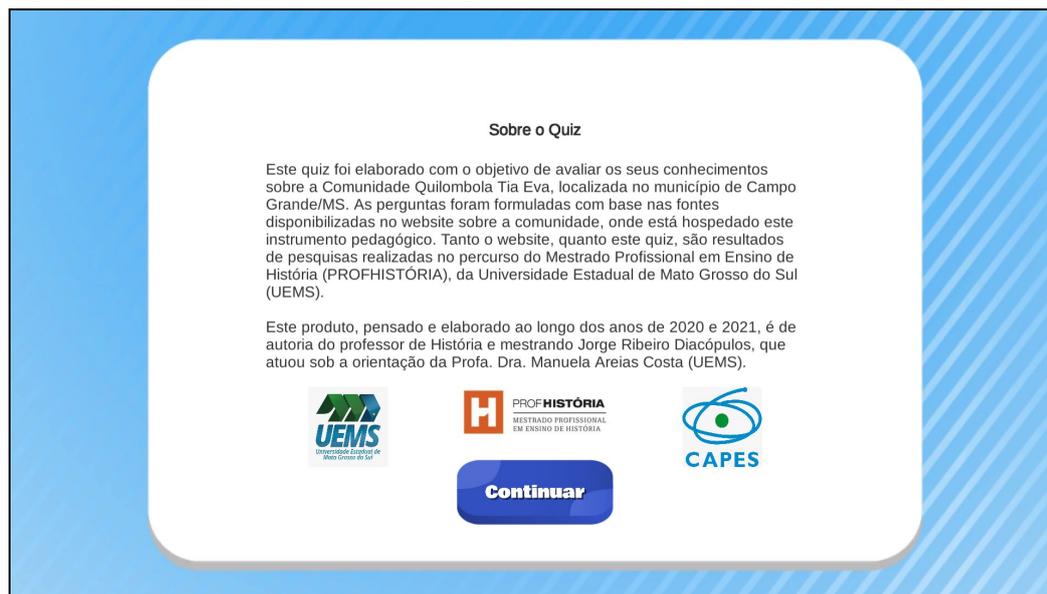
[...] considerando o processo de interação em um *website* educacional é imprescindível que o mesmo contenha atividades relacionadas ao tema abordado a fim de que o usuário possa fixar conhecimentos adquiridos. As atividades podem ser implementadas por meio de jogos (individuais e colaborativos), exercícios de correção automática, questionários, entre outros (2010, p. 35).

⁹¹ *Quiz* é o nome de um jogo de questionários, que tem como objetivo fazer uma avaliação dos conhecimentos sobre um determinado assunto.

O jogo virtual sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva foi desenvolvido pela empresa *Infinity Deer*, sediada na cidade de Curitiba/PR. O enredo do jogo, banco de dados com as informações, figuras, artes e atividades propostas foram desenvolvidas com base no percurso da pesquisa bibliográfica e de campo. O projeto contou com o financiamento da CAPES, entidade de fomento desta dissertação, assim como o apoio da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande (CMCG). O desenvolvimento do jogo virtual teve início do mês de julho de 2021, com a entrega da versão final tendo ocorrido no mês de dezembro do mesmo ano.

A ferramenta foi concebida como um jogo de tabuleiro em duas dimensões (2D), no qual o deslocamento no tabuleiro será permitido em caso de acerto de uma pergunta sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. O usuário que acessar o jogo irá visualizar, em primeiro lugar, uma breve descrição dos objetivos do jogo, conforme é possível visualizar na figura 35. Após avançar a primeira tela, o navegador irá se deparar com a tela de abertura do jogo. Sobre a constituição da arte da tela de abertura, visível na figura 36, optou-se por utilizar a imagem do busto da tia Eva do lado direito e a arte da igreja de São Benedito do lado esquerdo, ao fundo um cenário urbano, uma vez que a comunidade quilombola está inserida dentro de Campo Grande, na região central o título do jogo seguido dos botões de comando para iniciar ou se retirar da ferramenta.

Figura 35 - Informativos sobre o jogo virtual da Comunidade Quilombola Tia Eva



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

Figura 36 - Tela de introdução ao jogo virtual da Comunidade Quilombola Tia Eva



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A proposta do jogo virtual é avaliar os conhecimentos dos usuários acerca das informações contidas no *website*. O jogo tem o total de vinte questões⁹², contendo quatro alternativas como respostas. As perguntas foram divididas em quatro categorias, sendo elas: protagonismo, memórias de tia Eva, patrimônio cultural material e imaterial e comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul, contemplando as principais discussões teóricas realizadas nesta dissertação e contidas também na página.

O usuário, antes de responder a cada pergunta, terá que clicar em uma roleta. Ihe indicará a quantidade de casas que ele irá avançar em caso de acerto. O usuário terá o tempo máximo de sessenta segundos para responder cada questão, clicando em uma das quatro alternativas. Ao término do temporizador ou após a escolha da resposta por parte do navegador, o jogo irá indicar com a cor verde a resposta correta. Dessa forma o jogo virtual irá se desenrolar até o final, que poderá ocorrer com o esgotamento de todas as perguntas ou se o usuário chegar ao final do tabuleiro. O jogo se encerra com uma tela que irá parabenizar a participação do usuário no jogo e a pontuação obtida.

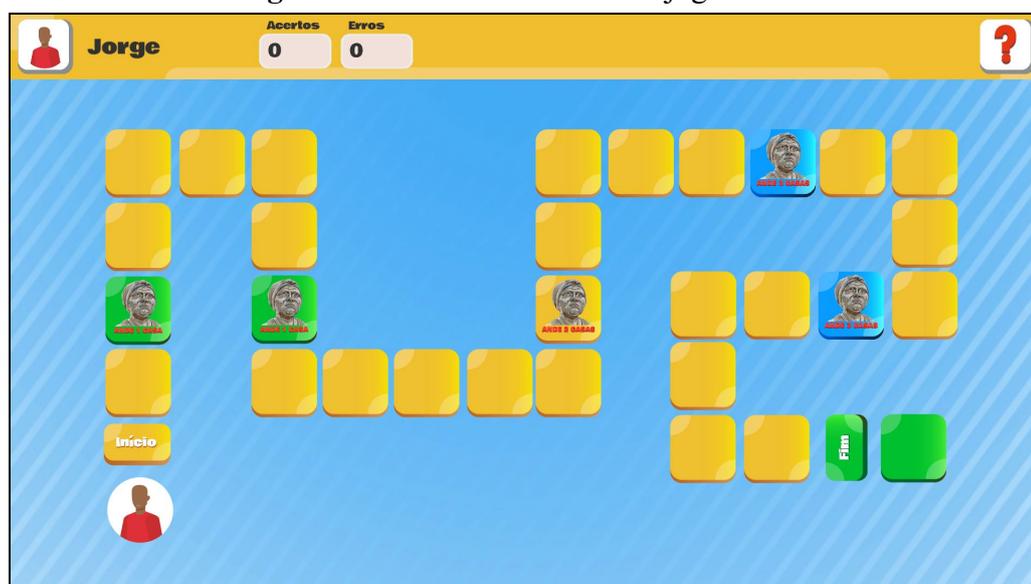
De acordo com Paulo Henrique Penna de Oliveira (2020), os jogos digitais podem viabilizar a reflexão dos alunos/jogadores a respeito das diferentes formas de representação do passado. Esse tipo de recurso pode reproduzir um determinado espaço ou lugar de modo a auxiliar na construção do conhecimento histórico. Ainda de acordo com Oliveira, os jogos virtuais

[...] podem nos auxiliar a perceber formas de experimentar o tempo e o espaço. A possibilidade de estar “aqui” e “lá” e, ao mesmo tempo, no “ontem” e no “hoje” abre espaço para o surgimento de reflexões acerca de nossa relação com o passado criando condições para uma compreensão mais complexa sobre o presente (2020, p. 51).

⁹² As questões elaboradas estão na seção apêndices desta dissertação.

As figuras a seguir ilustram diferentes processos construídos para o desenvolvimento do jogo virtual. Na figura 37, é possível observar o tabuleiro no qual o jogo se desenrola, contendo o total de trinta casas para o deslocamento do jogador. No tabuleiro, o usuário se desloca com um avatar escolhido na etapa anterior à visualização desta imagem. Antes de responder a cada questão, o usuário tem que clicar na roleta da figura 38, que irá indicar a quantidade de casas que o jogador irá se deslocar em caso de acerto. A roleta foi pensada de modo que o usuário tenha maior probabilidade de se deslocar uma casa. Desta forma, o jogador terá que responder o maior número de questões disponíveis para chegar até o fim do trajeto.

Figura 37 - Tela do tabuleiro do jogo virtual



Fonte: <https://www.comunidadequilombolataieva.com.br>

Figura 38 - Tela da roleta do jogo virtual



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatieva.com.br>

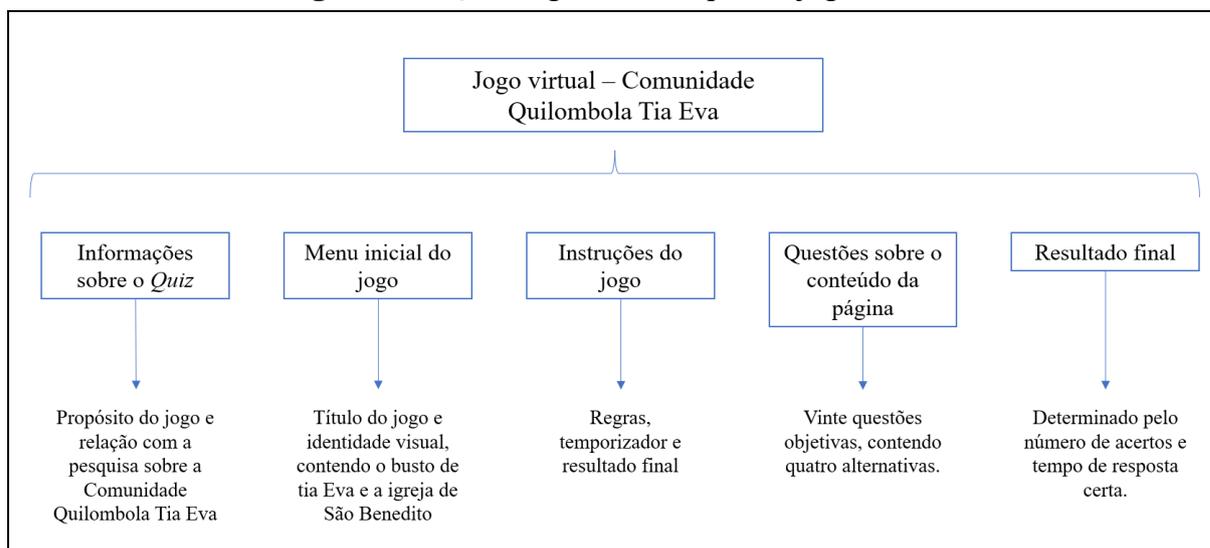
Já a figura 39 apresenta a primeira questão do jogo. Na figura, é possível visualizar os elementos visuais da dinâmica do instrumento, como o temporizador no canto superior direito, enunciado da questão centralizado, figura ilustrativa da questão no lado esquerdo e quatro alternativas disponíveis para resposta. Nesta figura, a resposta assinalada pelo usuário estava errada, indicada na cor vermelha, enquanto a resposta correta aparece na cor verde.

Figura 39 - Primeira questão do jogo virtual



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatieva.com.br>

De forma geral, o jogo virtual sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva obedece às cinco etapas progressivas. O jogo, que pode ser acessado de forma livre pelo usuário do *website*, ou de forma direcionada pelo professor de História que for utilizar a página e o plano de aula 1 no ensino de História, tem uma dinâmica linear e rígida. Sempre que for acessado, o usuário irá se deparar com as etapas demonstradas no quadro geral, conforme a figura 40 a seguir.

Figura 40 - Quadro geral das etapas do jogo virtual

Fonte: Quadro elaborado pelo autor desta pesquisa

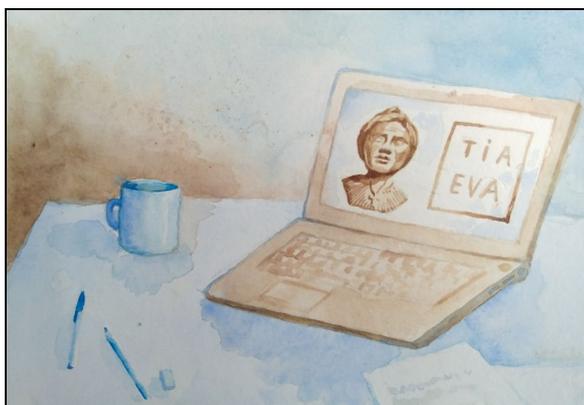
As duas últimas seções do *website* são voltadas para a divulgação de pesquisas e materiais audiovisuais sobre a comunidade. A seção nove, cujo título é “pesquisas e publicações sobre a comunidade” traz a relação das pesquisas que foram referência para essa dissertação e o respectivo *link* para *download* de cada material. Esta página é ilustrada pela figura 41, que foi desenhada para se relacionar com o material escrito na forma de artigos, monografias, dissertações e teses desenvolvidas sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva.

Figura 41 - Seção 9: Pesquisas e publicações sobre a comunidade

Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A figura 42, na qual é possível observar a ilustração de um *notebook* aberto com a imagem do busto de tia Eva, funciona como *hiperlink* que dará acesso à última seção do *website*. Nesta página serão disponibilizados, seja por meio da visualização direta na página ou encaminhamento para outra página na *web*, reportagens, vídeos e documentários sobre a comunidade, com o objetivo de dar visibilidade ao material audiovisual produzido sobre a Eva Maria de Jesus.

Figura 42 - Seção 10: Vídeos sobre a comunidade



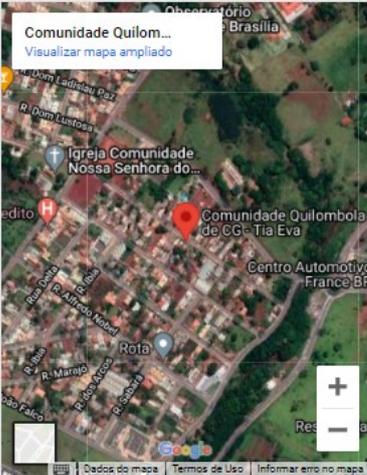
Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

A parte inferior do *website* contém informações referentes à autoria da pesquisa, destacando a instituição relacionada, orientação e o período de desenvolvimento. Além disso, esse espaço menciona a autoria da identidade visual da página, as pessoas e órgãos que apoiaram a construção e a manutenção do *website*, assim como um campo destinado aos comentários públicos, no qual os usuários da página poderão escrever elogios, sugestões e críticas e contagem do número de visitantes. Outra forma de interatividade dar-se-á por meio de correio eletrônico vinculado à página, que também possui endereço fixado na parte inferior da mesma. O último componente desta região do *website* é o *widget*⁹³ do *google maps*, que permite a visualização da comunidade em um mapa alocado na página.

Na figura 43 é possível observar que a parte inferior do *website* foi dividida em três colunas, sendo que o espaço à esquerda foi destinado para às informações referentes à autoria, identidade visual do *website* e apoio. Na região central, encontram-se o endereço eletrônico de contato, elemento clicável para a inserção de comentários na página, que permitirá a exposição dos cinco comentários mais recentes, e o contador automático do número de visitas. À direita foi fixado o *widget* do *google maps*, permitindo ao usuário visualizar a localização da comunidade dentro da página ou, em caso de clique no *link* “visualizar mapa ampliado”, o acesso à página do *google maps*.

⁹³ É um componente que pode ser utilizado em computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos para simplificar o acesso a um outro programa, aplicativo ou sistema. Eles geralmente contêm janelas, botões, menus entre outras funcionalidades (MORAIS; LIMA; FRANCO, 2012).

Figura 43 - Página inicial do website (parte inferior)

<p>Autoria</p> <p>Esta página foi construída por Jorge Ribeiro Diacópulos, discente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UEMS). As informações divulgadas no website são provenientes de pesquisas (bibliográficas e de campo) ocorridas nos anos de 2020 e 2021, sob a orientação da Profa. Dra. Manuela Areias Costa (UEMS).</p> <p>Colaboraram para a construção gráfica e técnica deste website:</p> <p>José Victor Ribeiro Arandas</p> <p>Luiz Antonio de Oliveira Mougenot</p>	<p>Contato</p> <p>contatowebsetiaeva@gmail.com</p>	
<p>Identidade visual do website</p> <p>Foi desenvolvida pela artista plástica Marina Zeni Rizzi, com base na técnica de pintura aquarela e relacionada com as cores predominantes da igreja de São Benedito.</p>	<p>Comentários</p> <p>Clique aqui e escreva seu comentário</p>	
<p>Apoio</p> <p>O registro e a manutenção desde website contou com os apoios:</p> <p>Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus;</p> <p>Câmara Municipal de Campo Grande (CMCG)</p> <p>Camila Jara;</p> <p>Eduardo Romero;</p> <p>Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Campo Grande</p> <p>Pedro Guizzo Ayache;</p>	<p>Visitantes</p> <p>000503</p>	

Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, são 22 comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul reconhecidas pela FCP, atuantes por políticas públicas de reparação e que carregam a memória da diáspora africana em nosso estado. Mesmo diante da relevância histórica e cultural dessas comunidades, muitas pessoas não conhecem ou até mesmo negam a existência dessas comunidades no estado, como por exemplo o parecer quilombolas do IHG/MS e o posicionamento da FAMASUL, ambos de 2008. Diante do exposto, como é possível combater a invisibilidade e as tentativas de silenciamento que essas comunidades sofreram e ainda sofrem?

Um dos possíveis caminhos para promover o reconhecimento e a visibilidade das trajetórias históricas dessas comunidades e suas manifestações culturais pode ser o campo do ensino de História. Por meio dessa disciplina escolar, é possível promover ações de valorização do patrimônio cultural quilombola, tendo como princípio o dever da memória e o direito à história.

O processo de uma educação voltada para o respeito, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial no Brasil é algo recente no país. Tal conjuntura teve início no final da ditadura civil-militar e se aprofundou ao longo da década de 1990, provocando mudanças no ensino de História. Até esse recorte histórico, somente a herança da colonização europeia era ressaltada no ensino de História, que serviu como um importante instrumento para disseminação dessa visão eurocêntrica e contribuiu para silenciamentos, apagamentos, preconceitos e estereótipos em relação aos negros e indígenas. Durante décadas as culturas negra e indígena foram tratadas de forma inferior em relação ao colonizador branco, sendo que essa visão foi comum e aceita na historiografia e no ensino de História por muitos anos, tendo ainda certas permanências atualmente.

O início do processo de mudança no ensino de História ganhou força graças à mobilização dos movimentos sociais, negro e indígena, no contexto da redemocratização do Brasil, que reivindicavam mudanças no ensino desde a década de 1970. Além disso, mudanças na historiografia da escravidão e do pós-abolição, no mesmo período, resultou na ampliação das fontes de pesquisa e na valorização do indivíduo nos processos históricos. Tais inovações marcaram o contexto de mudanças e revisionismos no ensino de História.

Questões envolvendo as relações étnico-raciais e a pluralidade cultural foram inseridas em documentos norteadores do ensino, tais como a LDB e os PCNs, na década de 1990. De acordo com as historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos (2008), esses documentos abriram caminho para políticas de reparação histórica no ensino. Dentre essas políticas de reparação se destacam a Lei 10.639 de 2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana de 2004, que se interligam diretamente com o objeto e o resultado pedagógico desta pesquisa.

O estabelecimento da Lei 10.639/2003 e das “Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-raciais” de 2004, ocorreram graças a articulação e mobilização do Movimento Negro, que demandava, entre outras coisas, que as questões étnico-raciais fossem levadas para o ensino de História. A inserção dessas políticas de reparação no ensino permitiu que o ambiente escolar, que anteriormente reproduzia narrativas e representações que inferiorizavam, silenciavam e hierarquizavam a história e cultura negra no Brasil, fosse um espaço de combate ao racismo.

Entre as inúmeras estratégias para o ensino de História pensado como prática antirracista, contidas nas “Diretrizes” de 2004, está a orientação de que o ensino pode abranger as organizações negras, urbanas ou rurais, identificadas como remanescentes de quilombo, para o ensino da história e das manifestações culturais dessas comunidades em cada localidade. A partir desses marcos legais da educação brasileira, a história e as manifestações culturais dos negros começaram a ter espaço na educação básica, tendo como pressuposto o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade, tornando o ensino de História mais democrático e plural.

De acordo com os historiadores Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2013), as ações educacionais e projetos pedagógicos devem dialogar com a memória, a história e as manifestações culturais das comunidades quilombolas, como uma das principais estratégias para viabilizar um ensino de História voltado para a diversidade e atuação antirracista. Segundo Júnia Pereira e Luciano Roza (2012), as pressões postas no tempo presente, sobretudo através da atuação do Movimento Negro e das mudanças ocorridas no ensino no contexto da redemocratização, forçam uma reescrita da história com base na agenda antirracista.

A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica, estabelecida pela Lei 10.639/2003 e entendida como uma política de reparação no ensino, é um marco importante na história da educação brasileira. O advento dessa lei fomentou uma série de pesquisas no ensino superior sobre as temáticas correlacionadas. Entretanto, sua implementação é cercada por desafios e obstáculos, sendo que os principais estão relacionados à questão da formação de professores e à falta de materiais didáticos.

Foi pensando no papel fundamental que a escola e o ensino de História possuem na implementação da Lei 10.639/2003 que esta pesquisa concentrou seu foco sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. Nesse sentido, a trajetória do trabalho visava romper com o silêncio em torno do protagonismo histórico de Eva Maria de Jesus na genealogia de Campo Grande, especialmente no ensino de História.

Quando se trata da fundação de Campo Grande, os materiais didáticos locais ressaltam o protagonismo de José Antônio Pereira na empreitada, destacando o altruísmo e liderança religiosa do mineiro e silenciando a experiência liderada por Eva Maria de Jesus nas mesmas regiões. Ainda que os processos de ocupação de terras tenham ocorrido paralelamente, nos

casos de José Antônio Pereira e tia Eva, a história oficial admite apenas o protagonismo do primeiro e silencia as contribuições da matriarca da comunidade pesquisada nesta dissertação.

E onde se encontram as memórias do protagonismo de tia Eva na genealogia de Campo Grande? Como é possível acessá-las para o ensino de História pautado no respeito e valorização à diversidade? De acordo com as historiadoras Martha Abreu, Hebe Mattos e Keila Grinberg (2019), uma estratégia para responder estas questões seria levar a escola até a comunidade, trabalhando com saberes e histórias que não estão nos conteúdos e livros escolares, por meio dos diálogos, conversas e visitas. “O diálogo estabelecido entre detentores de patrimônios culturais [...] jovens e crianças em idade escolar, tem o poder de modificar a visão dos ouvintes ou visitantes sobre o papel desempenhado pela população negra” (*Ibid.*, p. 30). Outro caminho para viabilizar esse diálogo seria levar a comunidade até a escola, por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação.

Foi partindo desse pressuposto, ou seja, levar a comunidade até a escola, que a dimensão propositiva desta pesquisa foi pensada através de uma ferramenta virtual. Constatado o silenciamento em torno da relevância histórica e cultural da tia Eva no ensino, justamente pela falta de materiais didáticos que promovam o reconhecimento e valorização, e sendo esse um dos principais obstáculos para a implementação da Lei 10.639/2003, é que esta pesquisa se propôs a construir um material didático sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. O foco da pesquisa sobre a comunidade se justificou pelo dever à memória e o direito à história, assim sendo uma política de reparação no ensino. Nesse sentido, a memória da diáspora africana, inserida no protagonismo de tia Eva, foi pensada a partir da perspectiva da posituação histórica e cultural na concepção da relação entre a pesquisa e o ensino. Sendo assim, o reconhecimento e a valorização foram as “cláusulas pétreas” para a construção do material pedagógico sobre Eva Maria de Jesus.

Pensando em atingir um maior número de escolas, estudantes e professores possíveis, o tipo de material didático elaborado nesta pesquisa foi um *website*. Por meio desse recurso, a visibilidade das memórias e história de tia Eva pode alcançar um variado grupo de pessoas, seja por dispositivos móveis, tais como celulares e *tablets* ou dispositivos fixos como computadores. Além disso, o *website* enquanto recurso pedagógico pode oferecer uma variedade de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação voltadas para o ensino.

Aproveitando o potencial técnico que o *website* pode proporcionar como recurso pedagógico, o material didático incorporou a tecnologia de visita virtual em 360° e a utilização de um jogo virtual como instrumento avaliativo. Tais recursos foram produzidos no campo ensino de História, estando intimamente ligados com a prática docente por meio de planos de aula alocados no *website*.

Esse recurso foi construído de modo que o usuário possa navegar com facilidade, por meio de uma *interface* intuitiva, na qual o navegador possa ter acesso rápido e fácil as seções do *website*. Todo o banco de dados, assim como a hospedagem da página, foi planejado para que o acesso a esse material não exija a utilização de aparelhos de última geração nem um grande pacote de dados de internet. O desenvolvimento desse instrumento pedagógico levou

em consideração a realidade de grande parte das escolas públicas da cidade de Campo Grande. Na capital, os estabelecimentos de ensino administrados pelo Governo do Estado ou pela Prefeitura Municipal são dotados de espaços denominados como sala de tecnologia ou sala de informática. Ainda que nem todas as escolas estejam em condições de igualdade em relação à quantidade de computadores e qualidade do sinal da internet, o acesso ao *website* pode ser garantido perante a mínima utilização de recursos necessários.

Desta forma, a presente dissertação teve a pretensão de contribuir para um ensino de História com base na diversidade cultural. A construção do *website* como instrumento pedagógico, se insere como uma ação político-científica que se fundamenta no dever à memória e no direito à história na educação básica, oferecendo um espaço de visibilidade para o protagonismo de tia Eva na fundação de Campo Grande. O reconhecimento e valorização da relevância histórica e cultural, seja através de saberes, práticas, edificações ou celebrações trabalhados por meio de pesquisa de campo, levantamento bibliográficos, figuras, mapas ou vídeos, tem como um dos propósitos fortalecer a identidade negra de estudantes no interior da educação básica, inserindo o *website* como uma ferramenta de combate ao racismo.

FONTES

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)**. Brasília, DF: Senado Federal, [2019]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/559748>.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm.

_____. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 16 de junho de 2021.

_____. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Dispõe sobre o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ano Liv – nº 049**. Sábado, 20 de março de 1999, Brasília/DF.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Edital nº 65/2018**. Publicado em: 23/04/2018 – DOU – Imprensa Nacional.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Edital de notificação nº 380/2020**. Publicado em: 27/08/2020 – DOU – Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF, SEPPIR, 2004.

Entrevistas em trabalho de campo

ARAÚJO, Otávio Gomes de (Seu Tuti). **Memórias de Tia Eva**. Entrevista concedida a Jorge Ribeiro Diacópulos. Campo Grande/MS, 05 de fevereiro de 2021.

DUARTE, Vânia Lúcia Baptista. **Memórias de Tia Eva**. Entrevista concedida a Jorge Ribeiro Diacópulos. Campo Grande/MS, 01 de fevereiro de 2021.

SANTOS, Neuza Jerônima Rosa dos. **Memórias de Tia Eva**. Entrevista concedida a Jorge Ribeiro Diacópulos. Campo Grande/MS, 02 de fevereiro de 2021.

SILVA, Adair Jerônima da. **Memórias de Tia Eva**. Entrevista concedida a Jorge Ribeiro Diacópulos. Campo Grande/MS, 02 de fevereiro de 2021.

SILVA, Ronaldo Jeferson da. **Memórias de Tia Eva**. Entrevista concedida a Jorge Ribeiro Diacópulos. Campo Grande/MS, 02 de fevereiro de 2021.

SILVA, Sérgio Antônio da (Seu Michel). **Memórias de Tia Eva**. Entrevista concedida a Jorge Ribeiro Diacópulos. Campo Grande/MS, 26 de janeiro de 2021.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, N.41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.

_____. Festas, patrimônio cultural e identidade negra. Rio de Janeiro, 1888 – 2011. In **Dossier Fêtes et célébrations em Amérique Latine: estética como eixo transversal, em abordagens políticas, antropológicas e históricas**. Artelogie, 2013.

_____. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

_____; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, v.8 N.15 p.17-38 (2019).

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANJOS, Alexandre Martins dos; SILVA, Glaucia Eunice Gonçalves da. **Tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na educação**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Tecnologia Educacional, 2018.

AREIAS COSTA, Manuela. Histórias “Atlânticas” na escravidão e no pós-abolição: biografias de personagens negros e ensino de história e cultura afro-brasileira. **O ensino de história da África, da cultura afro-brasileira e indígena: múltiplos olhares**. Cáceres: UNEMAT, 2018.

_____. **O “Maestro da Abolição” no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira – BA, 1884-1920)**. 237f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____; SILVA, Luciano P. “Patrimônio Cultural, Festas e Lutas Políticas em Comunidades Quilombolas de Mato Grosso.” **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, 32 (93), 2018.

CARMO, Aline Cristina Oliveira do. Quilombo como um conceito em movimento ou quilombismo e ubuntu: práticas ancestrais africanas para repensar práticas pedagógicas e de justiça. **Problemata**; R. Intern. Fil. V. 11, n. 2 (2020).

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Rev. Bras. Educ.** [online]. Vol.22, n.69, pp.539-564, 2017.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História Pública e Redes Sociais na Internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, set. 2016.

CIRINO, Giovanni. **Uma etnografia da devoção a São Benedito no litoral norte de São Paulo**. 342f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. SP. Volume 19, Número 3, Setembro/Dezembro de 2015.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. **Revista ABPN**, v.5, n.11, p.05-28., 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n.67, p. 378-388, set./dez. 2005.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRAGA, Walter. Pós-abolição; o dia seguinte. In: Lilia Moritz Schwarcz; Flávio Gomes (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. Ver. – São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação, p. 143- 154. IN **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

_____. Quilombos/Remanescentes de Quilombos. In: Lilia Moritz Schwarcz; Flávio Gomes (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita. Detetives do passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de História e internet. **Revista História Hoje**, v. 1, nº 1, p. 315-326, 2012.

LUCCHESI, Anita. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. In: **Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, XXVIII, 2013, Natal: ANPUH.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; FUSCO, Elvis; SCANAVACCA, Aline Cristina. Websites educacionais: considerações acerca da arquitetura da informação no processo de ensino-aprendizagem. **Educação em Revista**, Marília, v. 11, n.2, p.23-40, Jul.-Dez. 2010.

MACHADO, Myleide Meneses Oliveira; MACIEL, Josemar de Campos. Territorialidade e Biografia: ao redor de Tia Eva. Fronteiras: **Revista de História**. Dourados, MS, v. 19, n. 33, p. 147-169, jan./jun. 2017.

_____. **Comunidade Tia Eva: bairro de negros e herança de fé**. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

MATOS, Eliane de. **Comunidade São Benedito, Campo Grande/MS: patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local**. 90f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, (68), 104-111, 2006.

MOCELIN, Cassia Engres; GROSSI, Patrícia Krieger. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **Revista Em Pauta (UERJ)**, Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2020 – nº 46, v. 18, p. 226-241

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MORAES, Vanda. **Tia Eva, negraeva – história da comunidade de São Benedito**. Campo Grande, MS: Diogo Gráfica e Editora, 2003.

MORAIS, Carlos Tadeu Queiroz de; LIMA, José Valdeni de; FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. **Conceitos sobre Internet e Web**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição. **Diáspora Africana**: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Sankofa: Resgate da cultura afro-brasileira**. Vol. 1. Rio de Janeiro: SEAFRO/Governo do Estado, 1994.

NEVES, Eder Pereira. **Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva**. 2011. 121. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Bandeirante de São Paulo, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**. V.8, nº15, p.203-222 – 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. **Revista Projeto História - História & Cultura**. São Paulo: Editora da PUC/SP. n 10, dezembro de 1993.

NUNES, Guilherme da Costa. Jogos eletrônicos e ensino de história: *history games* como possibilidade de construção do conhecimento histórico. **História & Democracia**. UNIFESP/Campus Garulhos. 3 a 6 de setembro de 2018.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, pp. 421-461, 2003.

OLIVEIRA, Paulo Henrique Penna de. **Games no ensino de História: possibilidades para a utilização dos jogos digitais de temática histórica na Educação Básica**. 185f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e internet: conexões possíveis. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.12, p. 23-53, mai./ago. 2014.

PEREIRA, Amílcar Araújo. Por uma autêntica democracia rural!: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História Hoje**, v. 1, nº1, p. 111-128 – 2012.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. **História da fundação de Campo Grande**. Campo Grande, MS: Edição do autor, 2001.

PEREIRA, Júnia Sales; ROZA, Luciano Magela. O ensino de história entre o dever de memória e o direito à história. **Revista História**. V. 1, nº1, p.89-110 – 2012.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício Pedro da. Percurso da Lei 10.639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, jan./dez., 2012.

PEREIRA, Pedro Henrique Gomes. **A festa de São Benedito: rito e sociabilidade em uma comunidade negra**. 73f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. Eva Maria de Jesus (tia Eva), **Anuário Antropológico I**, 2012, 155-181.

_____. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. 477f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto, 2006.

RIBEIRO, Priscila de Oliveira. **Retratos da Comunidade Tia Eva.** Campo Grande, MS: FCMS/FIC, 2014.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03. **Coleção Educação para todos:** Brasília, 2005.

SANTOS, Lourival dos. História oral de quilombos de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro. In: André Gattaz; José Carlos Sebe Bom Meihy; Leandro Seawright (orgs.). **História oral: a democracia das vozes,** São Paulo (2019).

_____. Por uma História do negro no sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro. **Revista de Pesquisa Histórica – CLIO (Recife)**, n. 35, p.239-259, Jul-Dez, 2017.

SILVA, Eduardo Roberto Melo da (Coord.). **Igreja São Benedito: restauração e requalificação.** Comunidade Quilombola Tia Eva (FMIC) – Campo Grande/MS, 2021.

SILVA, Lauro Cristiano Guedes da. **Políticas de ações afirmativas: a experiência do projeto negraeva.** 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Lei nº 10.639/2003 – 10 anos. **Interfaces de Saberes.** V. 13, n. 1 (2013).

SOUZA, João Batista Alves de. **As trajetórias e resistências das comunidades quilombolas do Pantanal Sul-Mato-grossense [livro eletrônico]** – 1. Ed. – Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2021.

SOUZA, João Batista Alves de; MORETTI, Edvaldo César. Formação e resistência das comunidades quilombolas no município de Corumbá – MS. **Entre Lugar,** Dourados, MS, v. 10, nº 20, 2019.

SOUZA, João Batista Alves de. Comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul. In: Charlei Aparecido da Silva (org.). **Cartografias e representações [livro eletrônico]:** compêndio da produção do PPGG-UFGD de 2017 a 2020 – 1. Ed. – Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2020.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro.** 204f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TOMAZ, Marcio de Fátimo. Informática e ensino de História: construindo uma nova cultura na formação de professores. **Revista eletrônica de Ciências da Educação,** Campo Largo, v.5, n.1, jun 2006.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; SANTOS, Lourival dos. Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, 2017.

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. **Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul**. Edições Est, Porto Alegre/RS, 1995.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). **Afro-Ásia**, N. 47, 2013, pp. 79-117 UFBA.

ANEXO

Ficha Celebrações⁹⁴

- Nome da celebração

Qual é o nome mais comum e outros nomes pelos quais a celebração é conhecida?

- Imagem

Possui fotos da celebração?

- O que é

Conte de forma resumida o que é a celebração.

- Onde é

Localize a celebração a partir das referências mais fáceis e conhecidas. (Informe onde ela ocorre e como é o local).

- Períodos importantes

Quais são os momentos ou datas importantes associadas à celebração? (Informe a data ou época da celebração e a sua duração).

- História

Conte sobre as origens e transformações da celebração ao longo do tempo.

- Significados

Quais os significados e funções têm as celebrações para a comunidade?

- Descrição:

Como a celebração ocorre?

- Programação

Quais são os eventos ou etapas que fazem parte da celebração?

- Pessoas envolvidas

Quais são as pessoas que organizam e participam da celebração e o que elas fazem?

- Comidas e Bebidas

Há alimentos especiais para esta celebração? Caso sim, quais são eles? Quem são as pessoas responsáveis por fazê-los?

- Roupas e acessórios

Há vestimentas e acessórios específicos utilizados para a celebração? Caso sim, quais são e para que servem? Quais são as pessoas que as usam? Quem são as pessoas que se caracterizam para a celebração? Quem é responsável por produzir as indumentárias? Há algo de especial na sua produção?

⁹⁴ A metodologia utilizada para a construção das entrevistas em trabalho de campo seguem os roteiros propostos nas Fichas do Inventário, categoria Celebrações, que constam no “Manual de Aplicação de Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação”, elaborado e publicado em 2013 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), p. 25-29.

- Expressões corporais (danças e encenações)

Há danças ou encenações que acontecem na celebração? Em que parte da celebração elas acontecem e quais são as pessoas envolvidas diretamente?

- Expressões orais (músicas, orações e outras formas de expressões orais)

Se existirem, em que parte da celebração elas são realizadas e quais são as pessoas responsáveis por fazê-las?

-Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros)

Há e quais são os objetos existentes na celebração?

- Estrutura e recursos necessários

Quais são as estruturas e os recursos necessários para celebração?

- Outros bens culturais relacionados

Junto à celebração estão associados outros bens como objetos, lugares etc.?

- Avaliação

Indique os principais pontos positivos e negativos para que a celebração continue sendo uma referência cultural. As pessoas dão importância à celebração? Elas se organizam para esse fim? Como? Ou a celebração está perdendo o significado que justifica sua preservação?

- Recomendações

O que poderia ser feito para melhorar as condições de existência, realização e transmissão da celebração?

APÊNDICES

Roteiro para entrevista com moradores da Comunidade Quilombola Tia Eva

- Identificação

Nome do entrevistado:

Idade:

-Gostaria que o Sr/Sra. contasse um pouco sobre a sua história com a sua família, começando pela origem de seus pais e avós, se sempre moraram aqui ou se vieram de outros lugares. Qual é a sua relação com este lugar?

- Há quantos anos mora aqui?

-O que sabe sobre o processo de fundação desta comunidade? Quando surgiu? De que forma?

-Quais os motivos que levaram as primeiras pessoas virem morar na comunidade? Quem foram eles/elas?

- Poderia contar um pouco sobre a história da Tia Eva?

- Quais são as tradições culturais cultivadas?

- Como é a relação entre os membros da comunidade quilombola com a sociedade em geral de Campo Grande?

- Como é a relação entre os membros da comunidade quilombola com os moradores das regiões do entorno da comunidade?

- Como é a relação da associação (entidade jurídica que representa a comunidade) com o poder público municipal?

- Qual é a importância do reconhecimento, por parte da Fundação Palmares, desta comunidade como remanescente de quilombo?

- Onde as crianças da comunidade estudam?

- Como avalia o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas?

- Quais são as principais demandas da comunidade nos dias atuais?

Plano de Aula 1 – A história da Comunidade Quilombola Tia Eva e o uso de jogos virtuais

Tema: A história da Comunidade Quilombola Tia Eva

Componente curricular: História

Nível de ensino: Ensino Médio

Objetivos:

- Definir o conceito de quilombo;
- Refletir sobre o protagonismo negro e quilombola em Mato Grosso do Sul;
- Conhecer o protagonismo de Eva Maria de Jesus na genealogia de Campo Grande/MS;
- Reconhecer o patrimônio cultural material e imaterial da Comunidade Quilombola Tia Eva;

Quantidade de horas aulas: 2 horas-aula

Recursos: Computadores, celulares e *tablets* com acesso à internet;

Material didático: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/>

Descrição do plano: Rotação de estações

A metodologia deste plano de aula prevê a criação de um **circuito dentro da sala de aula**, com atividades diferentes para cada grupo. Esta metodologia ativa, denominada rotação de estações, propõe que cada grupo acesse o conteúdo de uma seção específica para responder uma questão norteadora. Ao longo da atividade, os grupos circularão por diferentes conteúdos sobre o mesmo tema central: A história da Comunidade Quilombola Tia Eva. O propósito é que os estudantes, divididos em pequenos grupos, façam um rodízio pelos diversos assuntos para responder às questões norteadoras de cada etapa do conhecimento.

Metodologia:

1ª aula - Rotação de estações

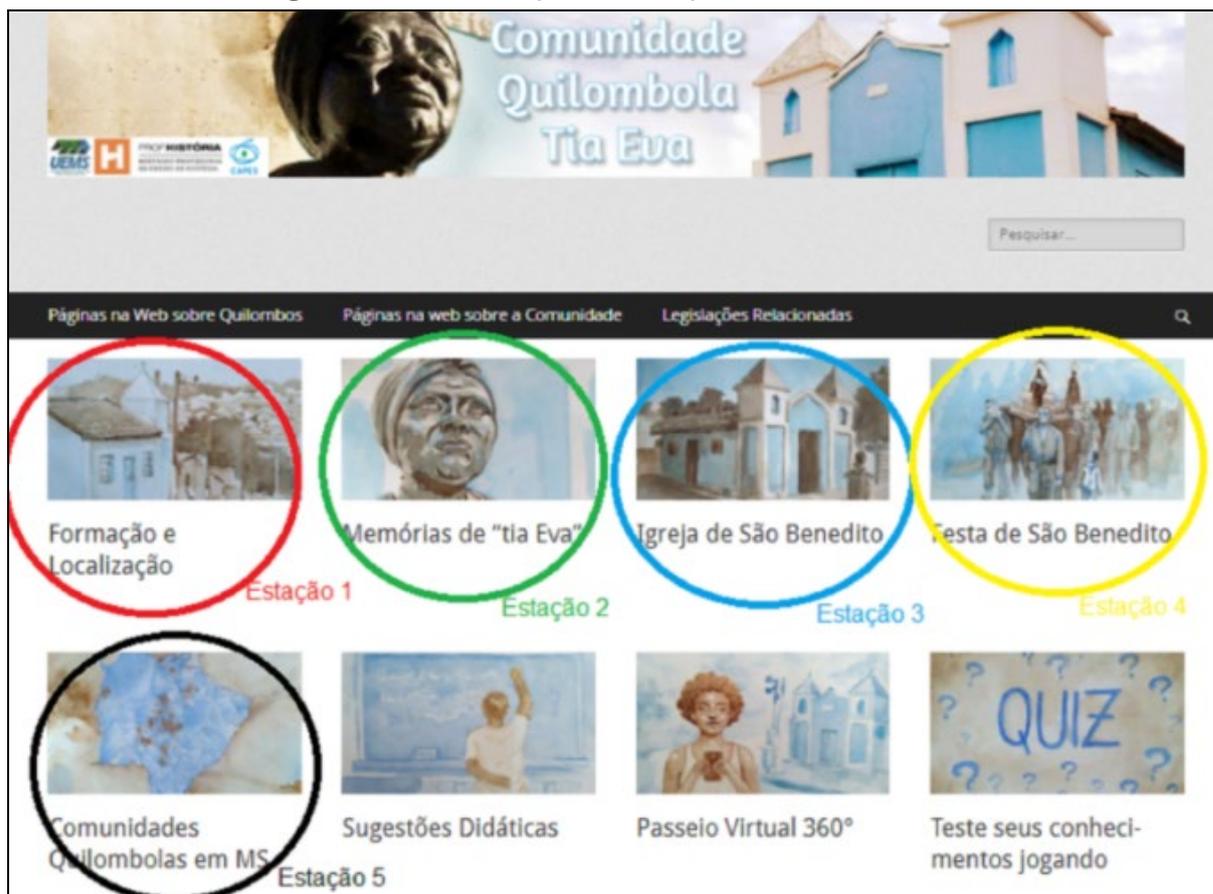
É necessária uma aula de, no mínimo, 50 minutos, para se implementar a **rotação por estações**, afinal os grupos precisarão de, pelo menos, 10 minutos em cada etapa. Dependendo do número de alunos em sala, o professor também pode adaptar a metodologia, levando a turma inteira a cada uma das estações. As estações de conhecimento são: **localização e formação, memórias de tia Eva, igreja de São Benedito e festa de São Benedito**. Essa metodologia conta com três momentos essenciais: interação professor-aluno, trabalho colaborativo e utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação.

O professor regente irá dividir a sala de aula em cinco grupos. Todos os grupos irão acessar o *website* www.comunidadequilombolatiaeva.com.br na sala de informática ou de tecnologia. Cada grupo terá 10 minutos para entrar em uma estação do conhecimento e responder a uma questão norteadora com base nas fontes e informações dispostas no *website*. A cada 10 minutos (tempo sugerido), o professor regente lançará uma nova questão norteadora a cada grupo, orientando os estudantes a trocar de estação para respondê-la. Dessa forma, no intervalo de tempo, cada grupo mudará de estação e terá uma nova questão norteadora. (**Obs.** fica a critério de cada docente escolher o meio pelo qual os estudantes irão

responder as questões, podendo ser em meio físico, como caderno ou cartolina, ou meio digital, como bloco de notas ou demais plataformas digitais).

Observe na imagem a seguir a localização das estações do conhecimento no *website* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva:

Figura 44 – Localização das estações do conhecimento



Fonte: Tela capturada do *website* e adaptada pelo autor desta pesquisa

Cada estação terá uma questão norteadora, que será respondida coletivamente pelo grupo com base na análise das fontes dispostas no *website*. A seguir, observe as questões para cada estação:

- **Estação 1:** Eva Maria de Jesus, após receber a alforria, liderou a migração de negros libertos em direção ao sul de Mato Grosso. Como era a cidade de Campo Grande no início do século XX? Como as terras onde a comunidade se instalou foram adquiridas? Como está a relação entre o território e a comunidade atualmente?
- **Estação 2:** Entende-se por "Memória" o compartilhamento de lembranças e discursos sobre o passado, uma memória compartilhada, um olhar para o passado ancorado nos interesses e visões de mundo do presente. Apresente duas memórias compartilhadas entre os membros da comunidade que foram entrevistados.

- **Estação 3:** Explique a relação entre as memórias de tia Eva, a promessa a São Benedito e a construção da igreja ao santo devoto de tia Eva.
- **Estação 4:** Qual é a importância da festa de São Benedito? Caracterize os elementos religiosos e profanos que compõem a celebração.
- **Estação 5:** Mato Grosso do Sul conta com 22 Comunidades Remanescentes de Quilombos, identificadas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Explique o processo histórico de formação dessas comunidades em MS. Quais são os critérios para o reconhecimento de uma comunidade como remanescente de quilombo?

2ª aula - Teste seus conhecimentos jogando

Nesta aula, o professor regente deslocará os alunos para a sala de informática ou de tecnologia. Novamente dispostos nos mesmos grupos formados na aula anterior, os grupos irão acessar a seção com o jogo virtual sobre os temas abordados nas estações do conhecimento da aula anterior. O link para o acesso do game é: <https://www.comunidadequilombolataieva.com.br/Unity/Quiz/index.htm>.

Este game, localizado na seção “teste seus conhecimentos jogando”, é composto por 20 perguntas objetivas, com quatro alternativas. O grupo terá o tempo de 60 segundos para responder a cada questão e, ao término das questões, o game irá determinar uma pontuação variável de acordo com o acerto e o tempo de resposta.

Recomenda-se que, ao término dessa atividade, o professor regente organize uma roda de conversa para debater as questões norteadoras da rotação de estações, bem como as questões do game.

Avaliações:

- Organização do grupo e trabalho colaborativo;
- Resolução das questões norteadoras da rotação das estações;
- Resolução das questões do game;
- Participação da roda de conversa;

Referências Bibliográficas:

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. 477f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MACHADO, Myleide de Souza Meneses Oliveira. **Comunidade Tia Eva: bairro de negros e herança de fé**. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SANTOS, Lourival dos. **Por uma História do negro no sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro**. Revista de Pesquisa Histórica – CLIO (Recife), n. 35, p.239-259, Jul-Dez, 2017.

PEREIRA, Pedro Henrique Gomes. **A festa de São Benedito: rito e sociabilidade em uma comunidade negra**. 73f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Plano de Aula 2 – Igreja de São Benedito, passeio virtual e Educação Patrimonial

Tema: Patrimônio Cultural da Comunidade Quilombola Tia Eva: A Igreja de São Benedito

Componente curricular: História.

Nível de ensino: Anos finais do Ensino Fundamental.

Objetivos:

- Definir o significado de Patrimônio Cultural;
- Conhecer o protagonismo de Eva Maria de Jesus e sua relação com a igreja de São Benedito;
- Reconhecer e valorizar o Patrimônio Cultural local;
- Compreender a diferença entre o olhar e o ver;

Quantidade de aulas: 3 horas-aula.

Recursos:

- Computadores, celulares ou tablets com acesso à internet.
- Caderno pessoal para anotações.
- Folha de sulfite em branco.
- Lápis de cor.

Material didático: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/>

Metodologia:

1ª aula - Contato com a temática e observação do patrimônio cultural.

- Inicie o encontro com a turma indagando os estudantes com as seguintes questões: O que é Patrimônio Cultural? Quais são as diferenças entre patrimônio material e imaterial? Você conhece algum patrimônio cultural de sua cidade ou bairro?
- A partir das inferências, o professor(a) regente desenvolverá um mapa de conceitos na lousa, utilizando ou não, a participação dos alunos. No mapa conceitual, o docente poderá definir o conceito de patrimônio cultural e apresentar suas categorias, com ênfase no material e imaterial. É importante, nessa etapa, destacar alguns bens culturais do estado, reconhecidos como Patrimônio Cultural pelo poder público, como o tereré, a cerâmica terena e o Banho de São João (Patrimônio Cultural Imaterial de Mato Grosso do Sul) e a igreja de São Benedito (Patrimônio Cultural Material de Mato Grosso do Sul).
- Após esse momento inicial, peça para que os estudantes acessem o link (<https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/passeio-igreja/>). Esta etapa poderá ser feita em pequenos grupos ou individualmente.
- Oriente os estudantes a realizar o passeio virtual sobre a igreja de São Benedito. Peça para observarem todos os detalhes e elementos por alguns minutos. Utilizando o cursor e clicando nos círculos em destaque, os estudantes poderão navegar pelo interior da igreja pelo entorno da edificação.
- Nos últimos minutos da aula, peça aos alunos para desligarem os computadores, celulares ou *tablets* do acesso ao passeio virtual. Promova uma roda de conversa com

o objetivo de descrever o bem observado (número de portas, número janelas, tipo de pavimento, estado de conservação, cor, decoração, finalidade, entre outros).

2ª aula - Registro e exploração do website sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva.

- Inicie a aula a partir das descrições relatadas pelos alunos da aula anterior. Promova uma reflexão sobre a diferença entre o olhar e o ver e sobre a importância da observação detalhada para a compreensão e descoberta de outras informações que o olhar superficial não permite.
- Oriente e organize os alunos para voltar à página do passeio virtual em 360° (<https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/passeio-igreja/>). Com o caderno de anotações e lápis em mãos, peça para os estudantes pesquisarem as seguintes questões sobre a edificação observada na aula anterior: Qual é a sua função? Como se apresenta? Quando foi construída? Por que foi construída? O patrimônio observado foi tombado? O que significa um bem ser tombado? Por que tem esse nome? Quem foi tia Eva?
- Oriente os alunos a acessarem o website onde está hospedado o passeio virtual no endereço <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/>, e a navegarem pelos conteúdos, para realizar a pesquisa e responder às questões anteriores.

3ª aula - Apropriação, recriação do bem cultural e releitura.

- Inicie a aula com um debate sobre as questões apresentadas na aula anterior, destacando os diferentes olhares sobre o mesmo objeto.
- Entregue a cada aluno um papel em branco e lápis de cor. Peça aos alunos que recriem a igreja de São Benedito por meio do desenho, utilizando os materiais que foram disponibilizados.
- Promova a exposição dos trabalhos sobre a recriação do bem cultural e realize uma roda de discussão sobre a importância da igreja de São Benedito para a história de Campo Grande/MS.

Avaliações:

- Participação nas discussões e rodas de conversa;
- Pesquisa (observação e registro) do patrimônio cultural proposto;
- Recriação do bem cultural por meio do desenho;

Referências bibliográficas:

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Manual de aplicação - Programa Mais Educação**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

Questões do jogo virtual sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva⁹⁵

Questão 1

Eva Maria de Jesus, popularmente conhecida como tia Eva, foi a protagonista da migração e formação da comunidade que leva seu nome, sendo cofundadora da capital do Mato Grosso do Sul. Antes de chegar a Campo Grande/MS, tia Eva foi:

- a) Escravizada no interior de Minas Gerais.
- b) Escravizada no interior de Goiás.**
- c) Escravizada no interior de São Paulo.
- d) Escravizada no interior do Amapá.

Questão 2

No final do século XIX, Eva Maria de Jesus recebeu a alforria e organizou a migração rumo ao sul do Mato Grosso (o estado de Mato Grosso do Sul ainda não existia naquela época). Tia Eva chegou em 1905 em Campo Grande, acompanhada de três filhas. Quais eram os nomes das filhas da fundadora da comunidade?

- a) Maria, Joana e Sebastiana.
- b) Sebastiana, Lázara e Joana.**
- c) Joana, Lázara e Maria.
- d) Britney, Maria e Rosana.

Questão 3

A Migração da comitiva de negros libertos para o sul de Mato Grosso, partindo do interior de Goiás levou meses para ser realizada. Essa travessia foi realizada com qual meio de transporte?

- a) Carros de boi.**
- b) Transporte ferroviário.
- c) Transporte rodoviário.
- d) Barcos e canoas.

Questão 4

Tia Eva, suas filhas, genro, neto, seu companheiro Adão e outros libertos se instalaram em uma região no sul do Mato Grosso em 1905. Em uma **área de mata próximo ao córrego Segredo** (inicialmente denominada como Olho D'água e posteriormente Cascudo) situada onde está localizada a cidade de Campo Grande/MS. Essa área, naquela época, era pouco valorizada porque:

- a) Era inadequada para a criação de gado (principal atividade econômica).**
- b) Era uma área distante do acesso a água.
- c) Estava localizada em área rochosa.

⁹⁵ As alternativas destacadas em negrito são as respostas corretas de cada questão.

- d) A vizinhança era muito barulhenta.

Questão 5

Nos tempos em que foi escravizada no interior de Goiás, tia Eva feriu uma das pernas com banha quente enquanto cozinhava na sede da fazenda Ariranha. A ferida demorou a cicatrizar e, nesse contexto, ela fez uma promessa para obter a cura. A promessa foi feita a qual santo?

- a) São Sebastião.
- b) São José.
- c) **São Benedito.**
- d) São Cristóvão

Questão 6

Ao chegar em Campo Grande, a ferida na perna da tia Eva cicatrizou. Por conta da graça alcançada, tia Eva pagou a promessa ao santo devoto. Qual foi o pagamento da promessa?

- a) **Tia Eva construiu uma igreja a São Benedito.**
- b) Tia Eva realizou uma novena a São Benedito.
- c) Tia Eva construiu uma igreja a São Sebastião.
- d) Tia Eva realizou uma novena a São Sebastião.

Questão 7

A igreja de São Benedito foi tombada nos anos de 1996 e 1998, respectivamente pelo município de Campo Grande e o Estado de Mato Grosso do Sul. O que significa um edifício ser tombado?

- a) É o ato de derrubar (tombar) o velho para construir o novo.
- b) **É o ato realizado pelo poder público para preservar bens de valores históricos.**
- c) É o ato realizado pelo poder público que permite alterações totais em edifícios antigos.
- d) É o ato realizado pelo poder público para reinventar bens de valores históricos.

Questão 8

As terras onde tia Eva e sua família se estabeleceram foram regularizadas perante a autoridade política da comarca de Campo Grande/MS, no ano de 1910. Pelo valor de 85 mil réis, as terras foram adquiridas por tia Eva. Como foi possível que tia Eva reunisse essa quantia?

- a) Tia Eva recebeu uma enorme doação da família Vilela, proprietária da fazenda onde ela foi escravizada.
- b) Tia Eva reuniu essa quantia graças a criação de gado, que era a principal atividade econômica de Campo Grande/MS.
- c) **A quantia foi reunida por conta do trabalho na roça, e comercialização das hortaliças, produção de doces e a atividade de parteira e benzedeira de tia Eva.**
- d) Tia Eva reuniu essa quantia graças a criação de peixes, que era a principal atividade econômica de Campo Grande/MS.

Questão 9

O protagonismo de tia Eva, uma mulher negra e mãe de três filhas, uma das pioneiras a chegar a Campo Grande e fundadora da comunidade composta pelos seus descendentes era conhecida na cidade por conta de:

- a) **Realizar partos e possuir do “dom” de benzer, numa época que não existia padre ou médicos na região.**
- b) Realizar construção de casas.
- c) Criar gado e fornecer leite e carne para a cidade.
- d) Ensinar a ler e escrever as crianças de Campo Grande/MS.

Questão 10

As memórias da tia Eva, que incluem seu protagonismo e liderança na formação da comunidade, são transmitidas:

- a) Por meio dos livros de História de Campo Grande.
- b) **Por meio da tradição oral.**
- c) Por meio de documentos escritos.
- d) Por meio de jogos eletrônicos.

Questão 11

No ano de 1919, a igreja de São Benedito (2ª edificação religiosa mais antiga da cidade) passou por uma reforma, mudando a estrutura de pau-a-pique para material de alvenaria. Além da reforma na igreja (como é carinhosamente chamada), este ano marcou o início da:

- a) **Festa de São Benedito.**
- b) Festa da Tia Eva.
- c) Folia de Reis.
- d) Festa do Boi.

Questão 12

A festa de São Benedito é celebrada todos os anos, sempre no mês de maio. Essa festa tradicional dura quantos dias?

- a) **Dez dias.**
- b) Doze dias.
- c) Dezoito dias.
- d) Dois dias.

Questão 13

A festa de São Benedito envolve celebrações religiosas e festividades profanas (estranhas à religião e ao sagrado). Entre as celebrações religiosas, não se inclui:

- a) A procissão dos devotos de São Benedito e Nossa Senhora Aparecida.

- b) **O torneio de futebol amador Tia Eva.**
- c) As novenas.
- d) **O almoço gratuito realizado no último dia da festa.**

Questão 14

A festa de São Benedito envolve celebrações religiosas e festividades profanas (estranho à religião e ao sagrado). Entre as festividades profanas, não se inclui:

- a) **Hasteamento do mastro de São Benedito.**
- b) O almoço gratuito realizado no último dia da festa.
- c) Os bailes realizados no são comunitários.
- d) **As novenas.**

Questão 15

No último dia da festa de São Benedito, ocorre a procissão dos devotos com as imagens de _____ e Nossa Senhora Aparecida. Quando o santo chega com os devotos no salão comunitário, é realizada a _____ de encerramento. Após esse rito religioso a comunidade realiza um _____ para os membros da comunidade e visitantes da festa.

Quais são os termos que preenchem corretamente as lacunas?

- a) São Sebastião; novena; jantar.
- b) **São Benedito; missa; almoço.**
- c) São Benedito; novena; almoço.
- d) São Sebastião; novena; almoço.

Questão 16

A festa de São Benedito é celebrada na Comunidade Quilombola Tia Eva desde 1919. As festividades em torno do santo devoto de tia Eva ocorrem na lua cheia mais próxima do dia 13 de maio. O 13 de maio:

- a) É a data que marca a chegada de tia Eva em Campo Grande.
- b) É a data em que se celebra o dia da consciência negra.
- c) **É a data em que ocorreu a abolição na escravidão no Brasil.**
- d) É a data que marca a chegada de São Benedito em Campo Grande.

Questão 17

A Comunidade Quilombola Tia Eva não é a única comunidade reconhecida como quilombo em Mato Grosso do Sul. Até o ano de 2021, quantas comunidades foram reconhecidas no estado sul-mato-grossense?

- a) Dez comunidades.
- b) **Vinte e duas comunidades.**
- c) Apenas a Comunidade Quilombola Tia Eva foi reconhecida no estado.
- d) Duzentas e dez comunidades.

Questão 18

A partir da Constituição de 1988, com cem anos de atraso, foram estabelecidas as primeiras políticas de reparação para a população afro-brasileira. Para as comunidades negras, reconhecidas como quilombos, a legislação prevê qual direito a essas comunidades?

- a) **Garantia o direito à terra.**
- b) Garantia o acesso a escolarização básica.
- c) Garantia o direito ao voto.
- d) Garantia o atendimento a atendimento médico.

Questão 19

Eva Maria de Jesus, conhecida como tia Eva, é a matriarca que empresta seu nome à comunidade negra que se formou em Campo Grande no início do século XX. Em Mato Grosso do Sul, qual é o outro exemplo de uma liderança feminina que dá o seu nome a uma comunidade negra?

- a) Colônia São Miguel.
- b) Furnas dos Baianos.
- c) **Família Maria Theodora Gonçalves de Paula.**
- d) Colônia São Benedito

Questão 20

Os nomes das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul estão relacionadas, no geral, a três questões: santos padroeiros, localização geográfica ou nomes das lideranças. Qual das comunidades abaixo foram denominadas conforme sua localização geográfica?

- a) Comunidade Quilombola Tia Eva.
- b) **Comunidade Quilombola Águas do Miranda.**
- c) Comunidade Quilombola Família Bulhões.
- d) Colônia Quilombola São Benedito.